



UNIVERSIDADE DE LISBOA

FACULDADE DE DIREITO

A Proteção de Crianças de Rua no Direito Internacional

Dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica

Especialidade: Direito Internacional e Relações Internacionais

Sara Cristina Escalhão Gomes

Sob a orientação do Senhor Professor Kafft Kosta

2016

"We start seeing children as problematic when the protection systems we create fail them"

Juiz Eduardo Rezende Melo

International Summit on the Legal Needs of Street Children, Londres, junho 2015

It takes a village (to raise a child)

Provérbio africano

Um trabalho desta natureza, em adição a todas as outras obrigações e às muitas distrações diárias, não se faz isoladamente. Faz-se com o apoio de - e os desafios criados por - quem nos rodeia. Apresento por isso os meus agradecimentos,

Ao Professor Kafft Kosta, pela sua ajuda e orientação nesta dissertação.

À minha Família, que sempre me apoiou e continua a apoiar, sem excepção, sem hesitação.

Igualmente, à minha Família alargada do n.º 43, cujas 3 gerações sempre me apoiaram lealmente.

Ao *Consortium for Street Children*, em particular, Elinor Milne e Natalie Turgut, pela oportunidade que me deram de ajudar na elaboração do Comentário Geral sobre Crianças em Situação de Rua e pelas discussões interessantes que proporcionaram.

Ao Kurt Shaw, Director Executivo da *Shine-a-Light*, que durante mais de 10 anos respondeu sempre pacientemente às minhas dúvidas, comentários e divagações em geral na matéria de crianças de rua.

À minha amiga Afsana Aramesh, pelo seu apoio, por nunca vacilar em matérias de justiça e não discriminação e, sobretudo, por, sem falha, me chamar à colação quando esta é a tentação.

Às minhas amigas Alexandra Margarido e Rita Samoreno Gomes, pela edição deste trabalho e pelos seus comentários. Sem a sua ajuda o texto que se segue seria, provavelmente ininteligível, sem dúvida, minado de erros, gralhas, repetições, incongruências e, no seu todo, consideravelmente mais pobre. Também à minha amiga Rebecca Edwards, pela edição em inglês *and the many hours of discussion and general rants*.

Aos meus colegas que em igual medida me apresentaram desafios e me apoiaram na minha ambição de dar voz a crianças de rua, o que levou a este trabalho.

E finalmente, e deixado para último para que seja a mensagem que perdura, o meu agradecimento a todas as crianças e jovens de rua com quem trabalhei, que sempre generosamente partilharam comigo as suas histórias de vida e as suas opiniões, perdoaram os meus erros e fraquezas, e cujos ensinamentos conduzem o meu trabalho.

Sumário

O sistema jurídico internacional é rico em instrumentos legais sobre os direitos da criança, notoriamente através da Convenção sobre os Direitos da Criança. Contudo as crianças de rua continuam a não conseguir exercer plenamente os seus direitos.

A fiscalização de como a Convenção sobre os Direitos da Criança está a ser implementada tem-se feito maioritariamente através da apresentação de relatórios periódicos ao Comité dos Direitos da Criança. O Comité tem usado este sistema criativamente na proteção de crianças de rua, mas não dispõe de meios de responsabilização dos Estados não cumpridores.

Mecanismos de queixa, como os previstos no novo Protocolo Facultativo sobre Procedimentos de Comunicação ou os tribunais poderão também dar proteção aos direitos das crianças de rua e definir a posição de direito no seu caso concreto, mas o acesso a estes por crianças de rua é difícil e a execução de qualquer decisão dependerá também ela da vontade do Estado em causa em a acatar.

Dada a complexidade das causas e situação das crianças de rua e das fraquezas do sistema jurídico internacional na proteção dos seus direitos, esta terá necessariamente que passar pelo recurso concertado aos meios acima indicados. A proteção dos direitos de crianças de rua passa também por uma abordagem multidisciplinar e não meramente jurídica, mas que exige necessariamente Estados de Direito fortes capazes de assegurar a proteção dos direitos desta categoria de crianças.

Palavras-chave: Crianças de Rua, Convenção sobre os Direitos da Criança, Comité dos Direitos da Criança, Observações Finais, "Street Children" (Villagrán-Morales et al.) v. Guatemala, direitos fundamentais

Summary

The international legal framework comprises a wealth of legal instruments on the rights of the child, noticeably, through the Convention on the Rights of the Child. However, street children remain unable to fully exercise their rights.

The monitoring of how the Convention on the Rights of the Child is being implemented has mainly been undertaken through periodic reports to the Committee on the Rights of the Child. The Committee has been using this system creatively in the protection of street children. However, this system does not have ways of making non-compliant States accountable.

Complaint mechanisms, such as those included in the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a Communications Procedure or the judiciary, may also protect the rights of street children and set points of law in each case, but access to them by street children is difficult and enforcing any decision will depend on the will of the State to follow it.

Given the complexity of the causes and situation of street children and the weakness of the international legal system in protecting their rights, protection will require a multidisciplinary approach and not only a legal approach. In any case, it will demand States strongly grounded on the Rule of Law with the ability to secure protection to the rights of this group of children.

Keywords: Street Children, Convention on the Rights of the Child, Committee on the Rights of the Child, Concluding Observations, "Street Children" (Villagrán-Morales et al.) v. Guatemala, fundamental rights

Índice

Introdução	1
1) Análise das Observações Finais do Comité dos Direitos da Criança.....	3
1.1. Metodologia.....	3
1.2 Os Dados.....	5
1.3 As Recomendações	9
2) Crianças?... de Rua?.....	20
2.1 Crianças	20
2.2 Crianças de Rua	22
2.2.1 As definições.....	22
2.2.2 “Necessidade de proteção e cuidados especiais” e “condições particularmente difíceis”	27
3) Proteção vs. Implementação	35
3.1 Proteção	35
3.2 Implementação.....	41
4) O sistema de Apresentação de Relatórios Periódicos	51
4.1 O escrutínio através do sistema de Relatórios Periódicos.....	51
4.2 A proteção dos direitos da Crianças de Rua fora do âmbito da Convenção nas Observações Finais. 70	
4.3 O que tem sido fiscalizado ao abrigo do artigo 44º	73
5) Outros mecanismos de Proteção	90
5.1 O escrutínio através do recente Procedimento de Comunicação	90
5.2 A fiscalização judicial.....	102
5.3 Mecanismos políticos de proteção – o caso específico da União Europeia	112
Conclusão	117
Anexo 1.....	i
Anexo 2.....	xxix
Bibliografia	xxxiii

Introdução

As crianças de rua são um fenómeno social mundial. O número de crianças associadas à rua, quer por aí viverem, quer por aí trabalharem, ou por aí passarem um período significativo da sua rotina diária, é desconhecido. Este é um grupo de crianças que foi há muito reconhecido como sendo particularmente vulnerável, precisamente porque vive à margem de todos os sistemas de proteção.

Crianças de rua são antes de mais crianças, tais como descritas no artigo 1º da Convenção sobre os Direitos da Criança (de ora em diante também abreviadamente designada por Convenção) que, como seres humanos que são, beneficiam de uma proteção jurídica internacional abrangente, não só através da Convenção sobre os Direitos da Criança, como por outros instrumentos legais internacionais. Contudo, na sua vida quotidiana é difícil de discernir como os seus direitos estão a ser protegidos, não obstante o quadro jurídico internacional abrangente de que beneficiam.

O direito internacional tem vários mecanismos de verificação da proteção dos direitos da criança de rua. A Convenção dos Direitos da Criança possui um mecanismo de escrutínio do progresso da implementação dos direitos nela consagrados, através do qual os Estados Partes se comprometem a apresentar regularmente relatórios sobre tema. Este escrutínio, feito pelo Comité dos Direitos da Criança (de ora em diante também abreviadamente designada por Comité), criado pela Convenção, tem vindo a ser reforçado com o objetivo de assegurar uma avaliação detalhada e objetiva da forma como os direitos das crianças estão a ser progressivamente implementados a nível local. O Comité, já de si composto por especialistas em direitos das crianças, tem vindo a criar estruturas que lhe permitam fazer uma avaliação especializada, informada e abrangente do estado de implementação da Convenção nos Estados Partes e não hesita em fazer o escrutínio dos Estados Partes na mais ampla proteção possível. O Comité não dispõe, contudo, de meios de responsabilização do Estado em caso de não cumprimento das suas obrigações internacionais, nem lhe são atribuídos poderes investigatórios que possa acionar por sua iniciativa quando esteja preocupado com o estado de proteção dos direitos de crianças de rua. O sistema jurídico internacional possui mecanismos de queixa que poderão assegurar alguma proteção aos direitos das crianças de rua. Um novo Protocolo Facultativo à Convenção estabeleceu um mecanismo de queixa individual que permite à criança de rua pela primeira vez

aceder diretamente ao Comité para levantar questões de incumprimento na proteção dos seus direitos. Dois outros processos no Protocolo criam um espaço de reflexão aos Estados, com o apoio do Comité, para a verificação do progresso da implementação geral da Convenção quando esta seja posta em causa.

O sistema judicial, tanto nacional como internacional, proporciona também meios para as crianças de rua procurarem ressarcimento em caso de violação dos seus direitos, mas frequentemente falta formação ao poder judicial, tanto no trato da criança de rua em si, como dos seus direitos.

O acesso quer a um, quer a outro mecanismo de queixa por crianças de rua não se faz sem dificuldades já que os processos para lhes aceder não são centrados na criança e frequentemente as próprias experiências das crianças de rua desencorajam a sua utilização. Não será por acaso que na jurisprudência internacional existe apenas um acórdão de relevo em matéria de crianças de rua, o caso "Street Children" (*Villagrán-Morales et al.*) v. Guatemala.

O acatamento de qualquer decisão ou recomendação originada tanto pelo processo de relatórios periódicos como através dos mecanismos de queixa está contudo na total dependência da vontade do Estado.

A realidade das crianças de rua mostra que estes mecanismos são insuficientes para assegurar a proteção dos seus direitos. A complexidade do fenómeno que são as crianças de rua exige mais do que meras soluções jurídicas. Exige também vontade política e Estados de Direito fortes que protejam os direitos destas crianças.

Não há assim uma só solução para a proteção dos direitos das crianças de rua. Esta proteção far-se-á através de uma teia de mecanismos, não só jurídicos, mas políticos e sociais que assegurem que a criança de rua seja vista como criança que é, vulnerável e sujeito de direito, que também é.

Propomo-nos aqui analisar como tem estado a ser feita a proteção dos direitos da criança de rua a nível internacional.

1) Análise das Observações Finais do Comité dos Direitos da Criança

1.1. Metodologia

1.1.1 Nos termos do artigo 44.º da Convenção sobre os Direitos da Criança, os Estados Partes encontram-se obrigados a apresentar “*relatórios sobre as medidas que hajam adotado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos*”, tendo o Comité dos Direitos da Criança estabelecido linhas orientadoras para a elaboração dos respetivos relatórios¹. O Comité discute os referidos relatórios com os Estados Partes em sessões públicas, nos termos do §14 e seguintes do Sumário do Procedimento para Apresentação de Relatórios². Em sessão fechada, nos termos do §18 do mesmo Procedimento, o Comité faz a apreciação dos Relatórios e, nos termos do artigo 45º, al. d) da Convenção que determina que o Comité “*pode fazer sugestões e recomendações de ordem geral com base nas informações recebidas*”, acorda no seu conteúdo. Estas sugestões e recomendações tomam a forma de Observações Finais, na terminologia adotada pelo Comité.

1.1.2 Para a elaboração deste trabalho analisámos as recomendações relativas a crianças de rua constantes de todas as Observações Finais feitas pelo Comité desde o início da apresentação de relatórios (i) ao abrigo do seu artigo 44º, n.º 1 da Convenção, (ii) ao abrigo do artigo 8º, n.º 1 e 2 do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados (de ora em diante PFCA) e (iii) ao abrigo do artigo 12º, n.º 1 e 2 do Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo à Venda de Crianças, Prostituição e Pornografia Infantil (doravante PFPI). Para facilidade de leitura e por questões de economia de texto, qualquer referência aos Relatórios dos Estados apresentados ao abrigo do

¹ Committee on the Rights of the Child, 1991, *General Guidelines regarding the form and content of initial reports to be submitted by states parties under article 44, paragraph 1 (a), of the Convention*, CRC/C/5, relativamente aos relatórios iniciais ao abrigo do artigo 44º, n.º 1, al. a) da Convenção e Committee on the Rights of the Child, 2015, *Treaty-specific guidelines regarding the form and content of periodic reports to be submitted by States parties under article 44, paragraph 1 (b), of the Convention on the Rights of the Child*, CRC/C/58/Rev.3, – relativamente aos subsequentes relatórios periódicos, ao abrigo do artigo 44º, n.º 1, al. b) da Convenção.

² Committee on the Rights of the Child, 1994, *Overview of the reporting procedures*, CRC/C/33.

artigo 44º da Convenção, inclui os relatórios apresentados ao abrigo do artigo 8º, n.º 2 do PFCA e do artigo 12º, n.º 2 do PFPI, exceto quando o contrário seja expressamente referido³.

Procedemos ainda à compilação de todas as referências a crianças de rua (“*street children*”) – independentemente da terminologia utilizada pelo Comité para este grupo⁴ - e a crianças sem-abrigo (“*homeless children*”⁵), feitas pelo Comité nas suas Observações Finais.

As Observações Finais foram identificadas e compiladas através das bases de dados do sítio de internet do Alto Comissariado para os Direitos do Homem das Nações. Analisámos todas as Observações Finais disponíveis na base de dados acima referida até 31 de março de 2016, isto é, até à 71ª sessão do Comité⁶. A análise vai junta como Anexo 1 em que o PFCA é referido na coluna da esquerda como OPAC e o PFPI como OPCS, usando-se a abreviatura a partir da designação inglesa deste Protocolo. Parte deste trabalho de compilação de Observações Finais tinha já sido feita pela Autora deste trabalho no início de 2014, como voluntária *online* da Organização Não-Governamental Internacional *Consortium for Street Children*, pelo que optámos por manter a utilização da língua inglesa na análise feita. Os dados então recolhidos foram completados, verificados e atualizados para efeitos deste trabalho.

1.1.3 Para a consulta de bibliografia relevante utilizaram-se os seguintes recursos:

- Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa e respetivas bases de dados *online*;
- Biblioteca Britânica e respetivas bases de dados *online*;
- Biblioteca da Children’s Rights International Network;
- Centro de Recursos do Consortium for Street Children

A maior parte da bibliografia consultada está escrita em língua inglesa. As citações em português feitas de bibliografia redigida em língua inglesa correspondem à tradução livre feita pela Autora deste trabalho, com recurso ao sítio de internet IATE (Inter-Active Terminology for Europe) e à

³ Note-se que ao abrigo do artigo 8º, n.º 2 do PFCA e do artigo 12º, n.º 2 do PFPI “*cada Estado Parte deverá incluir nos relatórios que apresentar ao Comité dos Direitos da Criança, em conformidade com o artigo 44.º da Convenção, quaisquer informações adicionais relativas à aplicação do Protocolo*”.

⁴ V. 2.1.1.1 relativamente a terminologia.

⁵ V. 2.1.1.1 relativamente a terminologia.

⁶ Cfr. Anexo 1

base de dados de terminologia interinstitucional da União Europeia, no que diz respeito ao vocabulário técnico.

1.2 Os Dados

1.2.1 Até ao final da sua 71ª sessão, o Comité emitiu 674 Observações Finais, 478 das quais ao abrigo da Convenção, 102 ao abrigo do PFCA e as restantes 94 ao abrigo do PFPI⁷. As Observações Finais foram contabilizadas tal como emitidas pelo Comité. Isto é, por vezes os Estados foram objeto de Observações Finais feitas pelo Comité por mais do que uma vez por processo de apresentação dos seus relatórios. Por exemplo, após discussão em sessão do relatório inicial apresentado pelo Paraguai em 1992⁸, foi acordado que este Estado apresentaria um relatório com informação adicional no prazo de um ano⁹, nos termos do artigo 44º, n.º 4 da Convenção e §24 do “Sumário dos Procedimentos para Apresentação de Relatórios”¹⁰. Assim, um segundo relatório inicial¹¹ foi discutido, tendo sido objeto de Observações Finais na 15ª sessão do Comité em 1997¹². Nestes casos foram contabilizadas duas Observações Finais, uma vez que o escrutínio teve lugar também ele duas vezes.

Por outro lado, alguns relatórios periódicos são relatórios comuns a vários Estados Partes da Convenção. Por exemplo, Hong-Kong submeteu um relatório em 2005 que é considerado como o seu segundo relatório¹³. Este é um relatório conjunto com a China, cujo primeiro relatório tinha sido apresentado em 1996, isto é, antes da soberania de Hong-Kong ter sido transferida do Reino Unido. O Reino Unido tinha, por seu lado, apresentado um relatório separado relativamente a

⁷ Cfr. Anexo 1

⁸ Committee on the Rights of the Child, 1993, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1992, Addendum, PARAGUAY*, CRC/C/3/Add.22.

⁹ Committee on the Rights of the Child, 1994, *Summary Record of the 168th Meeting*, CRC/C/SR.168, § 44 e 47

¹⁰ Committee on the Rights of the Child, 1994, *Overview of the reporting procedures*, CRC/C/33.

¹¹ Committee on the Rights of the Child, 1996, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1992 – Addendum – Paraguay*, CRC/C/3/Add.47.

¹² Committee on The Rights of the Child, 1997, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 Of The Convention - Preliminary observations of the Committee on the Rights of the Child: Paraguay*, CRC/C/15/Add.27, documento publicado com data de 1994.

¹³ Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: China (including Hong Kong and Macau, Special Administrative Regions)*, CRC/C/CHN/CO/2.

Hong-Kong em 1996, como Território Dependente¹⁴. Analisámos as Observações Finais de acordo com o Estado Parte que emitiu o relatório periódico, tal como entendido pelo Comité na sua base de dados.

Contabilizámos as Observações Finais de acordo com os territórios que cobrem, mas fizemos o levantamento dos dados apenas quando relevantes para esses territórios. No exemplo acima mencionado, no segundo relatório da China foram feitas recomendações relativamente a crianças de rua, mas estas referem-se apenas à China Continental¹⁵, pelo que para efeitos de análise estas não foram contabilizadas relativamente a Hong-Kong, mas apenas relativamente à China, não obstante se tratar de um relatório conjunto a ambos os Estados Partes.

No Anexo 1, que contém a nossa análise às Observações Finais do Comité, as mesmas encontram-se marcadas da seguinte forma:

- Encarnado - Observações Finais que não fazem qualquer menção a crianças de rua; e
- Amarelo - Observações Finais que fazem menção a crianças de rua, mas que não contêm qualquer recomendação específica para este grupo;
- Azul - Estados Partes que ainda não apresentaram qualquer relatório.

Com a evolução da estruturação das Observações Finais a posição do Comité em relação às suas recomendações ficou mais clara. No final do século passado as Observações Finais do Comité estavam estruturadas apresentando-se primeiro em bloco os temas que preocupavam o Comité e no final as recomendações aos Estado Parte. Na estrutura atual das Observações Finais, o Comité faz uma ligação direta, em parágrafos seguidos, entre a análise feita pelo Comité aos relatórios periódicos dos Estados Partes, por temas, e as recomendações relativamente a cada um.

1.2.2 Agrupámos as recomendações feitas pelo Comité aos Estados Partes nas seguintes 12 Categorias de Intervenção - uma vez que se tratam de recomendações de intervenção na proteção de crianças de rua dirigidas ao Estado em causa - assinaladas com cabeçalhos em tons creme na tabela da análise constante do Anexo 1:

¹⁴ Committee on the Rights of the Child, 1996, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland: Dependent Territories - Hong Kong*, CRC/C/15/Add.63.

¹⁵ Doc. já cit. CRC/C/CHN/CO/2, § 85 e 86.

- Recolha de dados e monitorização;
- Pesquisa/Estratégias/Políticas e programas;
- Reforma legislativa e acesso à justiça – incluindo-se nesta categoria a recomendação de descriminalização de comportamentos de rua;
- Disponibilização de recursos;
- Dar respostas à exploração económica;
- Dar respostas à exploração e violência sexual;
- Dar respostas à violência;
- Dar respostas à discriminação;
- Dar respostas à pobreza – incluindo-se nesta categoria a aplicação de medidas assistencialistas, por exemplo na área da nutrição, alojamento, vestuário, etc.;
- Acesso a serviços – incluindo-se nesta categoria, por exemplo, cuidados de saúde, educação, identificação, serviços sociais, etc.;
- Reunificação familiar
- Encorajar a participação de crianças
- Ações de sensibilização e campanha; e
- Trabalho com a sociedade civil e de cooperação internacional – entendendo-se por sociedade civil ONGs, organizações internacionais como a UNICEF e a comunidade local.

As categorias acima foram também baseadas no trabalho previamente feito para o *Consortium for Street Children*, mas as categorias foram repensadas e modificadas.

As Categorias de Intervenção podem-se dividir em três grupos principais:

- Recomendações macropolíticas, isto é, com impacto geral na sociedade (“Recolha de dados e monitorização”, “Pesquisa/Estratégias/Políticas e programas”, “Reforma legislativa e acesso à justiça” e “Disponibilização de recursos”)
- Recomendações de intervenção direta junto das crianças (“Dar respostas à exploração económica”, “Dar respostas à exploração e violência sexual”, “Dar respostas à violência”,

“Dar respostas à discriminação”, “Dar respostas à pobreza”, “Acesso a Serviços” e “Promover a Reunificação familiar”).

- Recomendações de Democracia e Cidadania (“Encorajar a participação de crianças”, “Ações de sensibilização e campanha”, “Trabalho com a sociedade civil e cooperação internacional”).

Adicionaram-se as seguintes duas Categorias de Eficácia - uma vez que se destinam a assegurar a eficácia do escrutínio do Comité - relativas ao processo de apresentação de relatórios periódicos pelos Estados Partes:

- Informação a ser fornecida no próximo relatório; e
- Dar seguimento a recomendações passadas e presentes.

1.2.3 As recomendações feitas pelo Comité nem sempre podem claramente ser associadas a uma única categoria. Na análise das recomendações contabilizámos as medidas sugeridas pelo Comité de acordo com o efeito prático da recomendação feita. Por exemplo, quando o Comité recomendou alterações legislativas para responder a práticas discriminatórias, as mesmas foram contabilizadas nas categorias “Reforma legislativa e acesso à justiça” e “Dar respostas à discriminação”.

Sempre que o Comité faz mais do que uma recomendação passível de ser incluída em mais de uma das categorias acima identificadas, estas foram contabilizadas uma única vez. Por exemplo, se trabalho com organizações não-governamentais é recomendado em vários temas nas Observações Finais (tipicamente, no desenvolvimento de um sistema de recolha de dados e no acesso a serviços), não quantificámos em quantas áreas o Comité recomenda que este trabalho conjunto seja feito, mas apenas que o Comité recomendou trabalho nesta área. Isto porque procurámos analisar quais as linhas de intervenção mais consideradas pelo Comité e não a ênfase que o Comité dá a cada tema.

1.3 As Recomendações

1.3.1 Como acima referido, o Comité fez um total de 674 Observações Finais. Destas, 181 tratam do tema crianças de rua numa secção separada¹⁶. No total das 674 Observações Finais, o Comité fez referência a crianças de rua, ainda que nem sempre em secção separada, em 351 ocasiões, 20 das quais sem que nenhuma recomendação tenha sido diretamente feita neste tema¹⁷. O Comité reconhece, portanto, a natureza complexa deste fenómeno social e faz referências frequentes a crianças de rua em várias secções das suas Observações Finais, na sua apreciação geral, quando relevantes para a proteção dos direitos da criança de rua. Destes dados retiramos também que em 323 ocasiões, isto é, em quase metade das Observações Finais, o Comité não faz qualquer menção a crianças de rua¹⁸.

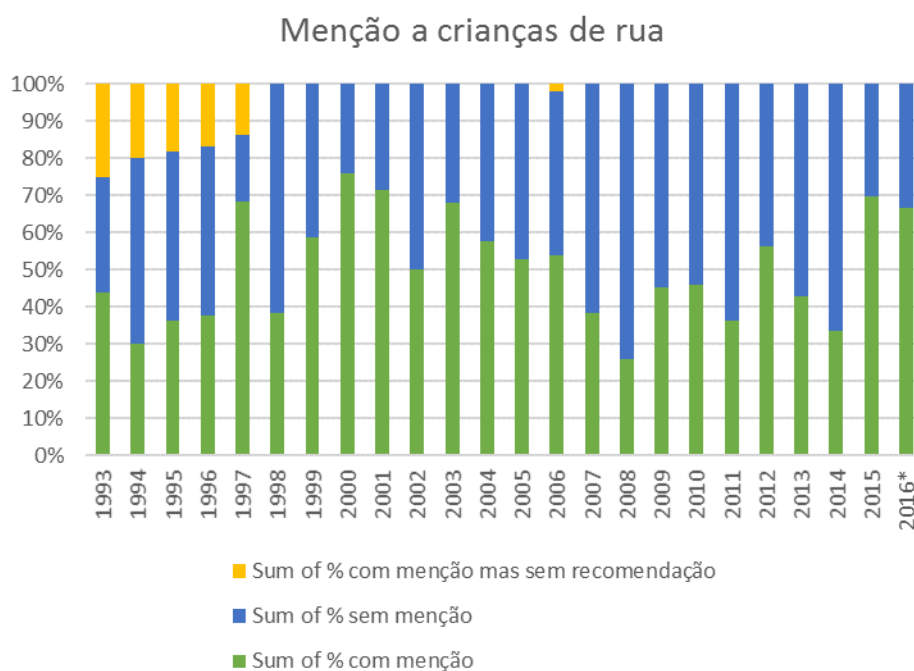


Figura 1

A Figura 1 acima demonstra como o Comité tratou o tema “crianças de rua, ao evidenciar cronologicamente a menção a “crianças de rua” nas suas Observações Finais em função das recomendações. É possível concluir que, desde 1998 e na grande maioria das vezes, a menção a

¹⁶ Anexo 2, Tabela 1.

¹⁷ V. 1.2.1. relativamente à alteração da estruturação das Observações Finais.

¹⁸ Anexo 2, Tabela 2.

crianças de rua levou o Comité a emitir recomendações. A Figura 2 abaixo, reflete a evolução cronológica da menção a crianças de rua, demonstrando o interesse do Comité na análise deste tema.

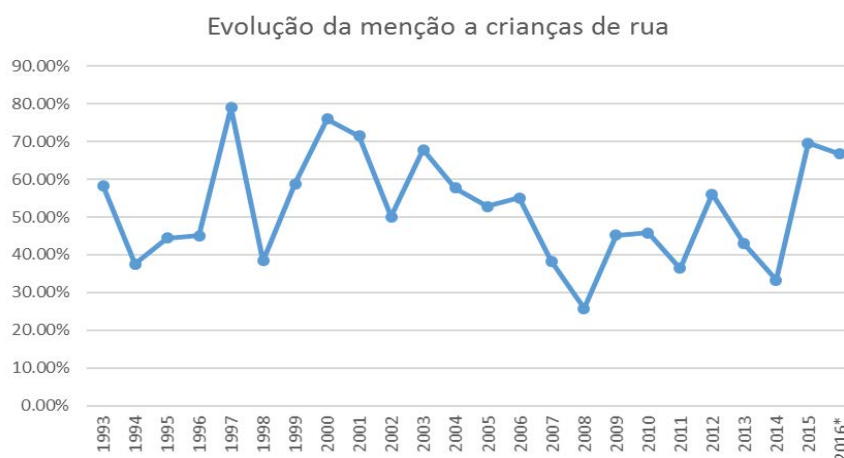


Figura 2

Escolhemos uma análise percentual uma vez que o processo de apresentação de relatório foi implementado gradualmente, consoante os Estados Partes se tornaram parte da Convenção e iniciaram o processo de apresentação de relatórios periódicos. A análise dos números absolutos das Observações Finais – não obstante poder ser interessante para verificar a evolução da adesão à Convenção e como os Estados Partes foram implementando a apresentação periódica dos seus relatórios - não seria, portanto, representativa da evolução do interesse do Comité em matéria de crianças de rua.

Da Figura 2 acima, podemos constatar que, o interesse inicial pelas crianças de rua surgido em 1997, em que apenas 20% das Observações Finais do Comité não mencionam crianças de rua, parece ter dado lugar um desinteresse tendencial por este tema que durou até à segunda década do século XXI. Em 2008 cerca de 75% das Observações Finais não mencionam crianças de rua. Desde então a tendência para abordar o tema das crianças de rua parece estar a aumentar, demonstrando um maior interesse do Comité no assunto. O tema mantém-se, contudo, sempre tendencialmente mais baixo do que no princípio da década de 2000. Em 2015, verificamos que cerca de um terço das Observações Finais (30,43% ¹⁹) é omissa relativamente a crianças de rua.

¹⁹ V. Anexo 2, Tabela 2.

1.3.2 É igualmente relevante investigar como o Comité analisa os relatórios que lhe são apresentados pelos Estados Partes e que escolhas tem feito em termos de recomendações aos Estados Partes. A Figura 3 abaixo, identifica quantas recomendações relativas a crianças de rua foram feitas em cada categoria.



Figura 3

As recomendações feitas pelo Comité para a proteção dos direitos de crianças de rua, ainda que diversas e abrangentes, são, contudo, em número reduzido no cômputo geral das Observações Finais. No total das Observações Finais, as recomendações relativamente a “Disponibilização de recursos” e “Dar resposta à Exploração e Violência Sexual” para a proteção de crianças de rua foram feitas em apenas pouco mais de 10% do total das Observações Finais (Figura 4).

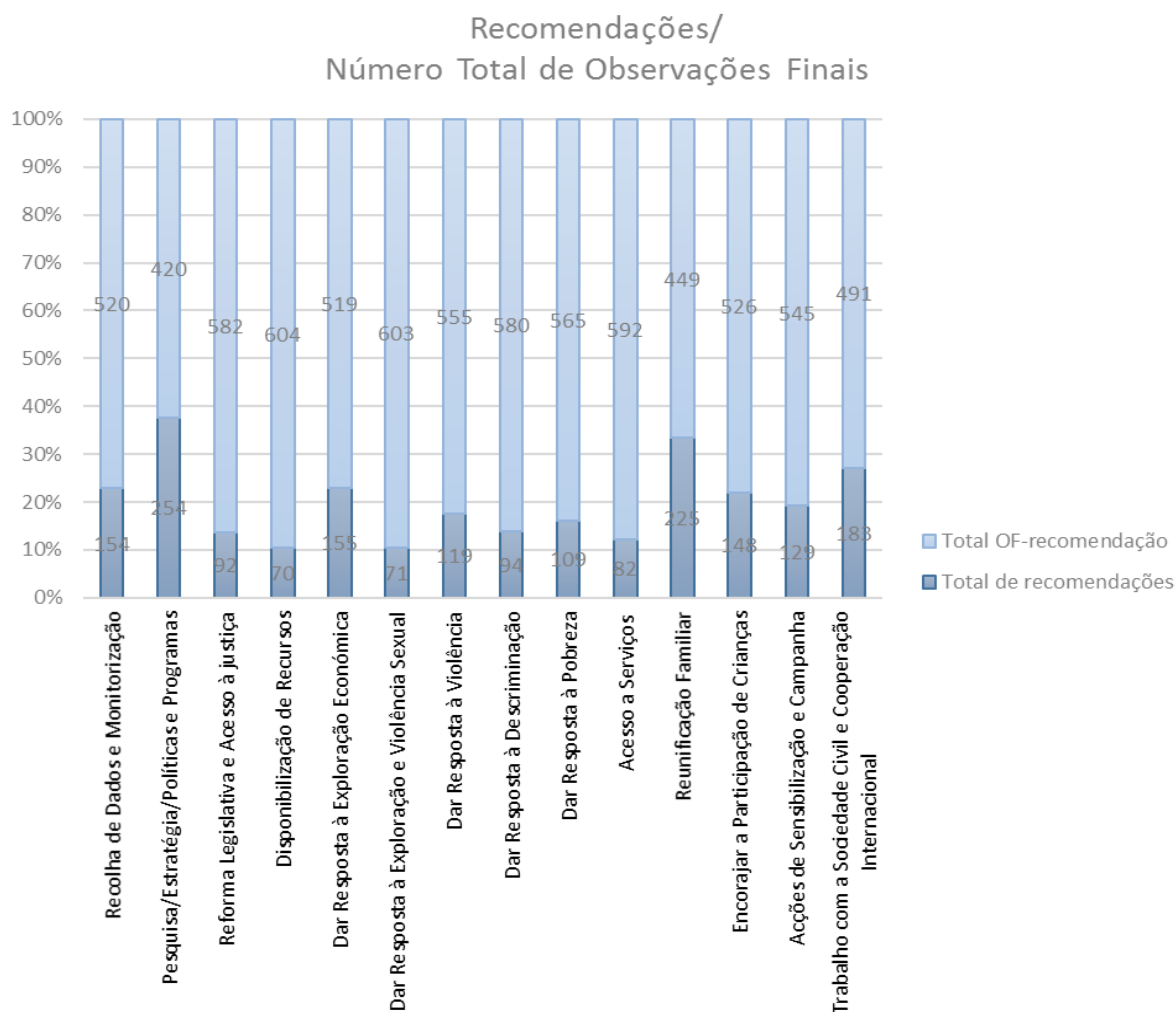


Figura 4

O maior número de recomendações feitas pelo Comité refere-se à categoria “Pesquisa/Estratégia/Políticas e Programas”, tendo o Comité feito recomendações neste sentido em 254 ocasiões. Tal poderá refletir as tensões de direito internacional que levam a cautelas não intervencionistas relativamente aos Estados Partes. O Comité parece ter optado maioritariamente por pedir aos Estados que estudem o tema e encontrem as suas próprias soluções. Dito isto, a segunda categoria mais popular junto do Comité tem sido a “Reunificação familiar”, com recomendações neste sentido em 225 Observações Finais, refletindo um dos alicerces da Convenção nos termos do qual a família é o “*elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças*” (§6 do Preâmbulo da Convenção).

O tipo de recomendação menos feito pelo Comité foi relativamente à “Disponibilização de Recursos”. Nos termos do artigo 4º, última parte da Convenção, os Estados Partes estão obrigados a tomar as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos, mas apenas “*no limite máximo dos seus recursos disponíveis*” no que respeita aos direitos económicos, sociais e culturais apenas²⁰. Dada a situação de indigência das crianças de rua, poder-se-á presumir que para responder às necessidades deste grupo de crianças, muitos dos direitos em causa estarão incluídos neste grupo.

Se analisarmos também as subcategorias da Categoria de Intervenção da Tabela A abaixo, é possível concluir que as “*recomendações de intervenção direta junto das crianças*” são aquelas a que o Comité recorreu mais frequentemente. Isto justifica-se em parte por nesta subcategoria termos incluído 7 tipos diferentes de recomendações. Este número poder-se-á igualmente justificar pelo facto de aí se incluírem as medidas mais assistencialistas (tais como dar resposta à pobreza ou acesso a serviços), as quais mais imediatamente respondem às necessidades básicas destas crianças.

recomendações macropolíticas	570
recomendações de intervenção direta junto das crianças	855
recomendações de democracia e cidadania	460

Tabela A

1.3.3 Da análise das Observações Finais do Comité à luz da agenda internacional, é possível concluir que estas refletem as discussões do momento. Se olharmos por exemplo para as recomendações relativas à violência, tal como representados na Figura 5 abaixo, podemos apreciar dois picos de recomendações, em 2001 e depois em 2015.

²⁰ V. 3.2 relativamente a estes direitos.

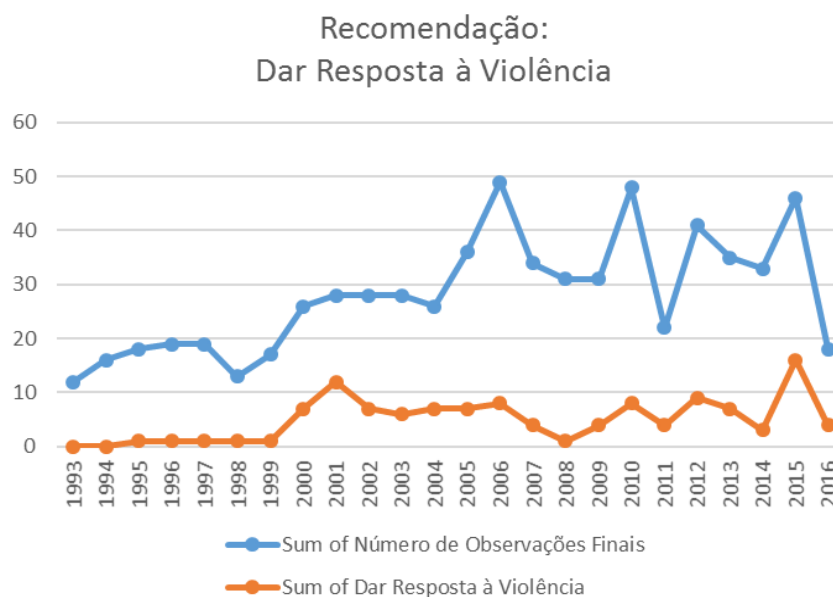


Figura 5

Se atendermos agora ao trabalho da Nações Unidas verificamos que em 2000 o Comité organizou um Dia de Discussão Geral sobre Violência do Estado contra as Crianças e em 2001 outro com o tema Violência contra Crianças na Família e na Escola. No Dia de Discussão Geral de 2001²¹, o Comité recomendou a organização de uma sessão para analisar “a eficácia dos mecanismos atuais das Nações Unidas para responder a este fenómeno (violência contra as crianças na família e nas escolas) e a necessidade de outras agências de direitos humanos das Nações Unidas incluírem matérias de violência contra crianças nas considerações dos relatórios dos Estados Partes”²². Vemos assim que, em 2001, o Comité estava interessado no escrutínio da violência contra as crianças através dos sistemas de relatórios nos instrumentos de direito internacional. Os dados relativos às recomendações feitas parecem indicar que tal interesse se refletiu no modo como o Comité analisou os relatórios dos Estados Partes, tendo feito 7 recomendações para os Estados Partes darem resposta à violência contra crianças de rua em 2000 e 12 em 2001²³.

Mais tarde, em 2013 foi publicado o Comentário Geral nº 13 à Convenção, também ele sobre a violência. No seu §9, o Comité recomenda que nos seus relatórios, emitidos ao abrigo do artigo 44º da Convenção, os Estados Partes “incluam informação sobre o progresso feito na

²¹ Committee on the Rights of the Child, 2001, *Violence against Children, Within the Family and in Schools*.

²² Doc. já cit. Committee on the Rights of the Child, 2001, *Violence against Children, Within the Family and in Schools*, § 712 (b).

²³ V. Anexo 2, Tabela 3.

implementação das recomendações do estudo das Nações Unidas sobre a violência contra crianças (A/61/299, §116)”, referindo de seguida que “Os relatórios devem incluir leis e outros regulamentos feitos para proibir a violência e para intervir de forma apropriada quando a violência ocorra, assim como medidas para a prevenção da violência, ações de sensibilização e a promoção de relações positivas e não violentas”.

Em 2015, ou seja, dois anos depois de o Comité emitir o Comentário Geral n.º 13 acima referido, o Comité fez 16 recomendações sobre violência. Se apreciarmos o processo de apresentação dos relatórios pelos Estados Partes ao abrigo do artigo 44º, n.º 1 da Convenção, podemos constatar que este lapso de tempo de dois anos não é de estranhar. Vejamos, por exemplo, o caso da Antígua e Barbuda. A Antígua e Barbuda enviou o seu relatório periódico ao Comité em 9 de Julho de 2014 o qual foi levado à consideração administrativa do Comité em 9 de Março de 2015²⁴, considerado pelo Comité no seu 72º Grupo de Trabalho Pré-Sessão de 05- 09 de Outubro 2015²⁵, para Consideração Final do relatório na 74ª Sessão que terá lugar entre 09-27 de Janeiro de 2017²⁶. Haverá, portanto, um lapso de mais de dois anos entre o envio do relatório e a sua apreciação pelo Comité. Relativamente ao trabalho de escrutínio do Comité refletir a agenda internacional, podemos talvez concluir que o Comité teve que dar oportunidade aos Estados para adaptarem os seus relatórios ao Comentário Geral n.º 13. Parece, porém, ter iniciado o trabalho de escrutínio reforçado com bastante rapidez.

1.3.4 Se as Observações Finais parecem refletir a agenda política das Nações Unidas, o mesmo parece não acontecer relativamente a eventos significativos relativos a crianças de rua. Se pensarmos no que é conhecido como o Massacre da Candelária de 1993, em que 6 crianças de rua (e dois jovens sem abrigo) foram mortas no Rio de Janeiro enquanto dormiam, e no acórdão "*Street Children*" (*Villagrán-Morales et al.*) v. *Guatemala* de Novembro de 1999²⁷, o único

²⁴ Committee on the Rights of the Child, 2015, *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the Convention - Second to fourth periodic reports of States parties due in 2009 - Antigua and Barbuda*, CRC/C/ATG/2-4.

²⁵ United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner (sem data), *72 Pre-Sessional Working Group (05 Oct 2015 - 09 Oct 2015)*.

²⁶ United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner, sem data, *Treaty bodies sessions - 74 Session (09 Jan 2017 - 27 Jan 2017)*.

²⁷ Acórdão "*Street Children*" (*Villagrán-Morales et al.*) v. *Guatemala*, Corte Interamericana de Derechos Humanos.

acórdão de um tribunal internacional em matéria de crianças de rua²⁸, vemos que parece não haver qualquer correlação com o escrutínio feito pelo Comité.

Dito isto, se atendermos a que este acórdão se debruça, entre outros temas, sobre a violência extrema sobre crianças de rua e ao período de duração do processo escrutínio dos relatórios periódicos dos Estados Partes pelo Comité de 2-3 anos já mencionado, poderemos concluir que poderá ter tido alguma influência no pico de interesse de 2001 ainda que isto seja pouco provável atendendo à data tardia do Acórdão no ano de 1999²⁹.

Da leitura das Observações Finais, contudo, é notório que tais eventos não passam despercebidos na primeira apreciação feita pelo Comité aos relatórios dos países em causa, isto é, Brasil e Guatemala.

Em 2004, nas Observações Finais feitas ao primeiro relatório periódico do Brasil – mais de 10 anos após o Massacre da Candelária – o Comité faz recomendações relativamente a execuções extrajudiciais de crianças de rua no Brasil³⁰. Relativamente à Guatemala, refere-se à violência por parte de agentes do Estado e à falta de investigação adequada da mesma pelo Estado Parte, temas que consubstanciaram o acórdão acima identificado³¹. Vemos assim que a influência de acontecimentos relevantes em matéria de crianças de rua poderá não influenciar o trabalho geral do Comité, não obstante a sua influência internacional, tendendo a ser limitado ao escrutínio feito ao país em questão.

1.3.5 O número total de “Recomendações de Democracia e Cidadania” (Tabela A) poderá causar alguma surpresa já que em apenas três subcategorias (“Encorajar a participação de crianças”, “Ações de sensibilização e campanha”, “Trabalho com a sociedade civil e cooperação internacional”) acumula um total de 460 recomendações, provavelmente refletindo a sua natureza não intervencionista.

1.3.6 Podemos também verificar que o Comité faz uso das Observações Finais para assegurar a eficácia do seu escrutínio. O Comité faz isto de duas formas: proactivamente, pedindo

²⁸ V. 5.2 para uma análise mais detalhada do Acórdão.

²⁹ O acórdão é datado de 19 de novembro de 1999.

³⁰ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: Brazil*, CRC/C/15/Add.241, §64 e 65.

³¹ Committee on the Rights of the Child, 2001, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Guatemala*, CRC/C/15/Add.154, §30 e 31.

informações específicas a serem apresentadas no futuro e, *a posteriori*, pedindo aos Estados Partes para darem seguimento a recomendações já feitas.

A Figura 6 abaixo mostra a evolução da forma como o Comité exerceu esta prerrogativa relativamente a recomendações sobre crianças de rua. Até 31 março de 2016, o Comité fez 42 pedidos de informação adicional (v. Anexo 1) a serem fornecidas pelos Estados Partes nos relatórios seguintes em matéria de crianças de rua, ao abrigo do artigo 44º, n.º 4 da Convenção.

Nessas ocasiões, o Comité considerou, portanto, que o Estado Parte não cumpriu as suas obrigações ao abrigo do artigo 44º, n.º 2 Convenção, isto é, não forneceu ao Comité informação suficiente sobre “*os fatores e as dificuldades*” na implementação da Convenção e/ou “*informações suficientes para dar ao Comité uma ideia precisa da aplicação da Convenção no referido país*”.

O Comité fez também 57 pedidos para os Estados Partes darem seguimento a recomendações passadas ou das Observações Finais em causa.

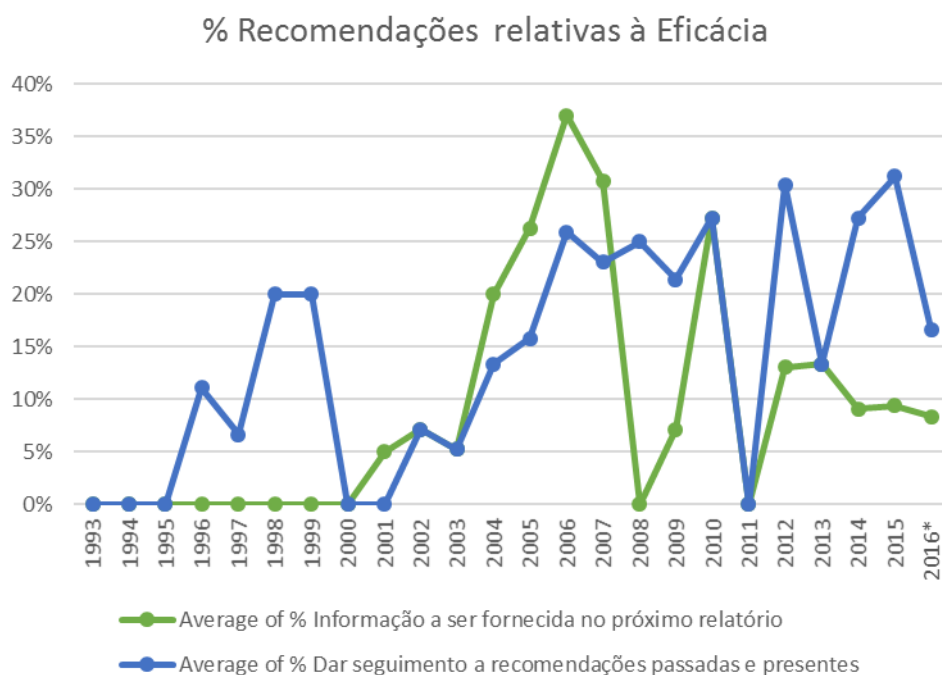


Figura 6

Pela leitura da Figura 6, é possível verificar uma tendência desde meados da primeira década deste século para o Comité solicitar que as suas recomendações anteriores sejam seguidas. Atendendo a que os Estados Partes têm vindo gradualmente a ratificar a Convenção e

consequentemente a submeter os seus relatórios ao abrigo do artigo 44º, n.º 1, é de esperar que o Comité comece a tomar estas medidas alguns anos após a entrada em vigor da Convenção. Já a evolução dos pedidos para os Estados Partes fornecerem mais informação ao Comité tem sido mais inconsistente³², sendo de notar, contudo, que o Comité iniciou estes pedidos algo tardiamente, com o primeiro pedido a ser feito apenas em 2001.

A Figura 7 demonstra como os pedidos para os Estados Partes darem seguimento a recomendações feitas pelo Comité tem acompanhado mais ou menos proporcionalmente – sobretudo nos últimos 10 anos - o número de Observações Finais feitas quando estas mencionam crianças de rua. Podemos assim concluir que o Comité faz a monitorização da implementação da Convenção nas Observações Finais em que considera a situação de crianças de rua.

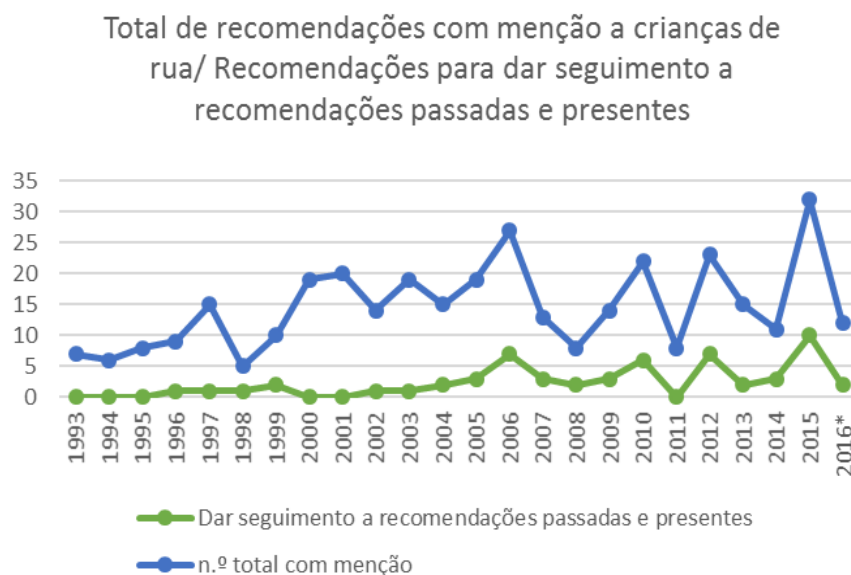


Figura 7

É possível, portanto, concluir que o Comité não adota, uma posição passiva aquando da apresentação dos relatórios pelos Estados Partes, atuando para que as suas recomendações sejam adotadas seriamente pelos Estados, para que estes implementem a Convenção ao abrigo das obrigações internacionais que assumiram. Esta é uma preocupação apoiada pelo Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas que, no n.º 3 da sua Resolução 7/29 de 2008, relativa aos Direitos da Criança, pede aos Estados que “tenham em conta as recomendações feitas pelo Comité na implementação das provisões da Convenção”. De acordo com a Figura 7 acima nota-

³² Ver parte 4.1.7 para mais uma análise mais detalhada dos picos de 2006 e 2010.

se uma tendência desde a data desta Resolução – ainda que irregular – para o Comité verificar se as suas recomendações estão a ser seguidas. Parece, assim, que o Comité está a reforçar a sua posição de fiscalizador da implementação da Convenção.

2) Crianças?... de Rua?

2.1 Crianças

2.1.1 O grupo “criança” inclui-se entre os grupos sociais cuja particular especificidade e vulnerabilidade justificou o reconhecimento pelo quadro jurídico internacional como digno de proteção especial, nomeadamente através da positivação de direitos específicos na Convenção sobre os Direitos da Criança.

“Criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”, de acordo com o artigo 1º da Convenção.

O artigo 1º da Convenção não é, contudo, a primeira referência na legislação internacional à criança. Já O artigo 25º da Declaração Universal dos Direitos do Homem (de ora avante designada como Declaração) determinava no seu n.º 2 que a infância tem direito a ajuda e a assistência especial, adiantando de seguida que *“Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio, gozam da mesma proteção social”*. A Declaração não definia o que se deveria entender como criança.

A Convenção foi mais longe e definiu criança no seu artigo 1º, apresentando critérios que à partida poderiam parecer específicos o suficiente para determinar o conceito de criança. Contudo, esta não é uma definição linear. Desde logo porque o legislador internacional deixou ao legislador nacional, isto é, aos Estados Partes, a definição última do âmbito de aplicação da Convenção.

A idade de 18 anos estabelecida neste artigo é uma presunção ilidível, se *“nos termos da lei que lhe (o ser humano menor de 18 anos) for aplicável, atingir a maioridade mais cedo”*. O articulado da Convenção começa assim com um exemplo notório dos compromissos que se fazem no âmbito da legislação internacional³³ resultando em a própria definição do âmbito subjetivo da Convenção não ser universal.

Se o término da infância não tem necessariamente um momento universalmente aceite, ficando dependente das escolhas legislativas que cada Estado Parte possa fazer, o seu início não é

³³ Sobre a necessidade de se chegarem a compromissos no âmbito da negociação de legislação internacional, ver Lee, Yanghee, 2010, *Communications Procedure under the Convention on the Rights of the Child: 3rd Optional Protocol*, p. 568.

igualmente linear. Ainda que o artigo 1º não defina expressamente quando a criança começa a ser criança, a Convenção declara, no seu preâmbulo, por referência à Declaração, adotada em 20 de novembro de 1959, que «a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada, tanto **antes** como depois do nascimento» (negrito nosso).

Da análise do artigo 1º da Convenção, à luz do artigo 31º, n.º 1 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados “*Um tratado deve ser interpretado de boa fé, de acordo com o sentido comum a atribuir aos termos do tratado no seu contexto*”, determinando o n.º 2 do mesmo artigo que o contexto compreende, entre outros, o preâmbulo. Terá assim que se concluir que a criança, mesmo antes de nascer, está também abrangida pela Convenção. O momento em que se inicia a vida antes do nascimento é discutível pelo que o nono parágrafo do preâmbulo não encerra necessariamente esta discussão. O artigo 1º da Convenção ilustra assim como na Convenção os “*Estados chegaram a acordo quanto ao conceito de infância, mas não conseguiriam chegar a acordo quanto aos seus limites, isto é, o momento no qual a infância começa e termina*”³⁴.

2.1.2 O nono parágrafo do Preâmbulo da Convenção ajuda-nos a entender porque é que a criança necessita de especial proteção pelo legislador internacional, ao afirmar que “a criança, por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais (...)”. A possibilidade de respostas físicas da criança, assim como a perceção intelectual do contexto em que se encontram, justificam uma resposta jurídica específica para as necessidades particulares deste grupo. As crianças são assim sujeitos de direitos, os quais variam relativamente a outros seres humanos, em concordância com as suas necessidades particulares e a sua especial vulnerabilidade. Como seres humanos que são, as crianças beneficiam também de uma proteção jurídica internacional abrangente, podendo invocar os direitos e liberdades enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nos pactos internacionais relativos aos direitos do homem (§4 do preâmbulo da Convenção).

³⁴ Tobin, John, 2013, *Justifying Children's Rights*, International Journal of Children's Rights 21(3), pp 400.

2.2 Crianças de Rua

As causas que levam as crianças à rua são complexas e não há consenso quanto à sua natureza. A Assembleia Geral das Nações Unidas resumiu em 1992 na sua Resolução 47/126 - *Plight of street children* (A Vida Dramática das Crianças de Rua), estas causas como sendo “*pobreza, migração de áreas rurais para áreas urbanas, desemprego, famílias disfuncionais, intolerância, exploração, causas que são muitas vezes agravadas e soluções para elas tornadas mais difíceis por dificuldades socioeconômicas sérias*”, sendo o mesmo afirmado na Resolução 48/136 do ano seguinte e outra vez em 1994, na Resolução 49/212, ambas também da Assembleia Geral, que adicionou a guerra aos fatores que levam a criança a tornar-se uma criança de rua.

O número de crianças associadas à rua é desconhecido e, em 2016, não se sabe ao certo o número exato – ou mesmo aproximado - de crianças de rua. Esta incerteza surge por um lado pelas diferentes definições utilizadas para “criança de rua”³⁵, mas também pela falta de recolha sistemática de dados sobre este grupo³⁶. Note-se que à falta de consenso relativamente à definição do conceito de crianças de rua, para efeitos de entender este grupo, adicionam-se dificuldades práticas como a sua natureza móvel e necessidades variáveis, assim como dificuldades na escolha de métodos de contagem fiáveis e universais³⁷.

A terminologia para definir este grupo de crianças – e jovens - diverge não só no tempo, mas entre e dentro de instituições e agências que trabalham nesta área. O elemento comum a todas as diferentes terminologias será naturalmente a relevância central que a rua ocupa nas suas vidas.

2.2.1 As definições

2.2.1.1 A definição do que se deve entender como “criança de rua” não é consensual, mesmo dentro das agências das Nações Unidas.

Por vezes, as agências da Nações Unidas fizeram a distinção entre “crianças na rua” e “crianças de rua”. Para a UNESCO, por exemplo, crianças *na* rua são aquelas que passam uma parte

³⁵ Human Rights Council, 2012, Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the protection and promotion of the rights of children working and/or living on the street, A/HRC/19/35, §62 e -Turgut, Natalie, 2015, *Consortium for Street Children Briefing Paper 2015 - Do I count if you count me?*, ed. 2015, London Consortium for Street Children, p. 3.

³⁶ Turgut, p. 3.

³⁷ Turgut *ob. cit.*, p. 3 e segs.

substancial do seu tempo na rua em diversas atividades, incluindo o trabalho, mas que se mantêm em contacto com a família, regressando a casa regularmente, por vezes todos os dias. Já crianças *de rua* incluem duas categorias: as “crianças sem teto” – aquelas que veem a rua como a sua casa, o lugar onde vivem, mas que mantêm contacto com a família que poderá também eventualmente viver na rua – e as “crianças sem teto e sem raízes” – aquelas que vivem e trabalham na rua e não têm qualquer contacto com a família, independentemente da causa para esta situação³⁸.

Outras agências falam em “crianças a trabalhar e/ou a viver na rua”. O Alto Comissário para os Direitos Humanos utiliza esta terminologia no seu relatório sobre a proteção e promoção dos direitos das crianças a trabalhar e/ou a viver na rua, nomeadamente no seu título³⁹, distinguindo dois grupos entre elas: aquelas que trabalham na rua e aquelas que vivem na rua. Esta terminologia distingue dois grupos consoante a sua associação predominante à rua: o primeiro, com uma associação económica e o último com uma associação social. Na prática, estes dois grupos não são de fácil distinção, já que crianças a viver na rua fazem dela o seu ganha-pão e as crianças a trabalhar na rua, podem fazer dela a sua casa ocasionalmente ou em períodos separados da sua vida.⁴⁰

O Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas atualmente tende a utilizar o termo “criança em situação de rua”. O Comentário Geral à Convenção dos Direitos da Criança que o Comité está a desenvolver tem como título precisamente “Comentário Geral sobre Crianças em Situação de Rua”⁴¹. Esta expressão é utilizada por especialistas nesta área para englobar os diferentes e complexos contextos em todo o mundo que levam crianças a formar um forte vínculo à rua⁴².

Uma nova terminologia tem estado a ser utilizada no trabalho académico⁴³, das Organizações Não-Governamentais⁴⁴, assim como a nível das Nações Unidas: “Crianças ligadas à rua”,

³⁸ UNESCO et al., 2001 *Education for Street and Working Children in India*, Nova Delhi, p. 17 e segs.

³⁹ Human Rights Council, 2012, Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the protection and promotion of the rights of children working and/or living on the street, A/HRC/19/35.

⁴⁰ Aptekar, Lewis *et al*, 2014, *Street children and homeless youth: a cross-cultural perspective*, Springer, p. 16.

⁴¹ United Nations High Commissioner on Human Rights, 2015, Children living on the street to receive special focus, 10 Abril 2015.

⁴² Aptekar, 2014 pp. 5 e segs.

⁴³ Coren, Esther *et al*, 2012, Interventions for Promoting Reintegration and Reducing Harmful Behaviour and Lifestyles in Street-Connected Children and Young People: A Systematic Review, 2012, The Campbell Collaboration.

⁴⁴ Thomas de Benitez, Sarah, *et al*, 2014, A Passport to Participatory Planning, Children Unite, Consortium for Street Children e StreetInvest.

entendendo-se como tal as crianças “*para quem a rua é o ponto de referência central – referência que tem um papel significativa na sua vida diária e identidade*”⁴⁵.

A idade das crianças tem também sido utilizada para fazer a distinção entre crianças que se podem encontrar na rua. Aptekar⁴⁶ fala de crianças de rua apenas para pré-adolescentes que dormem na rua, grupo típico de países em desenvolvimento. Crianças mais velhas seriam definidas como “juventude de rua”, grupo típico de países desenvolvidos, distinguindo-se no grupo “juventude de rua” entre 1) jovens que vivem em famílias sem-abrigo - grupo nitidamente ligado à pobreza e 2) aqueles que fogem de casa – tipicamente adolescentes, isto é, crianças mais velhas -, de classe média e média alta que fogem de casa e cuja fuga para a rua está mais ligada a situações de abuso ou negligência na família⁴⁷.

2.2.1.2 A diversidade de terminologias envolvidas nesta área de trabalho leva a inconsistências no vocabulário das Nações Unidas. O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, no seu “Relatório do Alto Comissários para os Direitos Humanos sobre a proteção e promoção dos direitos de crianças a trabalhar e/ou a viver na rua” já citado⁴⁸ utiliza duas terminologias diferentes: “crianças a trabalhar e/ou a viver na rua” (título do relatório, por exemplo) e “crianças ligadas à rua” (§16, por exemplo).

O Comité, na apreciação dos relatórios periódicos dos Estados Partes, também varia consideravelmente nas expressões utilizadas. Das 181 Observações Finais em que o Comité escolheu ter uma secção separada para apreciar a implementação da Convenção relativamente ao grupo específico de crianças de rua, o Comité utilizou várias expressões⁴⁹. O termo mais utilizado pelo Comité é, de longe, “crianças de rua”, termo utilizado 105 vezes, seguido de “crianças em situação de rua”, utilizado 56 vezes. Outras terminologias utilizadas variam por vezes apenas por pequenas *nuances*, como por exemplo “Crianças a viver e/ou trabalhar nas ruas” e “Crianças a viver na e/ou trabalhar na rua”.

O Comité escolheu, por vezes, também utilizar títulos para estas secções adaptados à realidade dos países em questão. Por exemplo, nas suas Observações Finais ao Relatório Inicial do

⁴⁵ Doc. já cit., A/HRC/19/35, §11, a final.

⁴⁶ Aptekar, Lewis, 2013, *Street Children, AIDS Orphans and Unprotected Minors* – *What you read is not what you see*, p. 11.

⁴⁷ Aptekar 2014, p. 13.

⁴⁸ Doc. já cit. A/HRC/19/35.

⁴⁹ V. Anexo 2, Tabela 4.

Burundi⁵⁰, o Comité intitulou na secção separada relativa a crianças de rua como “crianças a viver e a trabalhar nas ruas ou nas colinas”, refletindo que ainda que “crianças de rua” sejam um fenómeno maioritariamente urbano, a especificidade do Burundi e da situação de crianças a viverem sozinhas nesse país justifica uma menção especial para as incluir.

O Comité também varia, sem que se tenha identificado um fio condutor de tal mudança, a terminologia que usa ao longo do escrutínio que faz de um mesmo país. Por exemplo, relativamente à Bósnia e Herzegovina, nas suas Observações Finais ao Relatório Inicial do Estado Parte⁵¹, o Comité utiliza o título “Exploração Económica e Crianças de Rua”. No Relatório Inicial que apresentou ao Comité⁵², a Bósnia e Herzegovina não fez qualquer menção a crianças de rua, sendo que este tema foi abordado sim na discussão oral em sessão do mesmo⁵³. Já nas Observações Finais ao 2.º ao 4º relatório consolidado do mesmo Estado⁵⁴, o Comité utiliza o título “Exploração Económica e Crianças em Situação de Rua”. O Estado Parte, contudo, não utiliza esta terminologia no seu relatório, mencionando apenas crianças a mendigar e a trabalhar na rua⁵⁵, enquanto na discussão do relatório se fala em “crianças de rua”⁵⁶.

Vemos assim que o Comité pode variar a terminologia utilizada não só quando aprecia relatórios do mesmo país, mas mesmo no mesmo processo de apresentação e apreciação dos relatórios. Não se pode, portanto, afirmar que a terminologia utilizada pelo Comité evoluiu, mas apenas que varia.

2.2.1.3 Por outro lado, podemos ver que a terminologia pode variar relativamente ao Estado Parte objeto de escrutínio. A ideia de crianças de rua é largamente associada a países

⁵⁰ Committee on the Rights of the Child, 2000, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Burundi, CRC/C/15/Add.133.

⁵¹ Committee on the Rights of the Child, 2005, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Bosnia and Herzegovina, CRC/C/15/Add.260 (v. imediatamente antes do §65).

⁵² Committee on the Rights of the Child, 2004, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial report of States parties due in 1999 - Bosnia and Herzegovina, CRC/C/11/Add.28.

⁵³ Committee on the Rights of the Child, 2005, Committee on the Rights of the Child - Summary Record of the 1031st Meeting, CRC/C/SR.1031, §58.

⁵⁴ Committee on the Rights of the Child, 2012, Concluding observations on the consolidated second to fourth periodic reports of Bosnia and Herzegovina, adopted by the Committee at its sixty-first session (17 September–5 October 2012), CRC/C/BIH/CO/2-4.

⁵⁵ Committee on the Rights of the Child, 2011, Consideration of the reports submitted by States parties under article 44 of the Convention- Combined second to fourth periodic reports of States parties due in 2009- Bosnia and Herzegovina, CRC/C/BIH/2-4, §337 e §340.

⁵⁶ Committee on the Rights of the Child, 2012, Summary record of the 1730th meeting, CRC/C/SR.1730, §54.

economicamente mais fracos, em que o Estado não desenvolve as infraestruturas necessárias para responder à complexidade associada às causas e necessidades das crianças de rua. Nas suas Observações Finais aos relatórios periódicos dos Estados Partes, o Comité, como vimos, fala maioritariamente em “crianças de rua” ou suas variantes. Contudo, ao falar da Austrália, por exemplo, o Comité refere-se a crianças sem-abrigo (*homeless*⁵⁷) – com exceção da sua apreciação ao primeiro relatório ao PFPI. A mesma terminologia é utilizada em relação ao Canadá⁵⁸ ainda que nestas Observações Finais o Comité fale tanto em crianças sem-abrigo como em crianças de rua. Quando o Comité escolheu ter uma secção separada para tratar de temas associados a crianças ligadas à rua, apenas uma vez utilizou a expressão “sem-abrigo” no seu título, e esta nas Observações Finais ao 2º e 3º relatório combinado apresentado pela Austrália⁵⁹. Ainda que ao longo das Observações Finais o Comité se refira várias vezes à situação de sem-abrigo (*homelessness*) a expressão “crianças sem-abrigo” é apenas utilizada relativamente à Austrália⁶⁰, ao Canadá⁶¹, a El Salvador⁶², aos Estados Unidos da América⁶³, à Federação Russa⁶⁴, à França⁶⁵, ao Quirguistão⁶⁶, ao Reino Unido⁶⁷ e ao Sudão⁶⁸. Apreciando os países em causa parece, portanto, que o Comité faz tendencialmente – ainda que não exclusivamente - uma distinção entre a situação de rua em países economicamente mais fortes. Ao utilizar a expressão sem-abrigo (“*homeless*”, que poderá ser traduzido como “sem casa”) faz-se uma ligação direta entre a situação de rua e à falta de um teto, limitando-se a existência de crianças de rua à ausência de uma única infraestrutura – o abrigo, a casa (*home*) - e não à posição social de associação à rua. A utilização desta terminologia arrisca-se também a excluir um grupo de crianças que trabalha na rua ou que passa a maior parte do seu dia na rua.

⁵⁷ Committee on the Rights of the Child, 1997, Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Australia, CRC/C/15/Add.79, §18 e §33.

⁵⁸ Committee on the Rights of the Child, 2003, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: Canada, CRC/C/15/Add.215, §40 e §42.

⁵⁹ Committee on the Rights of the Child, 2005, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Australia, CRC/C/15/Add.268.

⁶⁰ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 1º relatório, ao 2º-3º relatório combinado e ao 1º relatório do PFPI

⁶¹ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 2º relatório.

⁶² V. Anexo 1 - Observações Finais ao 1º relatório.

⁶³ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 1º relatório do PFCA.

⁶⁴ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 2º relatório.

⁶⁵ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 5º relatório.

⁶⁶ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 1º relatório.

⁶⁷ V. Anexo 1 - Observações Finais ao 2º relatório.

⁶⁸ V. Anexo 1 - Observações Finais aos 1º e 2º relatório.

A falta de reconhecimento de uma realidade mais ampla do que um abrigo poderá condicionar as recomendações que o Comité fará e as consequentes respostas que os Estados poderão querer dar - e reportar ao Comité – à realidade de crianças a viver na rua. A adoção de uma diferente terminologia, neste caso, pode assim não só excluir áreas de proteção, mas também grupos de crianças (em opinião diferente, v. Paré, que defende que a terminologia não é importante⁶⁹).

2.2.2 “Necessidade de proteção e cuidados especiais” e “condições particularmente difíceis”

2.2.2.1 Quando se reflete nas causas que levam a criança à rua, uma série de fatores que interagem são de relevar, por vezes pouco aparentes e sempre contextualmente diferentes. Se as causas podem ser a relação particular-particular, como seja, o caso de abuso da criança pela família em famílias disfuncionais, poderão também ser a relação particular-Estado, como seja o caso da pobreza⁷⁰. Trata-se de um campo de grande sensibilidade política, em que programas públicos poderão estar em direta violação dos direitos da criança⁷¹. Daqui se retira a importância de normas internacionais que estabeleçam padrões mínimos de proteção aos direitos da criança de rua já que *“o reconhecimento destes direitos [humanos da criança] tende a desvanecer-se relativamente a crianças a viver ou a trabalhar na rua e é substituído por estigma, indiferença, invisibilidade e medo”*⁷². Bordonaro nota que *“se a criança está envolvida em violência, atividades sexuais ou outros atos que contrastam com as noções icónicas de inocência da infância, então a sua agência é avaliada como a-natural, porque não é suposto as crianças terem este tipo de comportamentos que são tidos como pouco infantis”*⁷³.

Na rua a criança age para a sua própria sobrevivência e equipara-se mais ao adulto do que aos seus pares: trabalha, decide, vagueia, é violenta. A criança de rua não corresponde assim necessariamente à ideia de vítima de violações de direitos humanos, normalmente vistas como

⁶⁹ Paré, Mona, 2003, Why have street children disappeared? – The role of international human rights law in protecting vulnerable groups, The International Journal of Children’s Rights 11, p. 21.

⁷⁰ ver cap. 5.2, para mais detalhes sobre como a Corte Interamericana entendeu os deveres do Estado relativamente ao direito à vida das crianças de rua, incluindo assistência na pobreza.

⁷¹ Poretti, Michele, et al, 2014, The rise and fall of icons of ‘stolen childhood’ since the adoption of the UN Convention on the Rights of the Child, p. 33.

⁷² Human Rights Council, 2011, Summary of the full-day meeting on the rights of the child, United Nations General Assembly, §29.

⁷³ Bordonaro, Lorenzo I., 2012, Agency does not mean freedom. Cape Verdean street Children and the politics of children’s agency, Children’s Geographies, Vol. 10, No. 4, Routledge, p. 422.

“*seres indefesos e passivos, vulneráveis à opressão de outros*”⁷⁴. Em consequência, por vezes, poderá ser difícil destrinçar a especial vulnerabilidade que justifica a “necessidade de proteção e cuidados especiais”, tal como enunciado no preâmbulo da Convenção. A agência da criança de rua, isto é, a sua capacidade de tomar decisões e agir, ao assemelhar-se à do adulto parece, assim, colocá-la numa posição de ainda maior vulnerabilidade, pois a sociedade não lhe reconhece automaticamente a necessidade de maior proteção, precisamente porque na rua a criança exerce reiteradamente essa agência.

2.2.2.2 O quadro jurídico internacional não assenta o que se deve entender como “criança de rua”. A ausência de referência específica a uma definição do que se deve entender por “criança de rua” pode-se talvez justificar pelo facto de crianças de rua serem antes de mais crianças. Não será por acaso que, como vimos, o Comité, na sua apreciação da implementação da Convenção através dos relatórios dos Estados Partes, não restringe o seu escrutínio relativamente a este grupo de crianças a uma secção específica, mencionando crianças de rua ao longo de todo o texto das suas Observações Finais⁷⁵. O Comité vê este grupo como sendo de facto constituído por crianças, referenciando-o quando pertinente à apreciação que está a fazer ao Estado Parte.

Por outro lado, crianças de rua não constituem um grupo de crianças absolutamente separado dos seus pares. As suas características podem colocá-las também, e frequentemente fazem-nos, em outros grupos particularmente vulneráveis, sujeitos a proteção internacional específica. Como ficou atrás exposto, as crianças de rua estão protegidas pela Convenção assim como, por outros instrumentos internacionais gerais e específicos, dependendo da sua situação. Por exemplo, crianças de rua portadoras de deficiência beneficiam também da proteção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

2.2.2.3 Ainda que a Convenção não fale expressamente em crianças de rua, refere no parágrafo 12º do seu preâmbulo, “*que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições particularmente difíceis*” adiantando que “*importa assegurar uma atenção especial a essas crianças*”.

⁷⁴ Merry, Sally Engle, 2008, *Relating to the Subjects of Human Rights: The Culture of Agency in Human Rights Discourse*, p. 385.

⁷⁵ V. 1.3.1, em que se notou que das 674 Observações Finais do Comité, 351 fazem referência a crianças de rua, mas apenas 181 delas consagram uma secção separada a este grupo de crianças.

A Convenção não define também o que entende como “condições particularmente difíceis”. Contudo, o trabalho das Nações Unidas tem demonstrado que crianças de rua se encontram manifestamente abrangidas no conceito de “crianças a viverem em condições particularmente difíceis” do Preâmbulo da Convenção. Um ano depois da adoção da Convenção, como resultado da Cimeira Mundial da Crianças, foi adotada a Declaração Mundial para a Sobrevivência, Proteção e Desenvolvimento das Crianças⁷⁶, sendo que, no seu seguimento, a Assembleia Geral das Nações Unidas adotou a Resolução 45/217, em 1990 em que urge todos os Estados Partes a trabalharem para alcançarem os fins e objetivos dessa Declaração⁷⁷.

A Declaração Mundial para a Sobrevivência, Proteção e Desenvolvimento das Crianças é especialmente importante para as crianças de rua porque as reconhece no seu §20, n.º 7, entre aquelas que vivem em condições particularmente difíceis. Sem nos debruçarmos em detalhe sobre a natureza jurídica das resoluções da Assembleia Geral, que não é o objeto do nosso trabalho, podemos afirmar como Queiroz que fazem “*prova da formação de normas e princípios de Direito Internacional comum ou geral ou de uma ‘correta interpretação’*”⁷⁸. No mínimo, têm portanto efeitos legais ao poderem fazer esta prova do entendimento dos Estados em determinadas matérias, ajudando por isso na interpretação de tratados⁷⁹.

Tendo ficado expressamente reconhecido que crianças de rua se encontram, entre aquelas que vivem em condições particularmente difíceis, a necessária consequência jurídica, nos termos do preâmbulo da Convenção é que “*importa assegurar uma atenção especial a essas crianças*” (§13 do preâmbulo da Convenção).

Isto é reiterado na Resolução da Assembleia Geral 47/126 - *The plight of street children* de Dezembro de 1992 da Assembleia Geral das Nações Unidas⁸⁰ que declara que “*crianças a viverem em circunstâncias particularmente difíceis, tais como crianças de rua, merecem especial atenção, proteção e assistência das suas famílias e comunidades e ser parte de esforços nacionais e cooperação internacional*” (§3), o que é depois repetido nas Resoluções da Assembleia Geral 48/136⁸¹ e 49/212⁸², ambas no mesmo tema da vida dramática das crianças de

⁷⁶ UNICEF, World Declaration on the Survival, Protection and Development of Children.

⁷⁷ General Assembly, 1990, Resolution adopted by the General Assembly 45/217 - World Summit for Children, §1.

⁷⁸ Queiroz, Cristina, 2013, *Direito internacional e relações internacionais: organizações internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora,

⁷⁹ Field, Sarah M., 2013, *UN Security Council Resolutions Concerning Children Affected by Armed Conflict: In Whose 'Best Interest'?* International Journal of Children's Rights 21, no. 1, p. 133

⁸⁰ A/RES/47/126.

⁸¹ A/RES/48/136.

rua. Note-se aqui que a reiteração nestas três Resoluções do reconhecimento da inclusão da criança de rua entre aquelas que vivem em circunstâncias particularmente difíceis, demonstra o acordo dos Estados Partes – e recorde-se que a Assembleia Geral é o órgão das Nações Unidas em que todos os Estados Membro estão representados (artigo 9º, n.º 1 da Carta das Nações Unidas) com o mesmo direito a voto (artigo 18º, n.º 1 da Carta) – relativamente a esta matéria, sendo que “*o poder normativo de facto aumenta com o acumular das resoluções*”⁸³.

A Resolução da Assembleia Geral 47/126 ao debruçar-se especificamente sobre crianças de rua, identifica preocupações graves relativamente aos seus direitos, que evidenciam a sua particular vulnerabilidade, incluindo violações ao direito à vida na forma de homicídio, tortura e violência⁸⁴, reconhecendo a necessidade de reforçar a aplicação da Convenção a crianças de rua⁸⁵. A Resolução da Assembleia Geral 47/126 é também muito relevante por reconhecer que as especificidades deste grupo de crianças poderão dificultar a interpretação da Convenção na sua aplicação a crianças de rua, adicionando dificuldade à proteção dos seus direitos. Sugere por isso no seu n.º 6 a elaboração de um Comentário Geral sobre crianças de rua⁸⁶. O mesmo foi reforçado nas Resoluções 48/136 e 49/212 deste órgão. Note-se que a Resolução 47/126 da Assembleia Geral é de 1992, mas que o processo de elaboração deste Comentário só agora está em curso.

Reconhecido que está que a criança de rua é (a) antes de mais criança, tal como definido no artigo 1º da Convenção e que, como tal, “*por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais, nomeadamente de proteção jurídica adequada(...)*” e (b) que pertence a um grupo de crianças que vive “*em condições particularmente difíceis*” a quem importa assegurar uma atenção especial (§13 do Preâmbulo da Convenção), fica estabelecido que as crianças de rua beneficiam do direito a uma proteção especial a quem importa assegurar uma atenção especial. A proteção conferida pela Convenção a crianças de rua é, portanto, redobrada: a especificidade das condições especialmente difíceis em que estas crianças vivem exige especial atenção na proteção e cuidados especiais de que enquanto crianças, já beneficiavam. A isto estão obrigados os Estados Partes, ao ratificarem a

⁸² A/RES/49/212.

⁸³ Field, *ob. cit.*, p. 135.

⁸⁴ Cfr. n. 3, A/RES/47/126.

⁸⁵ Cfr. n. 4, A/RES/47/126.

⁸⁶ V. 3.1.4 para mais detalhes sobre Comentários Gerais

Convenção, sendo que, nos termos do seu artigo 44º, estão também obrigados a relatar ao Comité como o fizerem em sede de implementação da Convenção.

2.2.2.4 Impõe-se ainda chamar à colação o artigo 5º da Convenção, o qual, reconhecendo que *“por motivo da sua falta de maturidade física e intelectual, [a criança] tem necessidade de uma proteção e cuidados especiais”* (§13 do Preâmbulo), impõe ao Estado Parte *“assegurar à criança (...) a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos na Convenção”*. Isto é, o Estado Parte está obrigado a criar à criança as condições para o exercício efetivo dos seus direitos, tendo em conta as suas necessidades específicas para tal exercício.

Assente no princípio básico da Convenção de que a família terá o lugar predominante em assegurar o crescimento e bem-estar da criança (§6 do Preâmbulo), o artigo 5º, refere pais, família alargada, comunidade e representantes legais da criança, como sujeitos que tipicamente terão que *“assegurar à criança (...) a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos na Convenção”*. Na ausência de adultos na vida da criança de rua, não pode este artigo ser interpretado de modo a não lhe reconhecer o direito à orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos reconhecidos pela Convenção. Nos termos do artigo 2º, n.º 2 da Convenção, *“Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma (...)”*, pelo que a ausência de um adulto com a responsabilidade, direito e dever de assegurar à criança o efetivo exercício dos seus direitos, não implica que criança fique privada desse direito. Pelo contrário, estando a criança separada da família, nos termos do artigo 20º, n.º 1, terá direito a uma proteção e assistência especial do Estado também nesta sede.

O artigo 5º dá particular atenção ao exercício efetivo pelas crianças dos seus direitos. Refere por isso o exercício pela criança dos seus direitos *“de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades”*, sendo por isso que o direito à orientação e aos conselhos para o exercício dos seus direitos se têm que necessariamente orientar por tal desenvolvimento. A situação da criança de rua apresenta também aqui algumas especificidades. Tipicamente, o desenvolvimento das capacidades da criança é assegurado por adultos. Diz o artigo 18º, n.º 1 da Convenção que *“A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe*

primacialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais” adiantando que “*O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental*”. Daí também o artigo 5º enunciar pais, família alargada, comunidade e representantes legais da criança. No caso das crianças de rua, a responsabilidade – mais ou menos⁸⁷ – permanente pelo seu desenvolvimento e pelo seu interesse superior⁸⁸ é deixada às próprias crianças. A rede social protetora da criança é substituída pelo espaço público⁸⁹. Isto é, o conjunto das instituições que, socialmente e variando localmente e de acordo com o adulto a exercer o poder paternal, são normalmente agentes facilitadores do seu desenvolvimento e protetores do seu interesse superior - a casa, a família, a escola, o sistema de saúde, não tanto isoladamente cada uma destas figuras, mas nas interações destas que cada sociedade desenvolve à volta da criança – é substituído pela rua. A rua, por seu lado, na realidade, é um vacuum de estrutura à volta da criança com riscos permanentes, mas que se torna para a criança de rua a sua referência no seu desenvolvimento. Esta ausência de estruturas para o exercício dos seus direitos e no desenvolvimento das suas capacidades, justifica também a inclusão das crianças de rua entre os grupos de crianças a viverem em situações particularmente difíceis.

O Comité reconhece como o desenvolvimento das capacidades da criança é importante no exercício dos seus direitos e tenta fiscalizar se decisões relevantes na proteção dos direitos da criança o têm em conta. Nas suas Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Iniciais o Comité requer, relativamente ao artigo 1º da Convenção, que os Estados Partes forneçam informação sobre a idade mínima para diferentes tipos de decisão, incluindo procurar conselho legal e médico sem autorização paternal, ter emprego, dar consentimento para atividade sexual, etc.⁹⁰. Dada a importância destas decisões na vida da criança, o Comité quer assegurar que as decisões são tomadas por alguém com capacidade para o fazer, na medida em que a criança não as possa tomar, ou em sua substituição. Em igual medida se fará, portanto, a avaliação no sentido de, nos termos do artigo 12º, n.º 1 da Convenção, permitir a participação da criança em matérias que lhe respeitem “*de acordo com a sua idade e maturidade*”.

⁸⁷ Dizemos aqui “mais ou menos” permanente porque, como vimos, crianças de rua podem manter contato com as suas famílias que exercerão até certo ponto esta função.

⁸⁸ V. 4.3, sobre o interesse superior da criança.

⁸⁹ Human Rights Council, 2012, Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the protection and promotion of the rights of children working and/or living on the street, A/HRC/19/35, §11.

⁹⁰ Committee on the Rights of the Child, 1991, General Guidelines regarding the form and content of initial reports to be submitted by states parties under article 44, paragraph 1 (a), of the Convention, CRC/C/5, §12.

No caso de crianças de rua, decisões sobre os temas acima identificados estão, por defeito, a cargo da própria criança que pode não estar preparada para as tomar, dada a sua vulnerabilidade e (in)experiência. Tais decisões são tomadas, como vimos, num contexto de riscos - a rua - e em que o desenvolvimento das suas capacidades não é supervisionado consistentemente. Este circunstancialismo pode facilmente distorcer a sua análise na tomada de decisões. Dito isto, não se pode deixar de mencionar que crianças de rua desenvolvem capacidades e resiliências que os seus pares que crescem em família ou em estruturas para-familiares não desenvolvem (ou precisam de desenvolver) necessariamente. Tudo isto terá que ser pesado na apreciação do estado de “desenvolvimento das suas capacidades”, para efeitos do artigo 5º da Convenção.

No caso das crianças de rua, nos termos do artigo 4º, as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias para a realização do direito à orientação e aconselhamento para o exercício dos seus direitos, terão necessariamente que criar à criança diretamente, na ausência de quem assegure o efetivo exercício dos seus direitos, as condições para esse mesmo exercício, sendo que o desenvolvimento das suas capacidades terá que ser aferido em função do contexto de rua em que a criança cresce.

2.2.2.5 A particularidade específica que distingue crianças de rua dos seus pares é, como vimos, difícil de definir. Ao contrário de outros grupos, a definição do que é ser criança de rua não depende de dados fisiológicos (como por exemplo crianças com doença, ou crianças de etnias particulares), nem depende das suas necessidades de acesso a serviços particulares (como crianças aos cuidados do Estado ou crianças com deficiência). Depende sim da sua posição geográfica em momentos cruciais do seu desenvolvimento, isto é, o espaço público. A rua torna-se assim a referência central no seu desenvolvimento. A esta característica associa-se a ausência de adultos nesses mesmos momentos que tipicamente – mas não sempre - constituem um fator protetor.

A Convenção assenta na convicção de que a família é o “*elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças*” (§5 do Preâmbulo da Convenção), devendo por isso estas ser separadas da família apenas em casos excecionais, contra a vontade destes para salvaguarda do seu interesse superior (artigo 9º, nº 1 da Convenção). Não são por isso de estranhar, as referências frequentes feitas pelo Comité, em sede de Observações Finais, à obrigação do Estado Parte, ao

abrigo do artigo 9º, n.º 1. Em 225 das suas 674 Observações Finais o Comité fez recomendações relativas à reunificação familiar.

O artigo 9º determina que a criança não seja separada dos seus pais contra a vontade destes - e ouvida que seja a criança ao abrigo dos artigos 9º, n.º 2 e 12º, n.º 1 da Convenção -, pelo que a obrigação do Estado Parte será, nos termos do artigo 4º da Convenção, “*tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias*”, para garantir a permanência da criança na família⁹¹.

O mesmo artigo 9º, n.º 1, determina também que a decisão de separar a criança da família terá que ser feita por autoridade competente, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis. A Convenção sujeita, também, esta decisão ao interesse superior da criança. A presunção de que a criança deve permanecer na família é assim ilidível apenas pela necessidade de proteger o interesse superior da criança (mesmo artigo 9º, n.º 1) e mediante tramitação própria. A exigência de um enquadramento legal com processos próprios assegura a avaliação detalhada e informada sobre se a separação da criança protege o interesse superior da criança. A separação, no caso de crianças de rua, não acontece no seguimento de processos públicos. Nestes casos, a aferição do interesse superior no contexto da separação da família, é tomada pela própria criança. Também nesta sede fica clara a posição de especial vulnerabilidade deste grupo de crianças, que, quando separadas da família, não têm o seu interesse superior devidamente avaliado pelos processos que deverão existir para o proteger.

Nos termos do artigo 9º, n.º 1 a obrigação dos Estados Partes nesta sede é garantir – mais uma vez através de todas as medidas necessárias nos termos do artigo 4º - que a criança não tenha que tomar esta decisão sobre o seu interesse superior e que a mesma seja tomada pelos processos relevantes que assegurarão a avaliação informada de qual o interesse superior da criança, garantindo-se assim a sua proteção.

Sem prejuízo, quando a separação aconteça, de a criança beneficiar do direito a “*proteção e assistência especiais do Estado*” (artigo 20º, n.º 1 da Convenção), como resultado da especial vulnerabilidade que a ausência da família traz à criança.

⁹¹ V. 3.2 relativamente ao limite dos recursos disponíveis no que toca aos direitos económicos, sociais e culturais.

3) Proteção vs. Implementação

3.1 Proteção

3.1.1. “Os direitos humanos, estando ligados à qualidade de pessoa humana, têm um carácter objetivo”⁹², diz Martins. Os direitos fundamentais, continua a Autora, existem e não são “atribuídos por tratado revogável, a qualquer momento por um qualquer Estado Parte”. Nota contudo Moco que, não obstante a natureza predominantemente declarativa dos mecanismos de proteção dos direitos humanos, “esse valor declarativo não deixa de ter a sua relevância, se tivermos em conta a importância da persuasão declarativa e do costume que dela pode resultar (...)”⁹³.

Sobretudo a partir da segunda metade do século passado, o sistema jurídico internacional tem vindo a positivar estes direitos, tornando explícitas as obrigações internacionais dos Estados. Daí o Alto Comissário para os Direitos Humanos notar que “O quadro legislativo internacional que estabelece as obrigações dos Estados em relação a crianças nunca (ter sido) tão abrangente como é hoje”⁹⁴. Ao aderirem à Convenção sobre os Direitos da Criança, tal como em relação a qualquer outro instrumento legal internacional, os Estados Partes não criam os direitos da criança. Reconhecem-nos, sim, assumindo o compromisso de lhes darem efetividade. Isto é, se os direitos humanos – incluindo os direitos das crianças de rua - não dependem da existência de um tratado a reconhecê-los, a possibilidade do seu exercício efetivo está dependente da (vontade de) ação dos Estados para efetivar a sua implementação.

A Convenção, como outros tratados internacionais, criou um mecanismo de apresentação de relatórios periódicos, com o desiderato de fiscalização do progresso da implementação dos direitos nela consagrados. Ao tornarem-se parte de instrumentos de direito internacional, como seja o caso da Convenção, os Estados obrigam-se não só aos direitos substanciais neles reconhecidos, mas também aos mecanismos de proteção e fiscalização nele consagrados. Às agências fiscalizadoras dos tratados, tal como neles estabelecidas – o Comité dos Direitos da

⁹² Martins, Ana Maria Guerra, 2012, “Direito internacional dos direitos humanos: relatório: programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático”, Coimbra, Almedina.

⁹³ Moco, Marcolino, 2010, “Direitos humanos e seus mecanismos de proteção: as particularidades do sistema africano”, Coimbra, Almedina.

⁹⁴ Doc. já cit., A/HRC/19/35, §3.

Criança, no caso da Convenção -, compete fiscalizar como a implementação dos tratados é feita a nível local.

3.1.2 A Convenção dos Direitos da Criança é, sem dúvida, um marco no Direito Internacional. 196 Estados de um universo de 197 ratificaram a Convenção⁹⁵ tendo-se conseguido na área de direitos das crianças um nível de consenso internacional sem precedentes que indica um entendimento relativamente universal do que é o enquadramento legislativo nesta área. Isto, não obstante, claro, a possibilidade de os Estados fazerem reservas ao abrigo do artigo 51º da Convenção e do artigo 2º, al. d) da Convenção de Viena.

A Convenção sobre os Direitos da Criança é assim o instrumento legal internacional que, atendendo a este elevado nível de adesão, melhor parece conseguir exprimir o que Martins define como a base axiológica dos direitos humanos, os “*valores (...) que devem constituir uma base comum de todas as civilizações e de todas as religiões*”⁹⁶. Nesta linha, a Convenção, no artigo 41º, expressamente consagra as suas regras como um padrão mínimo de proteção e não um padrão absoluto. Isto é, a Convenção reconhece que declara apenas a base comum do entendimento dos Estados Partes relativamente aos direitos da criança – base axiológica dos direitos das crianças, nas palavras de Martins - pelo que esta proteção especial poderá variar de acordo com as necessidades, com o contexto e com as decisões soberanas locais.

Não obstante, relativamente a todas as crianças e às crianças de rua em particular continuam a verificar-se violações continuadas aos seus direitos em muito Estados Partes da Convenção – muitas vezes graves e regulares. Suscita-se, por isso, a questão de se a ratificação da Convenção não estará a ser utilizada como fachada para uma aparência de proteção⁹⁷, caso em que a Convenção servirá não como fator de proteção, mas como fator de risco. Isto é, a aparente proteção dos direitos da criança pela adesão à Convenção cria uma aparência de proteção que pode toldar a análise de como a proteção está efetivamente a ser feita.

⁹⁵ United Nations - Treaty Collection, sem data, *Chapter IV, Human Rights, 11 - Convention on the Rights of the Child*.

⁹⁶ Martins, *ob. cit.*

⁹⁷ Debate descrito, mas não referenciado, em Blanchfield, Luisa, 2013, *The United Nations Convention on the Rights of the Child- CRS Report for Congress*, Congressional Research Service, p. 15, também citada em Kohm, Lynne Marie., 2014-2015, *A Brief Assessment of the 25-Year Effect of the Convention on the Rights of the Child*, p. 343.

3.1.3 A proteção dos Direitos Fundamentais e, para efeitos deste trabalho, dos direitos da criança de rua, não se satisfaz com o mero reconhecimento (declaração) dos seus direitos fundamentais substantivos. A proteção exige uma infraestrutura complexa que assegure, de facto, a proteção desses direitos. Abdul Khaliq Shaikh nota, por exemplo, que “*Foram ratificadas convenções internacionais, foi feita legislação interna e existem políticas adequadas, mas a falha está nas infraestruturas e instituições e na falta de capacidade entre as pessoas que lidam com as crianças. As estruturas e instituições existentes devem por isso ser feitas mais efetivas*”⁹⁸. Para assegurar a proteção dos direitos das crianças de rua, como em outras áreas de direitos fundamentais, a verificação que se terá que fazer é se, de facto há, nas palavras de Kohm, honestidade e infraestruturas necessárias para lhe dar exequibilidade⁹⁹.

Esta verificação poderá ser feita a dois níveis: interna e internacionalmente.

Internamente, a proteção dos direitos da criança de rua, passa pela existência de um enquadramento jurídico e mecanismos de responsabilização que assegurem estruturas políticas e Estados de Direito fortes. Inclui, necessariamente, a produção legislativa, mas terá que abranger outras realidades práticas: a formação dos agentes do Estado sobre direitos das crianças, por exemplo, mas também, a sua capacitação no trabalho direto com crianças¹⁰⁰. Mas exige também uma infraestrutura que assegure a formação de decisões políticas centradas na criança, incluindo em termos de alocação de recursos.

O que parece ser um argumento linear não é tão simples como à primeira vista possa parecer. Veja-se o caso do Reino Unido, que assinou a Convenção em 19 abril de 1990 e a ratificou em 16 de dezembro de 1991. Um estudo que a organização não-governamental inglesa *Children's Society*¹⁰¹ realizou em 2015, descobriu que 12.000 jovens entre os 16 e 17 anos de idade – portanto crianças - se apresentaram às autoridades nacionais como não tendo onde viver. Destes, apenas 2.800 receberam serviços, isto é, pouco mais de 23% dos jovens de rua no país. Este estudo demonstra claramente a falibilidade da mera adesão à Convenção mesmo em contextos em que é inquestionável a existência de um Estado de Direito, baseado em princípios de democracia e em que os recursos disponíveis do país serão uma preocupação menor do que em outras partes do mundo.

⁹⁸ Human Rights Council, 2011, *Summary of the full-day meeting*, §43.

⁹⁹ Kohm, *ob. cit.* p. 345.

¹⁰⁰ Human Rights Council, 2011, *Summary of the full-day meeting*, §43.

¹⁰¹ Pona, Iryna *et al*, 2015, *Getting the house in order - Keeping homeless older teenagers safe*, Children Society, p. 5 e segs.

O sistema jurídico internacional pode proporcionar oportunidades de fiscalização que assegurem o respeito pelos Estados dos compromissos internacionais assumidos na proteção de direitos fundamentais.

Em termos de direito internacional, qualquer fiscalização supranacional do respeito pelos Estados dos direitos humanos não se fará sem dificuldades. Ao aderirem a instrumentos de direito internacional, os Estados obrigaram-se perante os seus pares à proteção de direitos fundamentais. Contudo, isto é feito sem prejuízo da sua soberania, incluindo o modo como escolhem fazer tal proteção. Moco sumariza bem o cerne desta tensão ao afirmar que “*o DIDH (Direito Internacional dos Direitos Humanos) se encontra na intersecção entre o Direito Interno dos Estados e o Direito Internacional*”¹⁰² já que o seu objeto é o mesmo, a saber a proteção das diversas facetas da pessoa humana.

Dadas estas tensões, o artigo 4º da Convenção cristaliza o compromisso dos Estados Partes, eles mesmos, tomarem todas as medidas legislativas, administrativas e outras para tornarem o quadro jusfundamental internacional numa realidade¹⁰³.

Não obstante os mecanismos de proteção internacional que analisaremos ao longo deste trabalho o sistema internacional dispõe de meios muito limitados para responsabilizar o Estado Parte em caso de incumprimento. Na proteção internacional dos direitos das crianças de rua, como em outras áreas de direitos humanos, mesmo quando se pode determinar casos de incumprimento, o direito internacional não dispõe de meios para dar exequibilidade à sua decisão. O Estado é livre de aceitar tal responsabilidade ou não. Nas palavras de Lee “*a falta de mecanismos a nível nacional, regional e internacional que permitam às crianças e aos seus representantes disputar violações e procurar remédios, enfraquece a implementação de todas as provisões da Convenção*”¹⁰⁴. Na mesma linha diz Martins “*O Direito Internacional dos Direitos Humanos (...) só pode ser, verdadeiramente, eficaz se se libertar da competência nacional exclusiva e assumir que a proteção do ser humano só pode ser assegurada fora do quadro das relações entre os Estados*”¹⁰⁵, isto é, colocando o indivíduo numa posição em que possa ele mesmo fazer valer eficazmente os seus direitos. A proteção dos direitos humanos e, para efeitos deste

¹⁰² Moco, *ob. cit.*

¹⁰³ Patiño Manffer, Ruperto, 2011, *Estado constitucional y derecho internacional de los derechos humanos: El caso particular de los niños de la calle*, in Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla, México, Año V, N. 28, p. 203.

¹⁰⁴ Lee, 2010, p. 568.

¹⁰⁵ Martins, *ob. cit.*

trabalho, dos direitos de crianças de rua, fica assim muito enfraquecida pelo que o reforço dos mecanismos de responsabilização internacional do Estado melhora enormemente a proteção dos direitos das crianças de rua.

Dito isto, pode-se contudo verificar alguma evolução de como os órgãos judiciais supranacionais agem na responsabilização dos Estados e de como os Estados têm estado a responder a esta mudança¹⁰⁶.

3.1.4 O sistema atual de proteção não é, contudo, destituído de mérito. Falámos já de um quadro legislativo abrangente que declara e torna claras as responsabilidades jusfundamentais dos Estados. Não podemos também esquecer o carácter pedagógico da Convenção que especificamente alerta para os direitos das crianças, tornando-as “visíveis”¹⁰⁷.

Os mecanismos internos das Nações Unidas contribuem para tal, tendo esta organização vindo a desenvolver trabalho na proteção dos direitos das crianças. Têm também feito um trabalho significativo em relação a crianças de rua.

No que toca ao reconhecimento das especificidades da aplicação da Convenção a crianças de rua, desde 1992 que a Assembleia Geral das Nações Unidas, salienta a importância do esclarecimento dos direitos específicos deste grupo e fala na elaboração de um Comentário Geral especificamente sobre crianças de rua, como vimos. Efetivamente, pela Resolução 47/126 sobre a situação difícil das crianças de rua, a Assembleia Geral das Nações Unidas convidou “*o Comité dos Direitos da Criança a considerar a possibilidade de um comentário geral sobre crianças e rua*”¹⁰⁸.

Os Comentários Gerais são de extrema utilidade no esclarecimento de como a Convenção deve ser interpretada, pelo que o convite feito pela Assembleia Geral ao Comité em relação a este grupo de crianças é muito importante. O documento sobre os Métodos de Trabalho, na sua parte IX denominada “Comentários Gerais/recomendações” detalha o que se deverá entender como Comentário Geral, determinando que estes são adotados pelo Comité “*para assistir os Estados Partes no cumprimento das suas obrigações ao abrigo da Convenção sobre os Direitos da Criança e para estimular as organizações internacionais e agências especializadas relevantes a*

¹⁰⁶ V. 5.2 deste trabalho e a análise sobre as decisões da Corte Interamericana em Antkowiak, Thomas M, 2011 *An Emerging Mandate for International Courts: Victim-Centered Remedies and Restorative Justice*, p. 292 e segs.

¹⁰⁷ Kohm, *ob. cit.*, p. 347.

¹⁰⁸ Doc. já cit. A/RES/47/126, n. 7.

*progressiva e efetivamente realizarem plenamente os direitos reconhecidos na Convenção”*¹⁰⁹.

Os Comentários Gerais são assim uma interpretação autêntica, tal como definida pelo Comité sobre artigos e temas específicos da Convenção, que fornecem aos Estados as orientações para a implementação da Convenção¹¹⁰.

Note-se que no seu Comentário Geral n.º 5, sobre medidas de implementação da Convenção, o comité nota também no seu §5 que Comentários Gerais de outras agências das Nações Unidas, tais como o Comité para os Direitos Humanos no caso acima, e o Comité dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, lhe são complementares. Vemos assim que a interpretação do Comité é, naturalmente, no sentido de ver a Convenção inserida num contexto jurídico internacional mais amplo, deixando a interpretação especializada de matérias específicas para órgãos também eles especializados em tais matérias, ficando deste modo reforçada a proteção dos direitos das crianças. Isto porque a interpretação feita por órgãos especializados em matérias específicas, que esclarecerá matérias de direito, deve ser feita complementarmente com a interpretação dada à Convenção.

O Comité tem usado este poder prolificamente e até à data, fez 14 Comentários Gerais, ao qual se adiciona uma Recomendação/Comentário Geral conjunto com o Comité para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres. Mais 3 Comentários Gerais estão em processo de rascunho, entre eles – e só agora - o Comentário Geral sobre Crianças em Situação de Rua. Com o Comentário Geral os Estados Partes terão em breve orientações claras de como o Comité espera que protejam os direitos de crianças de rua e do que podem esperar do escrutínio pelo Comité¹¹¹. Mais recentemente, pela Resolução 7/29, de 28 de março de 2008, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas decidiu também dedicar um dia por ano à discussão da situação dos direitos da criança (§7). Em 2011 este dia foi dedicado a crianças de rua. Foi então adotada a Resolução 16/12, “*Direitos da Criança: uma abordagem holística à proteção e promoção dos direitos de crianças a trabalhar e/ou viver na rua*” que pede aos Estados um tratamento integrado da situação de crianças de rua, incluindo a elaboração de planos estratégicos para lidar com a situação (n.º 2 da Resolução 16/12) e o reforço do Estado para a proteção deste grupo de crianças (por exemplo, pedindo alterações legislativas protetoras das crianças e rua (n.º 4, al. a) e

¹⁰⁹ Committee on the Rights of the Child, sem data, *Working methods – Documents*, p. 5.

¹¹⁰ Lee, Yanghee, 2013, Address: Creating New Futures for All Children: The Promise of International Human Rights Law, p. 8.

¹¹¹ Paré, *ob. cit.*, p. 26.

a responsabilização dos agentes do Estado (n.º 4, al. b) da Resolução 16/12). A Resolução 16/12 reconhece a dificuldade que o trabalho com este grupo pode representar para os Estados, pelo que especificamente os encoraja, no seu nº 11, a pedirem “*conselho técnico e assistência para iniciativas destinadas a melhorarem a situação de crianças a viver e/ou a trabalharem na rua (...)*”.

Finalmente, e em sede da própria Convenção, os Estados Partes obrigam-se a informar o Comité regularmente sobre o progresso que alcançaram na efetivação dos direitos nela consagrados, sendo que, ao abrigo da al. d) do artigo 45º, o Comité dos Direitos da Criança tem a faculdade de “*fazer sugestões e recomendações de ordem geral*”. Com o Comentário Geral sobre crianças de rua ora em elaboração, os Estados terão indicações claras, como vimos, do que se espera deles em sede de progresso da implementação da Convenção na proteção dos direitos daquele grupo de crianças.

Curiosamente, à própria Organização das Nações Unidas faltam mecanismos de escrutínio para a verificação se os seus atos respeitam os direitos das crianças, ao abrigo da Convenção e a questão do escrutínio do escrutinador permanece por resolver¹¹².

3.2 Implementação

3.2.1 A proteção de direitos fundamentais faz-se antes de mais pela sua implementação. A Convenção reflete as tensões do direito internacional e deixa claro que o modo como os direitos nela consagrados são implementados será deixado à decisão dos Estados, sem prejuízo da obrigação que os mesmos têm de o fazer. Diz, por isso, o artigo 4º da Convenção que “*Os Estados Partes comprometem-se a tomar as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos reconhecidos pela presente Convenção*”. Limita a Convenção imediatamente de seguida esta obrigação do Estado, afirmando que “*No caso de direitos económicos, sociais e culturais, tomam essas medidas no limite máximo dos seus recursos e, se necessário, no quadro da cooperação internacional*”.

Ao abrigo do artigo 4º da Convenção, os Estados Partes comprometem-se a um fim (a “*realização dos direitos reconhecidos pela presente Convenção*”) e a um meio (“*tomar as*

¹¹² UN Security Council Resolutions Concerning Children Affected by Armed Conflict: In Whose 'Best Interest', p. 161.

medidas legislativas, administrativas e outras”). Ao falar de um leque de medidas necessárias à realização dos direitos da Convenção, esta reconhece que a proteção dos direitos das crianças se faz por uma implementação multidisciplinar de medidas.

O artigo refere três categorias de medidas, todas elas sujeitas ao mesmo grau de obrigação. Isto é, por exemplo, a implementação de medidas legislativas não desobriga o Estado Parte da implementação de “outras medidas” necessárias à realização dos direitos reconhecidos na Convenção. A Convenção pretende dar efetividade aos direitos nela reconhecida e cria assim uma obrigação de meios abrangente para os Estados Partes.

O Comentário Geral n.º 5 determina também no seu §8 que “*quaisquer que sejam as suas circunstâncias económicas, os Estados estão obrigados a tomar todas as medidas necessárias à realização dos direitos das crianças, dando especial atenção aos grupos mais desfavorecidos*”. Nesta sede temos, porém, que apontar que, tendo ficado claro, como vimos acima, que crianças de rua se incluem, para efeitos do §13 do Preâmbulo da Convenção, entre aquelas que vivem em condições particularmente difíceis, os Estados Partes estão, portanto, obrigados a dar especial atenção a este grupo nas medidas que tomarem. No Comentário Geral citado acima, o Comité esclarece que as suas circunstâncias económicas não excecionam esta obrigação. Veremos abaixo em mais detalhe como se deve entender a referência feita pelo artigo 4º da Convenção aos recursos do Estado Parte na implementação da Convenção.

A tomada de medidas a que os Estados se obrigam nos termos do artigo 4º da Convenção consubstancia, na verdade, “*as medidas que hajam adotado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos*” referidas no artigo 44º, n.º 1, pelo que serão objeto de escrutínio ao abrigo dos artigos 44º e 45º da Convenção e de recomendações pelo Comité em sede de Observações Finais.

No caso dos direitos da criança, e, bem assim relativamente a crianças de rua, a última parte do artigo 4º no que toca à implementação dos direitos económicos, sociais e culturais levanta algumas questões interessantes, pelo que nos debruçaremos sobretudo sobre ela, com uma análise a final sobre decisões orçamentais e o papel do interesse superior da criança nelas.

3.2.2 Como vimos, o artigo 4º da Convenção começa por afirmar a obrigação assumida pelo Estado Parte de implementar os direitos reconhecidos na Convenção. Imediatamente de seguida,

condiciona essa implementação ao limite máximo dos seus recursos no que toca aos direitos económicos, sociais e culturais.

A tradicional divisão entre direitos civis e políticos por um lado e direitos económicos, sociais e culturais por outro é menos linear do que à partida se possa pensar. Diz o §6 do Comentário Geral n.º 5 que “*Não há uma divisão simples ou definitiva dos direitos humanos nas duas categorias*” adiantando depois que “*o desfrute dos direitos económicos, sociais e culturais está inextricavelmente interligada com o desfrute de direitos civis e políticos*”. E vice-versa, adiantamos nós. Não se pode entender a proteção do direito à participação política, por exemplo, se o direito à educação não for assegurado, assim como não se pode entender o direito à vida sem conceder que o mesmo inclui viver com dignidade¹¹³. Estes são exemplos notórios da indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos.

Estas características terão necessariamente que se refletir na obrigação de implementação exigida pela Convenção. Sendo assim, tem que se fazer uma interpretação cuidadosa da segunda parte do artigo 4º. A fazer-se uma interpretação literal desta última parte do artigo, estar-se-ia a afirmar que sempre que um direito económico, social ou político esteja em causa, o Estado está obrigado apenas no limite máximo dos seus recursos. Dada a indivisibilidade e interdependência dos direitos fundamentais, estaríamos a afirmar na realidade que os Estados Partes só estarão obrigados à proteção dos direitos da criança no limite máximo dos seus recursos.

Vejamos o caso do direito à vida, porque pertinente para o caso de crianças de rua, dado o acórdão *Villagrán-Morales*¹¹⁴. O direito à vida está consagrado no artigo 6º da Convenção, juntamente com o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento, que inclui tanto aspetos civis e políticos como económicos e sociais¹¹⁵. A inclusão no mesmo artigo destes três direitos não se faz por acaso. Uns direitos estão dependentes dos outros. A interpretação literal da segunda parte do artigo 4º imporia que o direito à vida só estaria protegido na medida em que os recursos máximos do Estado Parte o permitam quando o seu desfrute estivesse dependente de direitos económicos sociais e culturais. Isto é, os direitos civis e políticos estariam também eles dependentes do limite máximo dos recursos disponíveis do Estado Parte, porque interdependentes de direitos económicos, sociais e culturais. A segunda parte do artigo 4º da

¹¹³ V. Cap. 5.2 para mais detalhes sobre o entendimento da jurisprudência internacional do direito à vida de crianças de rua.

¹¹⁴ V. Cap. 5.2 para mais detalhes sobre este acórdão.

¹¹⁵ Nolan, Aoife, *Economic and Social Rights, Budgets and the Convention on the Rights of the Child*, International Journal of Children's Rights 21, no. 2 (April 2013), p. 261.

Convenção terá, portanto que ser interpretada restritivamente e tendo como ponto de referência os restantes direitos não sujeitos à condição do “limite máximo dos recursos disponíveis”. Isto é, o Estado Parte está obrigado à implementação dos direitos económicos, sociais e culturais no limite máximos dos recursos disponíveis apenas na medida em que não afetem o exercício dos restantes direitos. Estes beneficiam de uma proteção de exercício pleno, pelo que não podem ser restringidos pela disponibilidade de recursos.

3.2.3 O Comentário Geral n.º 5 sobre Medidas Gerais de Implementação da Convenção afirma no seu §7 que “*A segunda frase do artigo 4º reflete a aceitação realística de que a falta de recursos – financeiros e outros recursos – pode dificultar a implementação total dos direitos económicos, sociais e culturais in alguns Estados*”. A Convenção também não determina a bitola para a determinação do que é o máximo dos recursos disponíveis para efeitos do artigo 4º.

Interessa por isso debruçarmo-nos sobre o que se deve entender por recursos disponíveis.

A utilização máxima dos recursos disponíveis não terá necessariamente que se traduzir em mais recursos e carga financeira para o Estado Parte para a implementação de direitos económicos, sociais e culturais. O artigo 4º da Convenção não fala em “mais recurso”. Fala do “limite máximo dos recursos disponíveis”, determinando assim a utilização dos recursos existente na sua máxima amplitude possível.

Para a utilização máxima dos recursos disponíveis, o Estado tem que saber quais os recursos disponíveis e assegurar que os pode aceder. O artigo 4º da Convenção exige por isso também ao Estado Parte o reforço das estruturas do Estado para assegurar a alocação desses mesmos recursos disponíveis à implementação da Convenção de acordo com as obrigações assumidas.

O Relator Especial das Nações Unidas sobre a Pobreza Extrema e Direitos Humanos chama a atenção, por exemplo, para a necessidade de políticas fiscais fortes, notando que “*Não se pode dizer que um Estado que não tome medidas robustas para lidar com o abuso fiscal esteja a dedicar o máximo dos recursos disponíveis para a realização dos direitos económicos, sociais e culturais*”¹¹⁶.

Para dar cumprimento às suas obrigações ao abrigo do artigo 4º da Convenção, os Estados Partes têm também que assegurar mecanismos que permitam a gestão racional e eficaz dos recursos disponíveis. A mesma Relatora acima já anteriormente tinha chamado a atenção para que “*Ainda*

¹¹⁶ Carmona, M, 2014, *Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights*, Magdalena Sepúlveda Carmona, A/HRC/26/28, Human Rights Council, §60.

*que diferentes fatores externos afetem a disponibilidade de recursos internos, tais como a assistência oficial ao desenvolvimento e o papel do mercado internacional, cumprir com (o princípio de disponibilizar o máximo dos recursos disponíveis para assegurar a realização progressiva de todos os direitos económicos, sociais e culturais) também depende de como os Estados geram e mobilizam recursos para financiar o respeito das obrigações gerados pelos direitos humanos. Por exemplo, se um Estado gera pouca receita ou fixa uma proporção grande do seu orçamento à Defesa, a sua capacidade de providenciar um nível suficiente de serviços públicos ficará comprometida”*¹¹⁷.

“Recursos” terão também que ser entendidos tanto no sentido quantitativo como qualitativo, incluindo recursos tecnológicos, económicos, humanos e organizacionais¹¹⁸. No caso de crianças de rua, por exemplo, a utilização máxima dos recursos disponíveis passará pela formação de agentes do Estado no trabalho direto com este grupo e os seus direitos. No exemplo do Reino Unido acima, já mencionado, a utilização de recursos não financeiros parece de extrema relevância, já que, em termos comparativos com outros Estados Partes da Convenção, o limite máximo dos recursos disponíveis será uma preocupação menor, pelo que será de ponderar se o obstáculo não será mais relacionado com o modo como os recursos estão a ser geridos.

Nolan salienta também que os recursos do Estado Parte não terão necessariamente que ser recurso públicos, exigindo-se do Estado sim políticas que permitam que a implementação da Convenção seja feita através da família¹¹⁹. Ewelukwa nota por seu lado a evolução no entendimento de direitos económicos, sociais e culturais, no sentido de entender o indivíduo como o sujeito dos direitos, cabendo ao indivíduo, tanto quanto possível, assegurar o exercício de tais direitos e ao Estado, primordialmente, o papel de facilitador do exercício desses direitos e apenas subsidiariamente o de prestador¹²⁰. Neste sentido, portanto, a aferição de medidas no máximo dos recursos disponíveis ao Estado Parte será feita em relação à facilitação do exercício dos direitos económicos, sociais e culturais e não da assistência direta ao cidadão para que o exercício dos mesmos seja assegurado.

¹¹⁷ Carmona, M, 2011, *Report of the Independent Expert on the question of human rights and extreme poverty*, Magdalena Sepúlveda Carmona, A/HRC/17/34, Human Rights Council, §14.

¹¹⁸ Nolan, *ob. cit.* p. 256.

¹¹⁹ Nolan, *ob. cit.* p. 256.

¹²⁰ Ewelukwa, U., 2006, *Litigating the Rights of Street Children in Regional or International Fora: Trends, Options, Barriers and Breakthroughs*, in *Yale Human Rights & Development Law Journal*, p. 120.

3.2.4. O artigo 4º termina também com a menção ao “quadro da cooperação internacional” a que os Estados Partes se obrigam a recorrer se necessário, nos termos deste artigo. Os recursos máximos disponíveis para o Estado Parte não são, portanto, necessariamente os recursos máximos que o Estado Parte tem em dado momento, mas os recursos máximos a que o Estado pode recorrer¹²¹.

No que toca a crianças de rua, a Resolução 47/126 da Assembleia Geral, desde cedo que aponta para “*a importância da cooperação internacional para a melhoria das condições de vida das crianças em todos os países*” (§14), chamando “*a comunidade internacional a apoiar, através de uma efetiva cooperação internacional, os esforços dos Estados para melhorarem a situação de crianças de rua*” e os Estados Partes a “*considerarem requerer ou indicarem que precisam de aconselhamento técnico e assistência para melhorarem a situação das crianças de rua, de acordo como artigo 45º da Convenção*” (n.º 6). Fica assim claro que em matéria de crianças de rua a cooperação internacional poderá não implicar necessariamente recursos financeiros adicionais a passar para o Estado Parte em questão, mas a melhoria da eficácia da utilização dos seus próprios recursos através de aconselhamento técnico e assistência.

Num contexto de crescente globalização e complexidade de relações internacionais, nomeadamente na interação com outros Estados, mas também com organizações internacionais, como o FMI ou o Banco Mundial, fazer esta prova torna-se uma tarefa muito complexa. Na interação com organizações como o FMI, por exemplo, e sem nos debruçarmos sobre as obrigações jurídicas internacionais neste âmbito que não são objeto deste trabalho, para demonstrar que cumpriu as suas obrigações ao abrigo do artigo 4º da Convenção, o Estado Parte terá que demonstrar que esgotou todas as vias de negociação com estas entidades, por si, em cooperação com outros Estados Partes e no âmbito de qualquer organização regional de que seja parte, já que decisões tomadas neste contexto, como diz Watson, “*muitas vezes comprometem a capacidade de respeitar tanto a letra como o espírito da Convenção*”¹²².

Por outro lado, o §7 do seu Comentário Geral n.º 5 o Comité exige ao Estado Parte que demonstre não só que utilizou o limite máximo dos seus recursos internos, mas que explorou todas as opções de cooperação internacional disponíveis¹²³ na implementação da Convenção. Isto será, claro, sujeito ao escrutínio do Comité em sede de apresentação de relatórios periódicos ao

¹²¹ Nolan, *ob. cit.* p. 256.

¹²² Watson, Alison M. S., 2004, *Seen but not heard: the role of the child in international political economy*, p. 8

¹²³ No mesmo sentido, Nolan, *ob. Cit.* p. 255.

abrigo dos artigos 44º e 45º da Convenção. Os Estados terão que apresentar informação de como isto foi alcançado, nos termos do §19, al. e) das Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Periódicos¹²⁴ que determina que os Estados Partes devem fornecer informação atual e relevantes relativamente a “*se assistência internacional e ajuda ao desenvolvimento são fornecidas especificamente para a implementação da Convenção, os Protocolos Facultativos e estratégias e planos nacionais com eles relacionados*”.

Da análise das Observações Finais aos relatórios dos Estados, pode-se verificar que o Comité não descarta a utilização eficaz dos recursos disponíveis dos Estados e o recurso à sociedade civil e à cooperação internacional para este efeito. Em 183 ocasiões, num total de 351 Observações Finais que mencionam criança de rua, o Comité fez recomendações para o Estado Parte sob escrutínio trabalhar com a sociedade civil e cooperação internacional.

3.2.5 Note-se aqui que o Comentário Geral n.º 5 diz no seu §51 que “*nenhum Estado pode dizer se está a implementar os direitos económicos, sociais e culturais das crianças ‘no limite máximo dos seus recursos disponíveis’, como é exigido sob o artigo 4º, a menos que possa identificar a proporção dos orçamentos nacionais e outros alocado para sector social e, nesse âmbito, às crianças, tanto direta como indiretamente*”.

O Comité toma aqui uma posição algo limitada às exigências de transparência orçamental aos Estados. Vimos já que a indivisibilidade dos direitos humanos tem como consequência direta que o desfrute de uns implica no desfrute de outros, pelo que alocações orçamentais terão influência em direitos para lá do imediatamente evidente na linha orçamental.

Mas o §51 é também interessante porque demonstra o nível de fiscalização detalhada que o Comité faz. Ao abrigo do §19, al. d) das Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Periódicos¹²⁵, os Estados Partes terão também que reportar ao Comité os orçamentos relativos à implementação da Convenção. O Comité pretende assim responsabilizar claramente os Estados Partes pelas suas decisões orçamentais e assegurar o escrutínio eficaz das mesmas.

Na prática, o Comité parece, porém, ainda adotar uma abordagem conservadora ao artigo 4º da Convenção. No §15, das Observações Finais ao Segundo a Quarto Relatório Periódico

¹²⁴ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3.

¹²⁵ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3.

Combinado do Congo¹²⁶, de 2014, o Comité recomenda tão somente a orçamentação de recursos para a implementação dos direitos das crianças económicos, sociais e culturais dedicação dos recursos necessários “*no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional*”. Obviamente, o Estado Parte, quando der seguimento à recomendação, deverá ter em conta tudo o acima, incluindo a interpretação restrita da última parte do artigo 4º.

3.2.6 Relativamente à implementação de medidas para a realização dos direitos consagrados na Convenção – e já não necessariamente apenas em relação aos direitos económicos, sociais e culturais -, os orçamentos dos Estados Partes assumem um papel de extrema relevância no âmbito do artigo 4º da Convenção.

No §51 do Comentário Geral n.º 5, sobre a implementação da Convenção o Comité declara que precisa de saber “*que passos são dados em todos os níveis do Governo para assegurar que o planeamento e os processos de decisão económicos e sociais e as decisões orçamentais são feitos tendo o interesse superior da criança como consideração primordial, e que as crianças, incluindo em particular grupos marginalizados e desfavorecidos, são protegidos dos efeitos adversos de políticas económicas ou crises financeiras*”. Duas notas se oferecem fazer a este parágrafo. A primeira relativamente à referência a “*particular grupos marginalizados e desfavorecidos*”. Mais uma vez notamos aqui que crianças de rua foram já reconhecidas pelo direito internacional como pertencentes a um grupo particularmente vulnerável, pelo que, na interpretação feita pelo Comité à Convenção, se espera dos Estados Partes que levam ao conhecimento daquele órgão como protegeu crianças de rua “*dos efeitos adversos de políticas económicas ou crises financeiras*”. A segunda nota refere-se à menção ao interesse superior da criança. Nos termos do §51, os Estados Partes deverão relatar ao Comité como tiveram o interesse superior das crianças de rua – como grupo marginalizado e desfavorecido - “*primacialmente em conta*”, nos termos do artigo 3º, n.º 1 da Convenção, no planeamento e decisões económicas e sociais e nas decisões orçamentais a todos os níveis do Governo. O §51 será, portanto, relevante para o escrutínio da implementação da Convenção na proteção dos direitos das crianças de rua, já que esclarece a particular atenção a crianças de rua em conta – e a

¹²⁶ Doc. já cit. CRC/C/COG/CO/2-4.

ter o seu interesse superior primacialmente em conta – em situações de específica dificuldade económica.

Reconhecendo a realidade do impacto orçamental, o Comité, no seu dia de Discussão Geral de 2007 sobre Recurso para os Direitos da Criança – Responsabilidade dos Estados¹²⁷ recomendou no seu §30, al. a) que os Estados Partes “*façam as crianças uma prioridade nas alocações orçamentais*”. Isto está em linha com o artigo 3º, n.º 1 da Convenção que determina que “*Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança*”.

O artigo 4º não menciona expressamente o interesse superior da criança, nem para o reforçar na ação do Estado Parte, nem para o excecionar. Contudo, o interesse superior da criança permanece como princípio transversal a toda a Convenção¹²⁸. pelo que deverá ser tido primacialmente em conta também nas decisões “legislativas, administrativas e outras”, incluindo decisões orçamentais relativas a estas medidas, necessárias à realização dos direitos consagrados na Convenção.

Pobjoy nota que “*o interesse superior está envolvido não só quando a decisão diretamente afeta a criança (...) como também quando a criança é afetada indiretamente (...)*”¹²⁹. Nas decisões orçamentais, a alocação de recursos será assim sempre relevante da perspetiva do interesse superior da criança, já que uma alocação orçamentar determinará as outras, incluindo as que afetam diretamente a criança.

O mesmo é reconhecido pelo Comentário Geral n.º 14, sobre o interesse superior da criança que determina no seu §10 que “*a aplicação e o respeito pelo interesse superior da criança*” tem que ser tomado devidamente em conta em todas as medidas de implementação da Convenção e em todas as suas fases de adoção, incluindo entre elas orçamentos e iniciativas orçamentais, tendo para efeitos deste parágrafo a palavra “devidamente” ser lida à luz do artigo 3º, n.º 1 e portanto ser entendidas como “primacialmente”. Nos §31, última parte, e §99 do mesmo Comentário Geral n.º 14 determina-se que a preparação, desenvolvimento e aprovação de orçamentos exigem uma análise da perspetiva do interesse superior da criança. Sendo que o interesse superior da

¹²⁷ Doc. já cit. Committee on the Rights of the Child, 2007, *Day of General Discussion (...)*.

¹²⁸ Zermatten, Jean, 2010, *The Best Interests of the Child Principle: Literal Analysis and Function*, p. 484 e segs. e Doc. já cit. General Comment No. 14.

¹²⁹ Pobjoy, J. 2015. *The best interests of the child principle as an independent source of international protection*, *International & Comparative Law Quarterly* 64, no. 2, p. 330.

criança será afetado não apenas por medidas especificamente dirigidas à criança, o Comité pede também uma avaliação continuada mesmo depois da implementação dessas decisões orçamentais (§35 e §99).

Obviamente, em qualquer decisão orçamental vários fatores terão que pesar, mas, para cumprir as suas obrigações internacionais, ao abrigo do artigo 3º, n.º 1 da Convenção, aquando da implementação da Convenção por medidas de qualquer natureza ao abrigo do artigo 4º, o interesse superior *“têm prioridade e não é apenas uma de entre considerações várias”* (§39 do mesmo Comentário Geral n.º 14).

Poderemos aqui remeter para a crítica feita pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre a Venda de Crianças e a Prostituição e Pornografia Infantil relativamente a escolhas orçamentais quando diz que *“há muitas vezes a tendência para gastar demasiado na compra de armamento e pouco no desenvolvimento e proteção de crianças. Nesta perspetiva, o argumento avançado por muitos países para explicar a compra e tráfico de crianças no seu território, de que estes “são devidos à pobreza”, não é totalmente convincente. Muito do dinheiro gasto na compra de armamento seria melhor gasto em prevenir e remediar os problemas que afetam as crianças e as famílias”*¹³⁰.

No exemplo dado pelo Relator Especial relativamente a decisões orçamentais relativas à Defesa, e sem prejuízo do argumento de que as crianças têm também um interesse no investimento na Defesa, a consideração que cada Estado Parte tem que fazer - e o Comité fiscalizar – será o impacto direto e indireto que as suas decisões orçamentais (por exemplo, o investimento na defesa comparado com investimento na proteção de criança de rua, no exemplo utilizado pelo Relator Especial acima) terão na proteção do interesse superior as crianças.

¹³⁰ Muntarbhorn, Vitit, 1994, *Sale of children, child prostitution and child pornography - Report submitted by Mr. Vitit Muntarbhorn, Special Rapporteur, in accordance with Commission on Human Rights resolution 1993/82*, Commission on Human Rights, E/CN.4/1994/84, §11.

4) O sistema de Apresentação de Relatórios Periódicos

4.1 O escrutínio através do sistema de Relatórios Periódicos

4.1.1 A Convenção, como outros instrumentos de direito internacional, não se satisfaz com a mera declaração de direitos e procurou criar mecanismos que assegurem a sua a efetividade. Até recentemente a Convenção não previa um mecanismo de queixa que permitisse a verificação de eventuais violações por parte dos Estados Partes aos direitos nela consagrados¹³¹, pelo que essa verificação tem sido maioritariamente feita através da apresentação regular de relatórios ao Comité dos Direitos da Criança, ao abrigo do artigo 44º, n.º 1 da Convenção. Estes relatórios são apresentados pelos Estados Partes e sujeitos à apreciação do Comité dos Direitos da Criança, composto por peritos. Este é um sistema de monitorização participativo, que encoraja a intervenção não só dos Estados Partes, mas também de agências especializadas e da sociedade civil. Pretende-se assim assegurar o rigor na apreciação dos relatórios e a produção de recomendações pertinentes que apoiem os Estados Partes a implementarem progressivamente os direitos consagrados na Convenção.

Estas recomendações, feitas ao abrigo do artigo 45º, al. d) da Convenção, representam o culminar de um processo periódico de fiscalização e são comunicadas aos Estados interessados, em sede de Observações Finais, uma vez recolhida e avaliada toda a informação disponibilizada no processo.

A Convenção estrutura a fiscalização da implementação das suas normas sob a forma de um processo continuado, que não se esgota uma vez as recomendações feitas, vendo-as sim como uma oportunidade para os Estados Partes progredirem na implementação dos direitos consagrados na Convenção, com recurso ao apoio de agências especializadas, se necessário.

Particularmente em relação a crianças de rua, já desde 1992 que a Resolução 47/126 da Assembleia Geral *“Recomenda que o Comité dos Direitos da Criança e órgão de supervisão dos tratados tenham em conta este problema crescente (da situação das crianças de rua) quando examinarem os relatórios dos Estados Partes”*. O mesmo é reforçado pelos n.º 7 da Resolução 48/136 e Resolução 49/212, ambas da Assembleia Geral. Há assim um interesse reiterado em a

¹³¹ V. 5.1, relativamente ao Protocolo Facultativo Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação.

implementação da Convenção no que toca aos direitos das crianças de rua ser sujeita a uma fiscalização continuada.

O processo de apresentação de relatórios periódicos não é isento de críticas. Seitles salienta que o sistema consagrado no artigo 44º, n.º 1 da Convenção “*é essencialmente baseado na presunção de que o ‘sentido de obrigação moral’ dos Estados irá estimulá-los a reportar os seus próprios abusos, assim como os levará a evitar permitir violações de direitos humanos*”¹³². Levin por seu lado, nota que este sistema de auto-escrutínio se baseia em princípios democráticos que nem sempre são de facto implementados internamente nos Estados Partes. Questiona este autor se o sistema de relatórios, tal como existe no quadro jurídico internacional, poderá funcionar se os Estados em questão não estiverem eles mesmos sujeitos a escrutínio interno¹³³. Reiteramos o que já ficou dito acima acerca da essencialidade de um Estado de Direito forte para assegurar o bom funcionamento deste sistema.

4.1.2 A Convenção, no seu artigo 43º, n.º 1, criou o Comité dos Direitos da Criança “*Com o fim de examinar os progressos realizados pelos Estados Partes no cumprimento das obrigações que lhes cabem nos termos da (...) Convenção*”. O Comité dos Direitos da Criança é composto por 18 membros¹³⁴ os quais, nos termos do artigo 43.º, n.º 2 da Convenção, deverão ser especialistas na área de direitos da criança. A Convenção pretende que o Comité não seja uma agência política de branqueamento de comportamentos pelos Estados Partes aquando da apresentação dos seus relatórios e por isso procura assegurar a sua independência. Determina, por isso, o seu artigo 42º, n.º 2 que “*os peritos exercem funções a título pessoal*”, isto é, os membros do Comité não o fazem em representação do seu país ou de qualquer instituição. Dito isto, a Convenção não ignora a diversidade global e tenta acomodar diferenças culturais e legislativas. Para este efeito exige a Convenção, no mesmo artigo 42º, n.º 2, que a composição do Comité seja representativa,

¹³² Seitles, Marc D., 1997-1998, *Effect of the Convention on the Rights of the Child upon Street Children in Latin America: Study of Brazil, Colombia, and Guatemala*, pp. 171-172.

¹³³ Levin, Ayelet, 2016, *The Reporting System to the Treaty Bodies: Roles of States and Civil Society*, in *The Reporting Cycle to the United Nations Human Rights Treaty Bodies: Creating a Dialogue Between the State and Civil Society - The Israeli Case Study*, p. 320.

¹³⁴ O site do Gabinete de Documentação e Direito da Procuradoria Geral da República não reflete ainda a alteração de 1995 quanto à composição do Comité, que passou de 10 para 18 peritos, pelo que para efeitos deste argumento se utilizou a versão inglesa disponível no site das Nações Unidas (United Nations - Treaty Collection, sem data)

tanto a nível geográfico, como dos principais sistemas jurídicos. Baro¹³⁵, nota, contudo, que a experiência pessoal e a área de especialidade dos membros do Comité não é irrelevante e que o escrutínio feito por estes é frequentemente influenciado por esse circunstancialismo.

Também para assegurar a independência deste órgão, o financiamento do Comité é assegurado pelas próprias Nações Unidas e não pelos Estados Partes da Convenção ou Estados de onde os membros do Comité são provenientes. Em 2014-2015, o orçamento do Comité dos Direitos da Criança, ascendeu a US\$19.188.000¹³⁶, o que faz com que seja o mais elevado quando comparado com o do Comité dos Direitos Humanos (com um orçamento de US\$ 18.130.000) ou o do Comité sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (com um orçamento de US\$11.262.000), ainda que apenas marginalmente em relação ao primeiro. Parece estar em linha com a universalidade da Convenção e com o volume de relatórios que se pode esperar em consequência e atendendo também a que a Convenção tem 2 protocolos Facultativos cuja implementação o Comité também fiscaliza. Contudo, há críticas frequentes à falta de recursos do Comité para exercer as suas funções¹³⁷, situação que poderá limitar a fiscalização feita por este órgão.

Foram, portanto, tomadas cautelas para que a avaliação feita pelo Comité seja não só baseada em critérios técnicos fortes, mas também que seja o mais independente possível, mas aparentemente não são disponibilizados os recursos necessários a uma fiscalização eficaz.

4.1.3 No que toca ao conteúdo dos relatórios, o artigo 44º, nº 1 da Convenção estabelece que estes devem versar “*sobre as medidas que [os Estados Partes] hajam adotado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos*”, isto é, sobre a implementação da Convenção.

O artigo 44º da Convenção assenta assim num princípio de auto-escrutínio de iniciativa do Estado Parte. O artigo 44º estabelece o objeto que o Estado Parte tem que analisar e relatar ao Comité – “*as medidas que (os Estados Partes) hajam adotado (...)*” -, mas o Comité não tem poderes investigatórios que lhe permitam iniciar inquéritos à forma como os Estados Partes estão

¹³⁵ Baro, Daniela, A Tool for Change? Reporting to the UN Committee on the Rights of the Child - briefing report, 2003, Save the Children, p. 42.

¹³⁶ General Assembly, 2014 Programme budget for the biennium 2014-2015.

¹³⁷ Buck, Trevor et al, 2013, *The Potential and Promise of Communications Procedures under the Third Protocol to the Convention on the Rights of the Child*, p. 239 e Lee, 2010, p. 570.

– ou não – a cumprir as suas obrigações. A apreciação do progresso da implementação da Convenção fica assim em grande parte dependente da informação prestada pelos Estado.

O Comité tem, contudo, vindo a estruturar o processo de apresentação de relatórios, numa tentativa de obter a informação necessária para um escrutínio útil da implementação da Convenção. Neste sentido, o Comité estabeleceu Linhas Orientadoras para a forma e conteúdo do relatório inicial dos Estados Partes, ao abrigo do artigo 44º, n.º 1, al. a) da Convenção¹³⁸ assim como Linhas Orientadoras para a forma e conteúdo dos relatórios periódicos dos Estados Partes, ao abrigo do artigo 44º, n.º 1, al. b) da Convenção¹³⁹. As linhas orientadoras estabelecem a estrutura e os parâmetros que os relatórios dos Estados Partes devem obedecer nos seus relatórios e estabelecem secções que os Estados Partes devem explorar¹⁴⁰. Cada secção encontra-se ligada a artigos particulares da Convenção, numa tentativa de assegurar o escrutínio de todos os direitos nela consagrados. Nas Linhas Orientadoras para os Relatórios Periódicos, o Comité fornece também em anexo uma lista de informação estatística que os Estados Partes deverão fornecer com os seus relatórios para substanciar o relatório¹⁴¹.

As Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Periódicos (isto é para os segundos relatórios e seguintes) claramente impõem aos Estados Partes que os seus relatórios “*contenham informação sobre a implementação das provisões da Convenção e dos Protocolos Facultativos, quando aplicável, em relação aos comentários gerais relevantes do Comité (...)*”¹⁴², remetendo ao longo das suas secções para os Comentários Gerais que considera relevante¹⁴³. Ao remeter os Estados Partes para os seus Comentários Gerais, este reforçou o seu papel na fiscalização da implementação da Convenção. Recorde-se que os Comentários Gerais constituem a interpretação autêntica feita pelo Comité à Convenção. Assim, ao remeter para estes Comentários Gerais nas suas linhas orientadoras para a apresentação de relatórios, o Comité, ao mesmo tempo que

¹³⁸ Committee on the Rights of the Child, 1991, *General Guidelines regarding the form and content of initial reports to be submitted by states parties under article 44, paragraph 1 (a), of the Convention*, CRC/C/5.

¹³⁹ Committee on the Rights of the Child, 2015, *Treaty-specific guidelines regarding the form and content of periodic reports to be submitted by States parties under article 44, paragraph 1 (b), of the Convention on the Rights of the Child*, CRC/C/58/Rev.3.

¹⁴⁰ A saber: Medidas gerais de implementação, Definição de criança, Princípios gerais, Direitos civis e liberdades, Ambiente familiar e cuidados alternativos, Saúde básica e bem estar, Educação, lazer e atividades culturais e Medidas especiais de proteção para o primeiro relatório, ao qual se adicionou para os relatórios seguintes uma secção sobre a Violência contra crianças, Deficiência na secção relativa à Saúde básica e bem-estar e regras sobre o seguimento a dar nos relatórios relativos aos Protocolos Facultativos, nas Linhas Orientadoras para os Relatórios Periódicos.

¹⁴¹ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3, Anexo 1.

¹⁴² Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3, §12.

¹⁴³ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3, §21, §27, §31, §33, §37, §39 e §41.

estabelece parâmetros claros para a informação que exige, informa também os Estados Partes que a mesma deve ser fornecida à luz da interpretação que previamente fez à Convenção.

No entanto, não deixa a estrutura fornecida pelas linhas orientadoras acima referidas, por mais regulada que seja, de ser apenas isso: uma estrutura. Os Estados Partes, por sua iniciativa, darão o conteúdo que entenderem à argumentação de como tem estado a implementar a Convenção, escolhendo a informação a fornecer.

A Convenção tenta mitigar esta parcialidade e confere ao Comité poderes para “*solicitar aos Estados Partes informações complementares relevantes para a aplicação da Convenção*”, nos termos do artigo 44º, n.º 4 da Convenção, prerrogativa que o Comité utilizou 42 vezes relativamente a matérias relativas à implementação da Convenção no que toca a crianças de rua.

4.1.4 O *supra* exposto não significa que a Convenção deixa aos Estados Partes a exclusividade na disponibilização de informação e estabeleceu para tal um processo de escrutínio participativo. Com efeito, nos termos do seu artigo 45º, al. a), a Convenção dá o poder a “*agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas*” de se fazerem “*representar quando for apreciada a aplicação de disposições da presente Convenção que se inscrevam no seu mandato*”. A Convenção confere também ao Comité, na mesma alínea, o poder de solicitar a essas mesmas instituições “*o seu parecer técnico sobre a aplicação da Convenção no âmbito dos seus respetivos mandatos*” podendo também convidá-las a “*apresentar relatórios sobre a aplicação da Convenção nas áreas relativas aos seus domínios de atividade*”. Este poder constitui um fator protetor do bom escrutínio do Comité acerca da implementação da Convenção em sede local, já que providencia *checks and balances* aos relatórios apresentados pelos Estado Parte.

Dada a natureza complexa do tema “crianças de rua” e a possibilidade de políticas públicas se encontrarem entre os fatores que levam a criança à rua, a intervenção de Organizações Não-Governamentais e da Academia podem acrescentar mais-valias à avaliação feita pelo Comité. Esta intervenção poderá também contrabalançar tendências otimista do Estado Parte nos seus relatórios.

A intervenção da sociedade civil e dos meios académicos não está, no entanto, isenta de críticas. O Comité terá também que pesar possíveis conflitos de interesse relacionados com as prioridades

destas instituições –temáticas e geográficas¹⁴⁴ - e, muitas vezes, com o financiamento público e agendas políticas de outros financiadores, tanto da Academia como do sector não governamental¹⁴⁵. Mais, a constituição destas instituições não é democrática levando à falta de transparência associada a esta circunstância¹⁴⁶.

4.1.5 Este sistema participativo de escrutínio mostra também como a Convenção vê o processo de escrutínio como um processo continuado que não se esgota na apresentação de relatórios.

Nos termos da al. b) do artigo 45º, o Comité “*transmite, se o julgar necessário, às agências especializadas, à UNICEF e a outros organismos competentes os relatórios dos Estados Partes que contenham pedidos ou indiquem necessidades de conselho ou de assistência técnicos, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comité relativos àqueles pedidos ou indicações*”. Ao contrário da alínea a) do mesmo artigo, a al. b) do artigo 45º da Convenção não constitui um poder discricionário do Comité, mas uma obrigação. Note-se que a intervenção de agências terceiras nos termos da al. a) citada destina-se a informar o Comité de como o Estado Parte está a implementar a Convenção, isto é, na fase processual anterior à avaliação que o Comité fará. A alínea b) refere-se já a uma fase posterior ao escrutínio quando, após tudo ponderado, o Comité – ou o próprio Estado Parte por sua iniciativa (isto é, quando os próprios relatórios o pedem) - demonstra preocupação com a implementação da Convenção. A Convenção é clara no sentido de determinar que tal comunicação feita é obrigatória, deixando apenas ao critério – especialista e informado pelos dados fornecidos também pela sociedade civil – do Comité a aferição de tal necessidade.

O Comité pode também fazer recomendações e sugestões nessa comunicação às agências especializadas, pelo que não tem que tomar uma atitude meramente passiva e deixar a outros especialistas a determinação do conteúdo do “*conselho ou de assistência técnicos*”. A utilização da palavra “eventuais”, na al. b) do artigo 45º determina que o Comité não está obrigado a ter uma posição nas situações em que julgue necessária a comunicação às agências especializadas, deixando a Convenção também aqui na discricionariedade do Comité fazê-lo.

Este dever do Comité, contudo, terá um impacto reduzido na implementação da Convenção nos Estados Partes, uma vez que não confere naturalmente ao Comité poderes de dirigir o Estado na

¹⁴⁴ Baro, *ob. cit.* p.10.

¹⁴⁵ Levin, *ob. cit.* p. 333. No mesmo sentido, falando de um caso sobre direitos da criança em particular, v. Jones, Gareth A. e Thomas de Benítez, Sarah, 2014, *Lost Opportunity - The Lydia Cacho Case and Child Rights in Mexico*, p.303

¹⁴⁶ Levin, *ob. cit.* p. 333.

implementação, mas apenas de transmitir a agências e órgãos especializados os mesmos relatórios para conselho ou assistência técnica, mesmo tomando em consideração a faculdade de o Comité fazer observações e sugestões. Qualquer que seja o aconselhamento e assistência técnica oferecida ao abrigo do artigo 45º, al. b), este é insuscetível de ser executado contra a vontade do Estado, pelo que a proteção da implementação da Convenção ao abrigo deste artigo está dependente da vontade política dos Estados Partes em tomarem parte neste processo, mostrando-se assim, mais uma vez as tensões entre as obrigações internacionais dos Estados e a sua prerrogativa soberana.

É por isso interessante notar a terminologia usada (“conselho” e “assistência”) que mantêm o Estado Parte a liderar o processo de implementação da Convenção, ainda que apoiado por outras entidades. Estes conceitos com relativa neutralidade política levarão os Estados Partes a aceitar mais facilmente e seguir o processo.

Falámos já acima sobre as salvaguardas estabelecidas para assegurar a independência do Comité. Estas relevarão aqui também já que o recurso à al. b) do artigo 45º pelo Comité não esconderá, em princípio, agendas políticas específicas. Havendo esse perigo, os Estados Partes estariam mais relutantes em aceitar tal conselho ou assistência técnica.

De não menosprezar, também, que a comunicação a agências especializadas para aconselhamento e assistência técnica poderá aliviar a necessidade de investimento de recursos em áreas em que o Estado Parte demonstrou ter falhado adicionando valias à implementação da Convenção.

4.1.6 O Comité tem tentado reforçar a sua autoridade na monitorização da implementação da Convenção através das Linhas Orientadoras para a apresentação de relatórios periódico. No seu §11, o Comité determina que os Estados Partes “*devem fazer referência específica às anteriores recomendações relevantes do Comité e incluir detalhes sobre como na prática foi dada resposta às recomendações*”. Ainda que o Comité não possa dirigir os Estados a tomar ação, não hesita em manter a sua fiscalização focada nas áreas que identificou como precisando de desenvolvimento, colocando assim pressão nos Estados Partes para agirem em linha com as suas recomendações.

A substância das recomendações emitidas, porém, tem sido alvo de críticas, nomeadamente por serem pouco precisas e pouco focadas nos países em causa¹⁴⁷. Vimos acima que a Convenção tenta que as suas recomendações sejam tão pertinentes para os Estados Partes quanto possível, ao estabelecer um processo de apresentação de relatórios participativo em que encoraja organizações locais e especializadas. Baro, num estudo para a organização não-governamental *Save the Children*, contudo, não vê este processo participativo como infalível, mesmo com a intervenção de organizações não-governamentais, já que o Comité “*tende a perguntar às delegações perguntas padrão, que nem sempre são relevantes para o país a ser examinado. Igualmente, as recomendações em muitos casos refletem um entendimento insuficiente da realidade do país*”¹⁴⁸.

Não obstante, a intervenção de instituições e agências especializadas parecer surtir efeitos. No mesmo estudo Baro identificou mudanças na sequência deste processo, desde reformas legislativas a medidas específicas para a proteção de crianças. Ao analisar o papel das organizações não-governamentais neste processo, a mesma Autora identificou também benefícios indiretos para as crianças em tal envolvimento, mostrando como o processo participativo reforça o escrutínio feito pelo Comité¹⁴⁹.

Parece assim que, não obstante a falta de assertividade na expressão das suas recomendações, o Comité consegue através das recomendações não vinculativas das Observações Finais promover mudanças na proteção dos direitos de crianças.

4.1.7 Em relação especificamente às crianças de rua, o sistema jurídico internacional há muito mostra interesse em encorajar os Estados Partes a apresentarem relatórios sobre como estão a implementar a Convenção na proteção dos direitos deste grupo de crianças.

Remonta a 1992 a Resolução 47/126 da Assembleia Geral das Nações Unidas que, no seu nº 6 encoraja “*os Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança, na preparação dos seus relatórios para o Comité dos Direitos das Crianças, a ter este problema [da situação das*

¹⁴⁷ O Comité, nas suas Observações Finais, tende a usar a mesma fórmula vaga para as suas Observações Finais e relativamente a vários países em várias Observações Finais. Veja-se, a título mero de exemplo já que estes abundam, a recomendação para o Estado parte “fazer um estudo abrangente para avaliar o âmbito, natureza e causas da presença de crianças de rua”, utilizada nas Observações Finais aos terceiros relatórios periódicos da Colômbia §85, b) CRC/C/COL/CO/3, das Honduras (§75, a) CRC/C/HND/CO/3) e da Nicarágua (§67, a) CRC/C/15/Add.265).

¹⁴⁸ Baro, *ob. cit.*, p. 43.

¹⁴⁹ Baro, *ob. cit.*, pp. 26 e segs.

*crianças de rua] em conta (...)*¹⁵⁰. O mesmo foi reiterado um ano depois, pela Resolução 48/136¹⁵¹, no seu n.º 5, e outra vez no ano seguinte, em 1994, pela Resolução 49/212¹⁵², também no seu n.º 5. Também a Resolução 16/12 do Conselho dos Direitos Humanos, de 2011, sobre a abordagem integrada relativamente a crianças de rua, no seu n.º 11 encoraja os “*Estados Partes da Convenção sobre os Direitos da Criança, aquando da preparação dos seus relatórios para o Comité dos Direitos da Crianças a terem este tema [crianças de rua] em conta*”. Note-se que nenhuma das resoluções acima impõe aos Estados a inclusão deste grupo de crianças nos seus relatórios. O vocabulário utilizado é bastante moderado, sendo os Estados Partes “encorajados” neste sentido. Não obstante, as referências reiteradas aos relatórios periódicos dos Estados Partes, expressa um acordo continuado e reiterado relativamente a estes relatórios serem parte integrante da proteção a crianças de rua, parecendo portanto fazer prova do entendimento do direito internacional nesta área¹⁵³.

Relativamente a crianças de rua, o Comité tem-se mostrado mais assertivo ao nível da regulamentação das suas atividades internas, nomeadamente no que toca aos procedimentos relativos à apresentação dos relatórios dos Estados ao abrigo do artigo 44º, e tem utilizado este mecanismo de modo útil e criativo.

O interesse do Comité na forma como os Estados Partes apresentam os seus relatórios periódicos em relação a crianças de rua evoluiu. As Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Iniciais ao abrigo do artigo 44º, nº 1, al. a) da Convenção, de 1991¹⁵⁴, não falam em crianças de rua *per se*, embora no seu §17 solicita aos Estados Partes que “*forneçam informação sobre o número de crianças por ano, no período relativo aos relatórios, em cada uma dos grupos seguintes, desagregada por grupo de idade, sexo, etnicidade, nacionalidade e ambiente rural ou urbano: **crianças sem abrigo** (...)*” (negrito nosso). O §18 encoraja também os Estados Partes a “*fornecerem informação estatística relevante adicional*” em relação a tais grupos¹⁵⁵.

Vimos acima a relevância da terminologia utilizada, mas fica claro que desde cedo - e desde o início do ciclo de apresentação dos relatórios - o Comité demonstra interesse em que os Estados Partes apresentem informação – e, portanto, reflitam - sobre as crianças ligadas à rua.

¹⁵⁰ Doc. já cit. A/RES/47/126.

¹⁵¹ Doc. já cit. A/RES/48/136.

¹⁵² Doc. já cit. A/RES/49/212.

¹⁵³ Field, *ob. cit.*, p. 134.

¹⁵⁴ Doc. já cit. CRC/C/5.

¹⁵⁵ Doc. já cit. CRC/C/5, §18.

O Comité pede também aos Estados que substanciem os seus relatórios e no §7 das Linhas Orientadoras para a apresentação de Relatórios Iniciais determina que “*Os relatórios devem ser acompanhados de cópias dos principais textos legislativos ou de outra natureza, assim como de detalhada informação estatística e indicadores*” referidos no documento. A apresentação de dados estatísticos foi assim colocada a par da informação legislativa para implementação da Convenção, numa clara ligação entre os dois temas.

Nas suas atuais Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Periódicos ao abrigo do artigo 44º, nº 1, al b) da Convenção¹⁵⁶, o Comité fala já especificamente em “crianças em situação de rua”. Na secção referente a medidas especiais de proteção, no §40, determinam as Linhas Orientadoras que “*os Estados Partes **devem** fornecer informação relevantes sobre as medidas tomadas para proteger: (...) c) “crianças em situação de rua” (negrito nosso)*”¹⁵⁷. Já no §1 do Anexo destas Linhas Orientadoras o Comité declara que os Estados Parte devem incluir, quando apropriado, informação estatística e dados desagregados por categorias específicas. O §2 do mesmo Anexo clarifica que estes dados devem ser relativos ao período de tempo decorrido desde o relatório anterior. Relativamente a criança de rua, o Comité requer informação estatística precisa em duas secções. O Anexo pede o número/percentagem de crianças a viverem na rua, na análise que o Estado Parte fizer sob a secção “Deficiência, saúde básica e bem-estar - Saúde e Serviços de Saúde” (§19, al. c) do Anexo) e o número de crianças de rua, na análise que fizer sob a secção “Medidas Especiais de Proteção – Exploração Económica, incluindo Trabalho Infantil” (§24, al. c) do Anexo). Os Estados devem também fornecer informação relevante sobre as medidas tomadas para proteger este grupo de crianças nos termos do §40, al. c) das Linhas Orientadoras.

Resulta claro, que, para o Comité, os Estados Partes estão obrigados a disponibilizar informação relativa às crianças de rua, não estando na sua discricionariedade fazê-lo. Com efeito, nos relatórios iniciais o Comité “requer” informação, e nos relatórios periódicos subsequente o Comité coloca nos Estados o “dever” de apresentar tal informação. Dito isto, claro, em caso de os Estados Partes não apresentarem a informação, o Comité não dispõe de meios para a obter já que não pode, por si, iniciar investigações, nem tem meios de obrigar o Estado a fornecer tal informação.

¹⁵⁶ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3.

¹⁵⁷ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3, §40, c).

A evolução do detalhe da informação que o Comité considera necessária para a verificação do progresso da implementação da Convenção em relação a crianças de rua é sintomático de um interesse crescente neste tema. Como vimos, num momento inicial de apresentação de relatórios, os Estados Partes têm que apresentar apenas informação básica relativamente a crianças de rua, deixando-se à sua disponibilidade fornecerem ao Comité outra informação estatística que considerem relevante. Isto é, os Estados Partes são apenas encorajados a fornecer esta outra informação estatística, nos termos do §18 já referido. Na secção referente a Medidas Especiais de Proteção das Linhas Orientadoras para a apresentação dos relatórios iniciais, ao contrário das Linhas Orientadoras para os relatórios seguintes, nem crianças de rua, nem crianças sem abrigo se encontram entre os grupos de crianças especificados para a apresentação desta informação estatística. Crianças de rua não são assim identificadas expressamente como um grupo especialmente vulnerável, a par de outros grupos como sejam por exemplo crianças refugiadas¹⁵⁸ ou crianças sujeitas a exploração sexual¹⁵⁹. Obviamente crianças de rua poderão ser encontradas nos grupos vulneráveis identificados no §23 das Linhas Orientadoras¹⁶⁰, mas sem a menção expressa a crianças de rua, o escrutínio de como a Convenção está a ser implementadas relativamente a este grupo fica enfraquecida a nível do relatório inicial dos Estados Partes.

No escrutínio que faz dos relatórios dos Estados Partes, o Comité tem também conseguido alargar o seu escrutínio para além dos critérios estabelecidos nas Linhas Orientadoras para Apresentação de Relatórios Periódicos. Por exemplo, o §24, segunda parte das Linhas Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Periódicos¹⁶¹, estabelece que os Estados Partes devem dar informação nos seus relatórios sobre “*as medidas para combater a discriminação em função do género e para assegurar o pleno gozo dos seus direitos pelas crianças com deficiência, crianças que pertencem a minorias e crianças indígenas*”. Estas Linhas Orientadoras não especificam aqui crianças de rua entre os grupos de que se exige informação específica no que toca à discriminação. Contudo, o mesmo parágrafo tem uma provisão mais genérica na sua primeira parte, pedindo que os Estados Partes forneçam informação sobre “*medidas especiais tomadas para impedir discriminação (artigo 2) e para assegurar que as crianças em situações desfavorecidas podem gozar e exercer os seus direitos*”. Se analisarmos a prática do Comité em

¹⁵⁸ Doc. já cit. CRC/C/5, §23, al. a), (i).

¹⁵⁹ Doc. já cit. CRC/C/5, §23, al. c), (iii).

¹⁶⁰ Doc. já cit. CRC/C/5.

¹⁶¹ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3.

sede de Observações Finais, verificamos que o Comité tem utilizado o §24 frequentemente para expressamente pedir informações sobre como os Estados Partes asseguram a proteção contra a discriminação de crianças de rua. No total, o Comité fez recomendações relativas a discriminação de crianças de rua em 94 ocasiões¹⁶². Em 2010, de entre as Observações Finais em que crianças de rua são mencionadas, o Comité fez 6 pedidos de informação adicional, a ser fornecida no relatório seguinte¹⁶³. Todos estes pedidos de informação adicional diziam respeito às medidas tomadas para combater medidas de discriminação que afetem crianças de rua. Este número de pedidos poderá estar ligado à Segunda Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, também conhecida como Durban 2, indiciando como agendas internacionais mais latas podem afetar o escrutínio dos direitos das crianças de rua¹⁶⁴. Independentemente de o escrutínio poder ser o reflexo do debate internacional da altura, a prática do Comité parece assim indicar que este tem vindo a interpretar o §24 à luz do §40, al. c) das Linhas Orientadoras para a apresentação de relatórios periódicos, o qual inclui crianças de rua entre os grupos especialmente vulneráveis sobre os quais os Estados deverão apresentar informação sobre Medidas especiais de proteção.

Desta prática pode-se concluir que o Comité mostra um interesse em estender o âmbito do seu escrutínio na verificação de como a Convenção está a ser implementada no que respeita a crianças de rua, usando para isso a regulamentação interna para apresentação de relatórios periódicos.

4.1.8 Vimos já que a Convenção entende a fiscalização da implementação da Convenção como um processo continuado. Para aferir do progresso da implementação da Convenção a nível local, a Convenção criou momentos que permitem aos Estados cristalizar, através de relatórios, o progresso alcançado, estabelecidos no artigo 44º, n.º 1 da Convenção, a saber 2 anos depois da entrada em vigor da Convenção no Estado Parte, nos termos da alínea a) e a cada 5 anos depois desse relatório, nos termos para alínea b) do mesmo artigo.

Estes prazos são parte integral da Convenção e como tal constituem obrigações para os Estados Partes. Contudo, os Estados Partes nem sempre cumprem os prazos a que se obrigaram. O

¹⁶² Cfr. Anexo 1 Para efeitos deste trabalho não desagregámos a informação por relatórios iniciais e relatórios periódicos.

¹⁶³ Cfr. Anexo 1.

¹⁶⁴ V. também 1.3.6.

Iraque, por exemplo, apresentou o seu relatório inicial em 1996¹⁶⁵, tendo o mesmo sido apreciado na 19ª sessão do Comité, em 1998¹⁶⁶ e o seguinte em 2013¹⁶⁷, tendo combinado 3 relatórios num só, o qual foi apreciado pelo Comité na sua 68ª sessão, em 2015¹⁶⁸. Há aqui um período de 17 anos sem que o Comité fiscalizasse como o Estado Parte estava a implementar a Convenção. A Guiné, por seu lado, submeteu o seu relatório inicial em 1997¹⁶⁹, tendo o mesmo sido apreciado pelo Comité na sua 20ª¹⁷⁰, em 1999, e o seu segundo relatório de 2009¹⁷¹ levado à 62ª sessão do Comité em 2013¹⁷². Há assim um período de 14 anos em que o Comité não procedeu à fiscalização da implementação da Convenção e em que não fez recomendações relativas a este processo.

Fica claro, assim, que a fiscalização periódica pelo Comité depende da ação e vontade política dos Estados Partes para cumprirem as suas obrigações internacionais ao abrigo do artigo 44º, n.º 1 da Convenção, o que por sua vez está condicionada por muitos fatores, nomeadamente, como no caso do Iraque, guerra e intervenção externa. A Convenção não consagra mecanismos que responsabilizem os Estados Partes pela falta de apresentação destes relatórios, o que representa uma fraqueza significativa do sistema de escrutínio através da apresentação de relatórios periódicos.

Dito isto, ao sistema jurídico internacional não passa despercebido que os Estados Partes podem ser reincidentes no incumprimento das suas obrigações internacionais ao abrigo do artigo 44º, n.º 1 da Convenção. Pela Resolução 7/29, n.º 3, de 2008, o Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas pediu aos Estados Partes para “(...) *cumprirem atempadamente com as suas*

¹⁶⁵ Committee on the Rights of the Child, 1996, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1996 – Addendum – Iraq*, CRC/C/41/Add.3.

¹⁶⁶ Committee on the Rights of the Child, 1998, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child: Iraq*, CRC/C/15/Add.94.

¹⁶⁷ Committee on the Rights of the Child, 2014, *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the Convention - combined second to fourth periodic reports of States parties due in 2011 - Iraq*, CRC/C/IRQ/2-4.

¹⁶⁸ Committee on the Rights of the Child, 2015, *Concluding observations on the combined second to fourth periodic reports of Iraq*, CRC/C/IRQ/CO/2-4.

¹⁶⁹ Committee on the Rights of the Child, 1997, *Examination of Reports Presented by States Parties in Conformity with Article 44 of the Convention, Initial reports awaited from the States parties for 1992 – Addendum – Guinea*, CRC/C/3/Add.48.

¹⁷⁰ Committee on the Rights of the Child, 1999, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations: GUINEA*, CRC/C/15/Add.100.

¹⁷¹ Committee on the Rights of the Child, 2012, *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the Convention Second periodic reports of States parties due in 1997 – Guinea*, CRC/C/GIN/2.

¹⁷² Committee on the Rights of the Child, 2013, *Concluding observations on the second periodic report of Guinea, adopted by the Committee at its sixty-second session*, CRC/C/GIN/CO/2.

obrigações de apresentação de relatórios ao abrigo da Convenção e dos seus Protocolos Facultativos, de acordo com as orientações elaboradas pelo Comité (...)”.

Nas suas normas relativas ao processo¹⁷³ o Comité equipou-se, também, de mecanismos para encorajar os Estados Partes a apresentarem os seus relatórios periódicos. Ao abrigo da regra 71, n.º 1 das suas Normas de Processo, o Comité contacta antes de cada sessão os Estados que, devendo submeter informação ou os seus relatórios periódicos, não o fizeram. O Comité pode então pedir a sua submissão e, se necessário, entra em diálogo com o Estado Parte em causa. Não havendo resposta dos Estados, ao abrigo do n.º 2 da mesma norma “*o Comité considerará a situação devidamente*” e notificará o Secretário Geral da omissão.

A regra 71, n.º 2 não especifica o que se deve entender por “consideração”, mas já agiu com veemência para instigar os Estados Partes a apresentarem os seus relatórios periódicos. Em 2002, na sua 29ª sessão, o Comité decidiu “*enviar uma carta a todos os Estados Partes cujos relatórios iniciais deviam ter sido entregues em 1992 e 1993, pedindo-lhe para os submeter no prazo máximo de um ano*”¹⁷⁴. O Comité decidiu também informar os Estados Partes na mesma carta de que se não enviassem o relatório dentro de um ano, “*o Comité consideraria a situação dos direitos das crianças no Estado Parte na ausência do relatório inicial*”, tal como previsto no “Sumário dos Procedimentos para Apresentação de Relatórios”, adotado em 1994 na 7ª sessão do Comité¹⁷⁵ e de acordo com a Regra 67 das normas de processo provisórias do Comité (CRC/C/4)¹⁷⁶. Os países que até então não tinham apresentado os relatórios eram, relativamente a 1992 o Brasil, e a 1993, Angola, Bahamas, Dominica, Guiana, São Marino e São Tomé e Príncipe, de acordo com o Anexo V da ata da 29ª sessão do Comité¹⁷⁷.

A comunicação acima foi feita ao abrigo do §32 do “Sumário dos Procedimentos para Apresentação de Relatórios”¹⁷⁸ que declara que “*em caso da não apresentação persistente dos relatórios por um Estado Parte, o Comité pode decidir considerar a situação no país na ausência de um relatório, mas com base em toda a informação disponível. (...)*”. O Sumário dos Procedimentos não refere a base legal para a consideração da situação da implementação da

¹⁷³ Committee on the Rights of the Child, 2015, *Convention on the Rights of the Child - Rules of procedure*, CRC/C/4/Rev.4.

¹⁷⁴ Committee on the Rights of the Child, 2002, *Report on the Twenty-Ninth Session (Geneva, 14 January-1 February 2002)*, CRC/C/114, §561 e Committee on the Rights of the Child, 2002, *Twenty-ninth session - Summary Record (Partial) of the 750th Meeting*, CRC/C/SR.750d.

¹⁷⁵ Committee on the Rights of the Child, 1994, *Overview of the reporting procedures*, CRC/C/33, §29-§32.

¹⁷⁶ Doc. já cit. CRC/C/114, §561.

¹⁷⁷ Doc. já cit. CRC/C/114, §160.

¹⁷⁸ Doc. já cit. CRC/C/33

Convenção na ausência do relatório do Estado Parte. Poder-se-ão considerar duas alíneas do artigo 45º da Convenção. Ao abrigo do artigo 45º, al. c), o Comité poderá “*recomendar à Assembleia Geral que solicite ao Secretário-Geral, para o Comité, de estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança*”. Esta alínea, contudo, não estipula que tais estudos terão um âmbito geográfico, falando antes de “*questões específicas*”. Deve tal ser interpretado como referindo-se a temas e não a Estados Partes, já que o artigo 44º trata, ele sim, da implementação da Convenção com base geográfica.

Já a alínea d) do artigo 45º - a mesma que serve de base à elaboração das Observações Finais analisadas para este trabalho - determina que o Comité pode “*fazer sugestões e recomendações de ordem geral com base nas informações recebidas em aplicação dos artigos 44.º e 45.º da presente Convenção*”. Sabendo que entre estas informações se encontram não só os relatórios periódicos dos Estados Partes ao abrigo do artigo 44º, n.º 1, mas também relatórios de agências especializadas, da UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas (artigo 45º, al. a), última parte, da Convenção), poder-se-á concluir que a apresentação de relatórios pelo Estado Parte não é essencial – ainda que politicamente desejável - à fiscalização do progresso de implementação da Convenção. A alínea d) do artigo 45º é assim, a base legal do §32 acima. Sendo assim, uma vez feitas sugestões e recomendações de ordem geral nos termos do artigo 45º, al. d), a ser aplicado o §32, as mesmas serão comunicadas ao Estado interessado (e levadas ao conhecimento da Assembleia Geral), quer os mesmos tenham ou não participado do processo.

Isto, contudo, não representa um alargamento das competências do Comité para iniciar investigações do progresso da implementação da Convenção. O Comité não tem poderes para o fazer. O artigo 44º, n.º 1 da Convenção, contudo, estipula prazos para o cumprimento da obrigação de os Estados Partes se sujeitarem ao escrutínio do Comité e o processo participativo do artigo 45, al. a) permite a entidades terceiras apresentarem informação ao Comité. O Comité neste caso não estaria a iniciar um processo de investigação por sua iniciativa. Estaria sim a fiscalizar o progresso da implementação da Convenção nos termos do artigo 44º, n.º 1 e 45, al. a) sem intervenção do Estado Parte interessado.

O Comité, nos casos dos Estados Partes acima referidos, prosseguiu com a aplicação do §32, segunda parte acima e notificou os Estados Partes da sua decisão de proceder à consideração da situação da implementação da Convenção dos Estados Partes, mesmo na ausência dos seus relatórios, tendo sido bem-sucedido nesta estratégia. Os Estados Partes em causa apresentaram os

seus relatórios (Bahamas¹⁷⁹, Brasil¹⁸⁰, Guiana¹⁸¹, São Marino¹⁸² e São Tomé e Príncipe¹⁸³ em 2003 e Angola¹⁸⁴, Dominica¹⁸⁵ em 2004 e foram objeto de Observações Finais nos 3 anos seguintes: São Marino¹⁸⁶ em 2003, Angola¹⁸⁷, Brasil¹⁸⁸, Dominica¹⁸⁹, Guiana¹⁹⁰ e São Tomé e Príncipe¹⁹¹ em 2004 e Bahamas¹⁹² em 2005.

Vemos assim que o artigo 45, al. d) da Convenção, tal como regulamentado pelo “Sumário dos Procedimentos para Apresentação de Relatórios”¹⁹³, pode ser um mecanismo eficaz para encorajar os Estados Partes a apresentarem os seus relatórios, tendo nos casos acima dado oportunidade ao Comité de apreciar a implementação da Convenção nos Estados Partes recalcitrantes num relativo curto espaço de tempo.

Contudo, esta solução não parece sustentável, uma vez que estes mesmos Estados não cumpriram os prazos para a apresentação dos relatórios periódicos seguintes, conforme a tabela abaixo:

¹⁷⁹ Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – Bahamas*, CRC/C/8/Add.50.

¹⁸⁰ Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1992 – Brazil*, CRC/C/3/Add.65.

¹⁸¹ Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – Guyana*, CRC/C/8/Add.47.

¹⁸² Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – San Marino*, CRC/C/8/Add.46.

¹⁸³ Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – Sao Tome and Principe*, CRC/C/8/Add.49.

¹⁸⁴ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties - Under Article 44 of the Convention Initial Reports of States parties due in 1993 – Angola*, CRC/C/3/Add.66.

¹⁸⁵ Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1993 – Dominica*, CRC/C/8/Add.48.

¹⁸⁶ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: San Marino*, CRC/C/15/Add.214.

¹⁸⁷ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Angola*, CRC/C/15/Add.246.

¹⁸⁸ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: Brazil*, CRC/C/15/Add.241.

¹⁸⁹ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Dominica*, CRC/C/15/Add.238.

¹⁹⁰ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Guyana*, CRC/C/15/Add.224.

¹⁹¹ Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Sao Tome and Principe*, CRC/C/15/Add.235.

¹⁹² Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: The Bahamas*, CRC/C/15/Add.253.

¹⁹³ Doc. já cit. CRC/C/33.

País	Ano previsto Relatório inicial	Ano em que o relatório inicial foi apresentado	Ano em que o relatório seguinte foi apresentado
Angola	1993	2004	2010 (2º-4º Relatório Combinado)
Bahamas	1993	2003	---
Brasil	1992	2003	2015 (2º-4º Relatório Combinado)
Dominica	1993	2004	---
Guiana	1993	2003	2013
São Marino	1993	2003	---
São Tomé e Príncipe	1993	2003	2013 (2º-4º Relatório Combinado)

Tabela B

Três dos sete países advertidos pelo Comité não voltaram a apresentar relatórios periódicos e os restantes, com exceção de Angola, foram sujeitos outra vez ao escrutínio do Comité com uma dilação de pelo menos 10 anos. Os mecanismos criados pelo Comité para tentar assegurar que os Estados Partes cumprem as suas obrigações internacionais mostram-se assim insuficientes para sustentar a monitorização continuada e periódica da implementação da Convenção nos Estados Partes, já que a grande maioria dos Estados Partes acima não apresentaram os relatórios seguintes nos prazos de tempo estipulados no artigo 44, n.º 1 da Convenção.

Mais uma vez, sem mecanismos que possam forçar os Estados a proceder à apresentação dos relatórios periódicos, ou mesmo a serem responsabilizados em caso de incumprimento, e sem que o Comité possa iniciar processos de investigação a Estados Parte, a fiscalização da implementação da Convenção e a proteção dos direitos que esta confere, fica enfraquecida.

4.1.9 Neste ponto, salientamos que o processo de escrutínio pelo Comité nem sempre é tão expedito como o desejado. Podemos-nos referir ao §2 das Observações Finais ao Segundo Relatório Periódico da Guiné¹⁹⁴, de 2013. O Comité, depois de congratular a Guiné pela

¹⁹⁴ Doc. já cit. CRC/C/GIN/CO/2.

submissão do seu segundo relatório periódico e da submissão de informação adicional que lhe tinha sido pedido, declara que “*lamenta que o relatório, cuja submissão era esperada em 1997, tivesse sido submetido em 2009*”¹⁹⁵. Podemos verificar, contudo, que um pedido de informação adicional à Guiné foi feito apenas em 2012¹⁹⁶, isto é, 3 anos depois da submissão do relatório já de si tardia. O mecanismo burocrático do Comité parece assim ser ineficiente para a apreciação atual dos relatórios submetidos pelos Estados Partes, tendo já sido apontados como causas a falta de recursos do Comité¹⁹⁷ mas também o elevado volume de trabalho do Comité¹⁹⁸. No caso da Guiné, após um atraso de 12 anos na submissão do segundo relatório periódico, o Comité demorou mais 3 anos a requerer informação adicional, tendo apreciado toda a informação apenas no ano seguinte.

Assim, ao mesmo tempo que o Comité tenta reforçar os seus poderes para fiscalizar a implementação da Convenção nos Estados Partes, os seus mecanismos internos mostram-se ineficientes para uma apreciação atual da implementação da Convenção.

4.1.10 Face ao que ficou atrás exposto, concluímos que o Comité tem um papel central na fiscalização dos direitos das crianças, incluindo das crianças de rua. Veremos abaixo como o novo processo de comunicação reforça este papel, mas nesta sede interessa apontar outros poderes conferidos ao Comité que reforçam também este papel.

O Comité não faz a mera avaliação, Estado a Estado, da implementação da Convenção consagrada nos seus artigos 44º, nº 1 a 4 e 45º, al. a) e b). Tem também o poder de influenciar a agenda internacional, podendo destacar temas dos direitos das crianças. Efetivamente, e uma vez que muita da informação que recolhe é através da apreciação que faz dos relatórios periódicos, o Comité poderá também “*recomendar (...) a realização (...) de estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança*”, nos termos do artigoº 45, al. c) da Convenção.

Por outro lado, nos termos do n.º 5 do artigo 44º, “*O Comité submete de dois em dois anos à Assembleia Geral (...) um relatório das suas atividades*”. O Comité tem assim não só a faculdade, mas a obrigação de apresentar a todos os membros das Nações Unidas, no seu órgão mais representativo, temas, tendências e práticas – incluindo de Estados prevaricadores - de

¹⁹⁵ Doc. já cit. CRC/C/GIN/CO/2, §2.

¹⁹⁶ Doc. já cit. CRC/C/GIN/Q/2.

¹⁹⁷ V. neste sentido, já citados Buck, p. 239 e Lee, 2010, p. 570.

¹⁹⁸ Lee, 2010, *ob. cit.*, p.573.

relevo na sua área de trabalho. O valor do trabalho do Comité em sede de escrutínio dos relatórios dos Estados, isto é, na elaboração das Observações Finais em análise neste trabalho, podem assim para além do apoio a um único Estado Parte.

Mais uma vez, a independência – e representatividade – do Comité, ajudarão à aceitação de tais estudos e suas conclusões pelos Estados Partes.

4.1.11 Vemos assim que a Convenção pretende que o processo de apresentação de relatórios leve a uma avaliação informada e ponderada do estado do cumprimento das obrigações internacionais do Estado Parte, para que, nos termos do artigo 45º, al. d), possa fazer sugestões e recomendações relevantes. Reconhecendo a fraqueza do seu sistema e para reforçar o escrutínio dos relatórios periódicos e a credibilidade de tal escrutínio, o Comité e a própria Convenção estabelecem várias salvaguardas com este fim que, embora não sendo infalíveis, de facto reforçam a monitorização a ser feita ao progresso da implementação da Convenção.

Para contrabalançar o princípio de auto-escrutínio de iniciativa do Estado que subjaz ao artigo 44º, a Convenção assegurou, por exemplo, uma particular composição do Comité, nos termos do artigo 43º, n.º 1 da Convenção, e a participação de agências especializadas no processo de monitorização da implementação da Convenção a nível local, assegurando um escrutínio extremamente técnico, imparcial e detalhado.

Apesar de a Convenção em si não criar mecanismos que permitam responsabilizar os Estados Partes quando o Comité não estiver satisfeito sobre o progresso alcançado tal como relatados pelos Estados Partes, oferece soluções construtivas para o Comité tentar colmatar tais falhas. Nenhuma destas salvaguardas em si é a solução para dar ao Comité uma visão global e objetiva da implementação da Convenção na proteção dos direitos de crianças de rua, mas, no seu todo, reforçam o escrutínio da implementação da Convenção e a sua credibilidade.

A Assembleia Geral, por seu lado, demonstrou também satisfação quanto ao trabalho do Comité no que toca à eficácia do escrutínio dos relatórios dos Estados Partes no que toca à proteção dos direitos de crianças de rua. Efetivamente, no n.º 6 da sua Resolução 49/212 a Assembleia Geral *“Elogia o Comité dos Direitos da Criança pela atenção que toma nas suas atividades de monitorização à situação de crianças que, para sobreviverem, são forçadas a viver e a trabalhar nas ruas (...)”*.

4.2 A proteção dos direitos da Crianças de Rua fora do âmbito da Convenção nas Observações Finais

4.2.1 “O Direito não é mero somatório de regras avulsas, mero produto de atos de vontade ou mera concatenação de fórmulas verbais articuladas entre si: o Direito é ordenamento ou conjunto significativo, e não conjugação resultante de vigência simultânea; implica coerência ou, talvez mais rigorosamente, consistência; projeta-se em sistema; é unidade de sentido e valor incorporado em regra. Assim, também o Direito Internacional se não reduz a um conglomerado de normas avulsas, nem a uma série de disposições reguladoras destas ou daquelas situações ou relações, nem a um somatório de tratados e acordos”¹⁹⁹. A proteção da criança, incluindo da criança de rua, não se esgota assim no estipulado na Convenção sobre os Direitos da Criança. Pelo contrário, determina o artigo 41º da Convenção que as crianças beneficiam da proteção jurídica mais ampla aplicável na sua jurisdição, pelo que a Convenção deve ser entendida como determinado o mínimo de proteção. Este mínimo consagrado na Convenção pode ser ilidido por legislação nacional ou internacional mais favorável.

4.2.2 Em termos do escrutínio feito pelo Comité aos relatórios dos Estados Parte apresentados ao abrigo do artigo 44º, n.º 1 da Convenção, vimos que já desde 1992, pela sua Resolução 47/126, que a Assembleia Geral “Recomenda que o Comité dos Direitos da Criança e órgão de supervisão dos tratados tenham em conta este problema crescente (da situação das crianças de rua) quando examinarem os relatórios dos Estados Partes”. Isto é reforçado um ano depois pelo n.º 7 da Resolução 48/136 da Assembleia Geral e outra vez em 1994, pelo n.º 7 da Resolução 49/212 da Assembleia Geral.

Estas resoluções mostram que a Assembleia Geral não atribui exclusivamente ao Comité a obrigação de fazer a monitorização do respeito pelos direitos das crianças de rua. Pelo contrário, a Assembleia Geral expressamente urge, em par com o Comité, outros “órgãos de supervisão dos tratados” a terem em conta a situação de crianças de rua nas apreciações para que sejam competentes.

¹⁹⁹ Miranda, Jorge, 2012, “Curso de direito internacional público”, Parede, Príncipe.

4.2.3 No seu escrutínio através de Observações Finais, o Comité demonstra também criatividade para alargar a proteção dos direitos das crianças de rua a um leque de apreciação jurídica mais amplo do que a específica à Convenção. Fá-lo, nas recomendações relativas a crianças de rua, tendencialmente de três modos: (i) fazendo referência a outros instrumentos jurídicos internacionais, (ii) fazendo referências a Observações Finais feitas ao abrigo de outros instrumentos internacionais e (iii) remetendo para relatórios especializados de outros órgãos e agências das Nações Unidas.

(i) Ao longo da apreciação que faz aos relatórios dos Estados, o Comité remete frequentemente para outros instrumentos legais internacionais, reconhecendo que a proteção de crianças de rua se faz através de todo o ordenamento jurídico internacional. O Comité remete abundantemente para Convenções da Organização Internacional do Trabalho. Veja-se a mero título exemplificativo o §57 das Observações Finais ao Segundo Relatório da Roménia, que “*recomenda ao Estado Parte, de acordo com o artigo 32º da Convenção e as Convenções da OIT n.º 138, relativa à Convenção sobre a Idade Mínima de Admissão ao Emprego e 182, relativa à Interdição das Piores Formas de Trabalho das Crianças e à Ação Imediata com vista à sua Eliminação*”²⁰⁰.

(ii) Da leitura das recomendações vemos também que o Comité, nas suas Observações Finais, faz referências a Observações Finais feitas ao abrigo de outros instrumentos. Por exemplo, as Observações Finais do Comité ao primeiro relatório do Camboja “*apoiam as recomendações feitas pelos Estado Parte pelo Comité dos Direitos do Homem em 1999 (CCPR/C/79/Add.108, para. 17) e pela Comissão para a Eliminação da Discriminação Racial em 1998 (CERD/C/304/Add.54, paras. 11-13)*”²⁰¹. Nestes termos, e ainda que nas Observações Finais ao relatório do Camboja ao abrigo da Convenção, o Comité não tenha expressamente referido nenhuma recomendação relativamente a educação, para a proteção de crianças de rua, ao reafirmar as recomendações do Comité para os Direitos Humanos no escrutínio feito ao abrigo do Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos, uma medida adicional é recomendada ao Camboja: que deve assegurar um maior acesso à educação por meninas (§17 das Observações

²⁰⁰ Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Romania*, CRC/C/15/Add.199.

²⁰¹ Committee on the Rights of the Child, 2000, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child - Cambodia*, CRC/C/15/Add.128, §27 e 28.

Finais do Comité dos Direitos do Homem em resposta ao relatório apresentado pelo Estado Parte ao abrigo do artigo 40º do Pacto Internacional acima²⁰²).

Aqui deve-se notar que as Observações Finais feitas por órgão de supervisão dos tratados, tais como sejam o Comité dos Direitos do Homem, constituem a interpretação feita por um órgão especialista na área de direito respetiva. A remissão para Observações Finais de outros órgão de supervisão de tratados garante, portanto, uma proteção reforçada aos direitos da criança de rua.

(iii) O Comité vai para além da utilização da interpretação feita por outros órgão de supervisão dos tratados. No §36 das Observações Finais ao Segundo a Quarto Relatórios do Brasil²⁰³, o Comité faz referência ao relatório do Relator Especial das Nações Unidas sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias de 2010 no seguimento das recomendações feitas após a sua visita ao país. Mais uma vez o Comité recorre a avaliações feitas por especialistas em áreas particulares de direitos para assegurar uma proteção reforçada aos direitos das crianças de rua.

Mais, a referência ao relatório do Relator Especial acresce independência à avaliação feita. Vejamos. O Código de Conduta adotado pelo Conselho dos Direitos Humanos ao abrigo dos princípios de “transparência, justiça e imparcialidade” da Resolução 60/251 da Assembleia Geral, que criou o Conselho dos Direitos Humanos, determina no seu artigo 3º que os detentores do mandato (Relatores Especiais) são peritos independentes das Nações Unidas. O Código de Conduta determina que estes peritos devem atuar com independência (artigo 3º al. (a) e 8º (a), em relação à recolha de informação, e artigo 13º (b) relativamente aos seus relatórios) e não devendo procurar ou aceitar instruções de qualquer Governo, indivíduo, organização governamental ou não governamental, ou qualquer grupo de pressão (al. (f)). O seu mandato é puramente pessoal, não tendo qualquer papel representativo nacional – apenas internacional (artigo 4º, n.º 1). No exercício das suas funções deverão fazer avaliações imparciais (artigo 3º, (a)) de temas ou países segundo padrões de direitos humanos internacionalmente reconhecidos (artigo 3.º (a) e 6.º (c)).

4.2.4 Vemos assim que a fiscalização do progresso dos Estados Partes da Convenção na sua implementação é mais extensiva do que o estritamente consagrado na Convenção e que pode

²⁰² Human Rights Committee, 1999, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 40 of the Covenant - Concluding Observations of the Human Rights Committee – Cambodia*, CCPR/C/79/Add.108.

²⁰³ Committee on the Rights of the Child, 2015, *Concluding observations on the combined second to fourth periodic reports of Brazil*, CRC/C/BRA/CO/2-4.

beneficiar a proteção de crianças de rua pelo seu reforço. Da leitura das Observações Finais fica claro que o Comité vê a proteção dos direitos da criança de rua inserida num sistema holístico que poderá ser (melhor) interpretado por outras agências especializadas no sistema de proteção jurídica internacional e que o Comité não hesita em fazer o seu escrutínio recorrendo a interpretações especializadas e independentes para reforçar as suas recomendações. Não obstante, ainda há quem critique o regime de direitos humanos das Nações Unidas por falta de consistência²⁰⁴, pelo que não se deve, claro, concluir que este é um sistema que providencia uma total proteção dos direitos da criança de rua.

4.3 O que tem sido fiscalizado ao abrigo do artigo 44º

4.3.1 Da leitura das Observações Finais emitidas pelo Comité, surgiram alguns pontos interessantes relativamente aos direitos das crianças de rua no contexto da sua proteção internacional, que analisamos abaixo. Procurámos também contextualizar a discussão no âmbito mais alargado da agenda internacional. Abaixo não pretendemos fazer uma análise exaustiva de como o Comité tem apreciado o progresso da implementação da Convenção relativamente a crianças de rua, já que cada um dos tópicos mereceria um trabalho a seu próprio título, mas tão somente discutir alguns temas de interesse surgidos da prática do Comité.

4.3.2 Vimos já, na Figura 2 que a menção a crianças de rua nas Observações Finais do Comité tem sido muito variável, mas que o Comité tem mostrado um desinteresse em abordar este tema desde o início deste século. Nota-se alguma mudança desde o início da presente década e esta tendência parece estar a reverter-se, mas as menções a crianças de rua continuam a ser muito inconsistentes.

Há um pico de interesse em 2012, ano em que o Comité pediu para os Estados Partes fornecerem mais informações relativamente a crianças de rua em 13% das suas Observações Finais. Este interesse poderá ficar a dever-se à Resolução 16/12, de 2011, do Conselho dos Direitos Humanos, com o título *Rights of the child: a holistic approach to the protection and promotion*

²⁰⁴ Otunnu, Olara A., 2004, *Protecting children in times of war: how to develop an effective monitoring and reporting system*, UN Chronicle, 1, p. 69.

of the rights of children working and/or living on the street (Direitos da Criança: uma abordagem holística à proteção e promoção dos direitos das crianças a viverem e/ou a trabalharem na rua). Esta resolução coloca os relatórios periódicos entre as medidas protetoras dos direitos de crianças de rua já que no seu n.º 11 recomenda ao Estados Partes que tenham este tema em conta nos seus relatórios ao Comité, pelo que o Comité poderá ter sido mais sensível à apreciação de questões ligadas a crianças de rua na altura.

Se de facto a Resolução 16/12 tiver levado ao pico de interesse acima, parece, contudo, não ter tido uma eficácia sustentada já que em 2013 e 2014 a proporção de menções a crianças de rua no cômputo geral das Observações Finais do Comité diminuiu consideravelmente. Poderia tal diminuição ser explicada por os Estados Partes mais proactivamente fornecerem informação em matéria de crianças de rua. Isto é, poderá ter sucedido que os Estados Partes seguiram a recomendação do Conselho dos Direitos Humanos e de sua iniciativa forneceram a informação que o Comité considera necessária (e a um nível de implementação que satisfaz o Comité, bem entendido). Contudo, se considerarmos a mesma Figura 2, vemos que em 2015 há outra vez um aumento significativo de menções a crianças de rua. Este, por sua vez, poderá ser explicado por o Comité estar atualmente a trabalhar no Comentário Geral sobre Crianças em situação de rua, o que coloca este grupo no radar escrutinador do Comité.

Da leitura e análise das Observações Finais não se consegue determinar a razão ou razões que levam o Comité a mostrar mais interesse em crianças de rua em determinados momentos. O que se pode dizer com segurança é que o Comité tem sido inconsistente na abordagem da proteção dos direitos de crianças de rua, não tendo sequer mencionado este grupo em 323 das 674 Observações Finais que fez até ao fim de março de 2016.

4.3.3 Em termos dos conteúdos das Observações Finais, podemos também encontrar exemplos de como o Comité faz uma análise detalhada e independente dos relatórios apresentados.

Um exemplo bem claro é o caso do Brasil, país que viu em 1993 um dos eventos mais significativos relativamente a crianças de rua, o Massacre da Candelária já mencionado acima. O Brasil assinou a Convenção em 26 Janeiro 1990 e ratificou-a em 24 Setembro 1990²⁰⁵. O seu relatório inicial foi apresentado só em 2003²⁰⁶ e objeto de Observações Finais em 2004²⁰⁷. Da

²⁰⁵ United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner, sem data, Reporting status for Brazil.

²⁰⁶ Doc. já cit. CRC/C/3/Add.65.

²⁰⁷ Doc. já cit. CRC/C/15/Add.241.

leitura do relatório inicial do Brasil não se retiram referências ao massacre acima. Do mesmo modo não se retira qualquer informação quanto a atos de execução extrajudicial pela polícia ou de facto qualquer ato de violência de forças policiais ou “esquadrões de morte” contra crianças de rua. Das discussões em ata²⁰⁸ podem-se verificar menções quanto à violência contra crianças em geral. Das discussões em ata²⁰⁹ pode-se verificar também que o representante do Brasil fala em esquadrões da morte e execuções extrajudiciais e que o Comité menciona a violência contra adolescentes em estabelecimentos policiais²¹⁰. Nenhuma destas referências é ligada na discussão a crianças de rua. Contudo, no §64 das suas Observações Finais²¹¹ ao Relatório Inicial do Brasil²¹², o Comité “*expressa a sua grave preocupação relativamente ao número de crianças de rua e a sua vulnerabilidade a execuções extrajudiciais (...)*”, recomendando no §65 que o Brasil desenvolva estratégias para diminuir o número de crianças de rua (al. a)) e que assegure a proteção e assistência adequada às mesmas (al. b)).

Lembramos aqui que o Brasil foi um dos países cujo atraso na apresentação do seu relatório inicial levou o Comité a comunicar a intenção de proceder à apreciação do progresso da implementação da Convenção sem a intervenção do país interessado, tendo a implementação da Convenção permanecido sem ser fiscalizada por cerca de 10 anos.

Vemos assim que o Comité consegue utilizar o processo de apresentação periódica de relatórios para fazer um escrutínio aprofundado de assuntos relacionados com crianças de rua, não se deixando ser unicamente guiado pelos Estados Partes. Mas este mesmo processo demonstra claramente também que tal apreciação poderá ser feita extemporaneamente, o que enfraquece a sua eficácia.

Por outro lado, se nos referirmos mais uma vez à Figura 2 verificamos que não é até 1997 que o Comité mostra um interesse maior pelo escrutínio dos direitos de crianças de rua, pelo que aparentemente a discussão internacional do tema não teve impacto no trabalho geral de apreciação do Comité.

²⁰⁸ Comité de los Derechos del Niño, 2013, 37ª período de sesiones Acta resumida de la 974ª sesión, Celebrada en el Palais Wilson, Ginebra, el martes 14 de septiembre de 2004, CRC/C/SR.974 e Committee on the Rights of the Child, 2004, Thirty-seventh session - Summary Record of the 973rd Meeting Held at the Palais Wilson, Geneva, on Tuesday, 14 September 2004, at 10 am, CRC/C/SR.973.

²⁰⁹ Doc. já cit. CRC/C/SR.973, §52.

²¹⁰ Doc. já cit. CRC/C/SR.974, §46.

²¹¹ Doc. já cit. CRC/C/15/Add.241.

²¹² Doc. já cit. CRC/C/3/Add.65.

Do exemplo acima podemos concluir apenas que, no caso de crianças de rua, eventos significativos podem levar a um escrutínio aprofundado da situação do país em causa na proteção dos seus direitos – o que se entende dada a gravidade dos eventos no Brasil – mas que tais eventos parecem não levar o Comité a alargar esse escrutínio detalhado ao escrutínio em geral que faz dos relatórios dos Estados Partes.

4.3.4 As razões que levam a criança à rua são complexas e não se pode presumir que é a pobreza que leva a criança à rua. A doutrina e o bom senso são claros que há significativamente mais crianças pobres do que crianças de rua²¹³, pelo que não se pode fazer um nexo de causalidade necessário da criança de rua à pobreza. Já em 1992 a Assembleia Geral reconhece esta complexidade na sua Resolução 47/126 e ao mesmo tempo no seu §3 expressamente declara as crianças de rua como um grupo particularmente vulnerável, reconhece “*causas diversas para o surgimento e marginalização de crianças de rua, incluindo a pobreza, migração das áreas rurais para as áreas urbanas, desemprego, famílias destabilizadas, intolerância, exploração e guerra as quais são muitas vezes agravadas e soluções para elas tornadas mais difíceis por sérias dificuldades socioeconómicas*”²¹⁴.

Dito isto, contudo, não se deve obviamente esquecer que a pobreza é um dos fatores que podem levar crianças à rua e que uma vez na rua as crianças vivem de facto numa situação de pobreza. Diz Vandenhoele que “*a pobreza infantil é uma afronta à dignidade humana e que por isso parece estar em frontal violação dos direitos humanos da criança: a pobreza não é no seu interesse superior, está muitas vezes fortemente interligada com discriminação dada a falta de oportunidades, é contra o seu direito ao desenvolvimento, pode ser uma forma de violência e não respeita certamente o seu direito a um nível de vida adequado para o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social*”, acrescentando que “*sendo assim, pelo menos todos os direitos económicos e sociais (incluindo o direito à saúde, à educação, à segurança social e outros) estão envolvidos*”²¹⁵.

Da leitura das recomendações feitas em sede de Observações Finais podemos ver que o Comité tem abordado a pobreza de formas diferentes. Nas suas Observações Finais ao Terceiro Relatório

²¹³ Correa, Paloma Morais, 2013, *Poverty as Violation of Human Rights: The Case of Street Children in Guatemala and Brazil*, Brazilian Journal of International Law 10 (2), p. 344.

²¹⁴ Doc. já cit. A/RES/47/126, §13.

²¹⁵ Vandenhoele, Wouter, 2013-2014, *Child Poverty and Children's Rights: An Uneasy Fit*, Michigan State International Law Review 22(2), pp. 611-612.

Periódico da Etiópia²¹⁶ nenhuma recomendação é feita diretamente em relação a crianças de rua para se responder à pobreza no país, ainda que o Comité faça recomendações para o acesso a serviços. Segundo o Banco Mundial, a Etiópia era o 8º país mais pobre do mundo no período relativo a este relatório e 9º desde então²¹⁷. Contudo, a recomendação fundamental do Comité neste tema é que a Etiópia “*proceda a uma avaliação sistemática da situação e crianças de rua com vista a obter um entendimento correto das causas que estão na sua base e a sua magnitude*”²¹⁸. O Comité não faz, portanto, a ligação direta entre crianças de rua e a pobreza prevalente no país, o que parece contraintuitivo.

Em outras Observações Finais, porém, o Comité faz claramente a ligação da pobreza a crianças serem levadas à rua. Veja-se por exemplo o §53, al. e) das Observações Finais ao Segundo a Quarto Relatório Periódico Combinado do Congo²¹⁹, que recomenda que o Estado Parte “*Estabeleça uma clara e abrangente política e estrutura de apoio à família com vista a aumentar a provisão de serviços de intervenção precoce e preventiva para responder a crianças a viverem fora da família, à situação de crianças a trabalharem na rua e ao abandono de crianças por pais por razões puramente económicas*”.

Nas suas Observações Finais, o Comité fez recomendações relativas a dar resposta à pobreza – entendidas para efeitos deste estudo as recomendações sobre medidas assistencialistas, como por exemplo, nutrição, alojamento, vestuário - em 109 relatórios, isto é 16,17% do total de Observações Finais e 31,05% das Observações Finais com menção a crianças de rua. De entre os 7 tipos de recomendações de intervenção direta junto das crianças que identificámos na nossa análise, o número de recomendações para dar resposta à pobreza encontra-se exatamente no meio da lista, se a ordenarmos por número de recomendações, parecendo, portanto, que o Comité, em termos de intervenção direta, reconhece a pobreza no meio – literalmente, na nossa análise – de uma série de fatores complexos que afetam crianças de rua. Note-se também que em 82 ocasiões²²⁰ o Comité recomendou a melhoria do acesso a serviços - entendidas para efeitos deste estudo recomendações sobre acesso a cuidados de saúde, educação, identificação, serviços

²¹⁶ Committee on the Rights of the Child, 2006, Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Ethiopia, CRC/C/ETH/CO/3, §64 (d) e 70 (c).

²¹⁷ The World Bank, *Data - GDP per capita (current US\$)*.

²¹⁸ Doc. já cit. CRC/C/ETH/CO/3, (§ 70 a).

²¹⁹ Committee on the Rights of the Child, 2014 *Concluding observations on the combined second to fourth periodic report of the Congo*, CRC/C/COG/CO/2-4.

²²⁰ Anexo 1.

sociais, etc. - mais enquadrados no âmbito da classificação tradicional de direitos económicos sociais e culturais.

Os números acima poderão surpreender, considerando o que se disse acima relativamente à vida de penúria em que as crianças de rua vivem. Note-se que o Comité fez um total de 570 recomendações macropolíticas, de acordo com a nossa análise²²¹, 154 relativas à Recolha de Dados e Monitorização, 254 relativas a Pesquisa/Estratégia/Políticas e Programas, 92 relativas a Reforma Legislativa e Acesso à Justiça e 70 relativas à Disponibilização de Recursos²²². Parece, assim, que o Comité prefere recomendar que os Estados Partes trabalhem nas causas estruturais que levam a criança à rua, maioritariamente através de Pesquisa, Estratégia, Políticas e Programas, atribuindo deste modo ao Estado Parte a responsabilidade – soberana – de dar as respostas locais apropriadas a este grupo vulnerável de crianças.

O número reduzido de recomendações relativas à disponibilização de recursos leva-nos também a uma segunda nota. O Comité pode estar a associar a resposta à pobreza a mais encargos financeiros para o Estado Parte²²³, caso em que poderá ser relutante em fazer recomendações relativamente às decisões – soberanas – orçamentais e/ou associá-la com direitos económicos, sociais e culturais, caso em o Comité pode entender que o Estado só estaria obrigado no máximo dos recursos disponíveis, nos termos do artigo 4º da Convenção²²⁴ - o que poderia explicar a posição tomada relativamente à Etiópia, acima mencionada. A ser esta última razão, o Comité estaria tacitamente a aceitar que na grande maioria das vezes os Estados Partes fazem o uso racional e eficaz dos seus recursos na proteção dos direitos das crianças de rua, tendo assim cumprido as suas obrigações internacionais ao abrigo do referido artigo 4º na proteção de crianças de rua.

4.3.5 Ainda relativamente a recomendações macroeconómicas, e também ainda relacionado com o tema das causas que levam a criança à rua, podemos também analisar como o Comité tem abordado a recolha de dados.

A recolha de dados tem sido há muito uma preocupação do Comité. Como vimos acima, as Linhas Orientadoras, tanto para os relatórios iniciais como para os relatórios periódicos,

²²¹ V. Tabela A acima.

²²² V. Anexo 1

²²³ V. 2.3.2, relativamente ao que se deve entender por recursos.

²²⁴ V. 3.2.2 para mais uma análise mais detalhada do artigo 4º da Convenção.

representam uma tentativa do Comité de estruturar os dados fornecidos pelos Estados Partes nos seus relatórios para recolherem dados essenciais à sua análise da implementação da Convenção. As Linhas Orientadoras para a apresentação de relatórios periódicos²²⁵ inclui nomeadamente um anexo com uma lista de informação estatística que o Comité requer dos Estados. Vimos também acima que no caso de crianças de rua o interesse do Comité evoluiu e informação mais detalhada é requerida dos Estados Partes a partir do seu segundo relatório.

O Comentário Geral n.º 5, sobre as medidas de implementação da Convenção, de 2003, salienta também a importância da recolha de dados, vendo-a mesmo como uma salvaguarda contra a discriminação. Diz o seu §48 que “*a recolha de dados suficientes e fiáveis sobre crianças, desagregados para permitir a identificação de discriminação e/ou disparidades na realização de direitos, é uma parte essencial da implementação (da Convenção)*”, remetendo depois para as linhas orientadoras acima.

A Resolução 16/12 do Conselho de Direitos Humanos, de 2011, acima mencionada, encorajou também os Estados a “*desenvolver, fortalecer e implementar, conforme seja adequado, sistemas nacionais para a colação, monitorização e avaliação de dados nacionais desagregados acerca de crianças, incluindo crianças a trabalhar e/ou viver na rua*”. Parece, portanto, haver um reconhecimento alargado de que a proteção de crianças de rua passa pela colação de informação sobre o tema.

Obviamente a mera recolha de informação não terá um conteúdo útil se não for seguido de uma análise. O mesmo §48 do Comentário Geral n.º 5 já citado acima reconhece isso mesmo e pede por isso aos Estados que “*assegurem que os dados recolhidos são analisados e usados para avaliar o progresso na implementação, para identificar problemas e para informar o desenvolvimento de todas as políticas relacionadas com crianças*”.

Dados sobre a população de rua, sobre as causas que levam a criança à rua e quais os problemas que aí as crianças encontram, serão de facto essenciais para informar as políticas públicas de modo a que deem respostas construtivas²²⁶. Por exemplo, num estudo sobre a situação de crianças a trabalhar na rua no Brasil, descobriu-se que estas crianças, embora beneficiárias de apoios sociais destinados a reduzir a pobreza familiar com a condição de as crianças permanecerem na escola (“Bolsa Escolar”), não estava a evitar que as crianças continuassem a

²²⁵ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3.

²²⁶ Ennew, Judith, 2003, *Working with Street Children - Exploring Ways for ADB Assistance*, Asian Development Bank - Regional and Sustainable Development Department, p. 21.

trabalhar na rua²²⁷. Esta política pretende dar um incentivo à família para investir no desenvolvimento da criança através da educação. Contudo, no estudo, mais de 90% das crianças a trabalhar na rua com 10 anos de idade disseram que frequentavam a escola²²⁸. Pelo que, na realidade, a Bolsa Escolar criou a situação em que a crianças, em adição à vida e ao trabalho na rua se vê na posição de o ter que compatibilizar com a escola. Mais, cerca de 20% das crianças no estudo acima não tinham laços à família significativos, pelo que estavam excluídas do apoio acima²²⁹. Esta política exclui por isso as mais vulneráveis das crianças de rua.

O Comité é congruente com a posição que tomou no Comentário Geral n.º 5 e tem sido insistente na necessidade de os Estados recolherem dados desagregados relativamente a crianças, incluindo frequentemente crianças de rua entre os grupos de crianças vulneráveis que importa entender. Pode-se referir, a título meramente exemplificativo, as Observações Finais ao relatório inicial da República Checa onde o Comité *“recomenda que o Estado Parte dê atenção prioritária à identificação dos indicadores desagregados apropriados, com vista a dar respostas a todas as áreas da Convenção e todos os grupos de crianças na sociedade. Tais mecanismos podem ter um papel vital na monitorização sistemática da situação das crianças e na avaliação do progresso alcançado e das dificuldades no caminho da realização dos direitos das crianças. Estes podem ser utilizados como a base para se desenharem programas para melhorar a situação das crianças, em particular das mais desfavorecidas”*, tendo entre os outros grupos identificado crianças de rua²³⁰.

Vimos acima que o Comité fez recomendações relativas à Recolha de Dados e Monitorização em 154 ocasiões, do total de 674 Observações Finais feitas no período analisado, 351 das quais com menção a criança de rua. Isto é, em 23% do total de Observações Finais o Comité recomendou ao Estado Parte que recolhesse dados sobre crianças de rua, e em 44% das Observações Finais em que mencionou crianças de rua. Isto indica um claro interesse no melhor entendimento deste tema, mas também que o Comité considera que os Estados Partes não possuem informação suficiente ainda em matéria de crianças de rua.

²²⁷ Grugel, Jean *et al*, 2012, *Street Working Children, Children’s Agency and the Challenges of Children’s rights: Evidence from Minas Gerais, Brazil*, Journal of International Development 24, p. 836.

²²⁸ Grugel, *ob. cit.* p. 837.

²²⁹ Grugel, *ob. cit.* p. 833.

²³⁰ Committee on the Rights of the Child, 1997, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Czech Republic*, CRC/C/15/Add.81, §29.

Apesar da reiteração da importância da recolha de dados, não é até 2015, como mostra a Figura 8 abaixo, que se nota um interesse algo súbito pelo Comité em sede de Observações Finais na colação e monitorização - ou falta dela - de dados relativamente a crianças de rua.



Figura 8

Note-se que este mais recente pico de interesse na colação de dados seguiu-se a um dos anos de maior desinteresse neste tema. Ainda que a Figura 8 demonstre que desde o início do século há um marcado maior interesse pela colação de informação pertinente a crianças de rua, da análise das Observações Finais do Comité não se consegue concluir que o Comentário Geral n.º 5 ou a Resolução 16/12 do Conselho de Direitos Humanos se mostrou eficaz neste objetivo. Poder-se-á, claro, também argumentar em contrário que ambos tiveram bastante sucesso, tendo os Estados Partes seguido as suas recomendações e tendo, em consequência, o Comité menos necessidade de fazer recomendações no sentido da colação de dados.

Reconhece assim o Comité a necessidade de dados para uma avaliação cabal da situação de crianças de rua. O que se entende, já que não tendo os Estados tais dados e/ou não os fornecendo ao Comité, o que é relatado ao Comité será parcial ou distorcido, enfraquecendo as recomendações do Comité.

4.3.6 O interesse superior da criança de rua apresenta alguns temas interessantes quando pensado da perspectiva da criança de rua pelo que relevará também ver como o Comité tem abordado o tema.

Diz o artigo 3º, n.º 1 da Convenção que *“Todas as decisões relativas a crianças, adotadas por instituições públicas ou privadas de proteção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primacialmente em conta o interesse superior da criança.”*.

Deste artigo retira-se, que 1) o interesse superior da criança terá que ser considerado antes e acima – primacialmente - de qualquer outra consideração; 2) que tal se aplica a todas as decisões – e portanto será transversal a todas as fases de qualquer processo para as tomar - que afetem crianças, tais como definidas pelo artigo 1º da Convenção; 3) que as decisões não têm necessariamente de ser sobre uma criança em particular ou grupo de crianças, mas apenas que tenha um impacto na criança ou grupo de crianças – têm apenas que ser “relativas a crianças”; e que (4) tanto instituições públicas como privadas estão sujeitos a tal obrigação.

O Comentário Geral n.º 14, sobre o interesse superior da criança, afirma que este tem 3 facetas: 1) é um direito substantivo, já que a criança tem o direito a que o seu interesse superior seja devidamente avaliado e pesado em todas as decisões que a afetam sendo portanto passível de escrutínio judicial, 2) é um princípio de interpretação legal, devendo portanto o sistema legal ser interpretado no sentido mais protetor do interesse superior da criança e 3) é uma regra de processo, já que exige que o interesse superior da criança seja tomado em devida consideração em todos os processos²³¹.

O princípio do interesse superior pretende reequilibrar os processos de decisão que afetem a criança, colocando-a no centro. Reconhece-se, portanto, que a posição da criança face ao adulto que normalmente toma estas decisões poderá deixá-la em segundo plano. Diz o §37 do Comentário Geral n.º 14 que *“A especial situação da criança: dependência, maturidade, estatuto legal e, muitas vezes, a sua falta de voz”* colocam a criança numa posição de desvantagem pois têm assim *“menos possibilidade do que os adultos de defenderem eficazmente os seus interesses”* adiantando no mesmo parágrafo que *“Se os interesses das crianças não forem salientados, tendem a ser ignorados”*.

²³¹ No mesmo sentido, Zermatten, 2010, p. 485.

4.3.7 Vimos também já acima que na rua a criança assume comportamentos para a sua sobrevivência que frequentemente a dissociam de uma evidente necessidade de uma proteção especial.

A Relatora Especial para a Pobreza Extrema e Direitos Humanos nota que *“Cada vez com mais frequência, os Estados penalizam certos comportamentos e ações que são associados a viver na rua, tais como dormir, estar sentado, estar deitados, fazer lixo, acampar ou guardar bens em espaços públicos; estar embriagado em público; urinar em público; ou atravessar a rua fora da passeira. Muitas vezes esta regulamentação são escritas com palavras vagas, dando aos agentes da autoridade uma descrição e poderes executórios extensivos”*²³². A Relatora Especial nota que as *“crianças que vivem ou trabalham na rua são particularmente vulneráveis a medidas penalizadoras”*²³³ e que quando ações das crianças para a sua sobrevivência *“se tornam ilegais, (as crianças que vivem ou trabalham na rua) são forçadas a viver em situações ainda mais perigosas e abusivas”*²³⁴.

Isto mesmo é também reconhecido pela Resolução 16/12 do Conselho dos Direitos Humanos das Nações Unidas sobre *“Direitos da criança: uma abordagem holística à proteção e promoção dos direitos das crianças a trabalhar e/ou a viver na rua”*, que no seu n.º 4, al. d) encoraja os Estados a *“reconhecer que é de modo geral no interesse superior da criança que comportamentos de sobrevivência, tais como pedir esmola, vaguar pelas ruas, mendigar, faltar à escola, fugir de casa e outros atos, sejam tratados como matéria de proteção da criança pelas autoridades relevantes dos Estados, e a assegurar, de acordo com os seus sistemas legislativos, que leis sobre tais comportamentos não constituem um obstáculo para a efetiva assistência, apoio e proteção de crianças a trabalhar e/ou a viver na rua”*, encorajando os Estados, na alínea a) do mesmo número, a *“adotar, reforçar e implementar medidas legislativas e de outra natureza, estratégias e planos transversais a todos os sectores para eliminar, como prioridade, todas as formas de violência e discriminação contra crianças a trabalharem e/ou viverem na rua”*.

Diz o §31 do Comentário Geral n.º 14 que *“A adoção de qualquer lei ou regulamento, assim como outros acordos – tais como tratados bilaterais ou multilaterais de comércio ou paz que afetem crianças - devem ser guiados pelo interesse superior da criança”*, reconhecendo o

²³² Carmona, M, 2014, *Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights*, Magdalena Sepúlveda Carmona, A/HRC/26/28, §33.

²³³ Carmona, M, 2014, p. 42.

²³⁴ Carmona, M, 2014, p. 42.

mesmo parágrafo que o artigo 3º, n.º 1 da Convenção “*se refere a crianças em geral e não apenas a crianças como indivíduos*”.

Logo, e relativamente a crianças de rua, o legislador – nomeadamente local – terá que considerar se estas decisões legislativas de criminalização ou para-criminalização de comportamentos de rua são no interesse superior da criança, sendo que este tem necessariamente que ser tido primacialmente em conta, nos termos do artigo 3º, n.º 1 da Convenção. Estes atos legislativos, ainda que eventualmente não dirigidos diretamente a crianças têm um impacto sobre elas. Sendo assim, os Estados Partes terão que ter o interesse superior da criança primacialmente em conta no processo de decisão legislativa, quando balançam os interesses em jogo.

Da análise das suas Observações Finais podemos observar que o Comité parece tentar implementar este entendimento. Em 92 ocasiões²³⁵ o Comité fez recomendações relativas a “Reforma legislativa e acesso à justiça”. Da leitura das mesmas pode-se observar que em várias ocasiões a recomendação foi precisamente no sentido de descriminalizar comportamentos ligados à rua. A título meramente exemplificativo, uma vez que as recomendações neste sentido são várias, podemos notar que as Observações Finais do Comité ao 2º a 4º relatório combinado da Albânia²³⁶ e as Observações Finais ao primeiro relatório do Montenegro²³⁷ ambas recomendam que o Estado Parte “*assegure que crianças em situação de rua não são consideradas ou tratadas como criminosos*”.

4.3.8 O modo como o Comité trata o interesse superior da criança nas suas Observações Finais é também interessante no que toca à reunificação familiar.

Da leitura das Observações Finais, pode-se verificar que o interesse superior da criança é por demais ligado à reunificação familiar. Em 225 das 351 Observações Finais em que o Comité faz referência a crianças de rua, o Comité recomendou ação para a reunificação familiar²³⁸. Da leitura das Observações Finais verificamos também que em 73 das 351 Observações Finais em que o Comité faz referência a crianças de rua o Comité faz referência ao interesse superior das crianças de rua. Este é um número reduzido, significando que em apenas 20.8% das Observações

²³⁵ Anexo 1.

²³⁶ Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations: Albania*, CRC/C/15/Add.249, §81, al. c).

²³⁷ Committee on the Rights of the Child, 2010, *Consideration of reports submitted by states parties under article 44 of the convention Concluding Observations: Montenegro*, CRC/C/MNE/CO/1, §65, al. d).

²³⁸ V. Anexo 1.

Finais com referência a crianças de rua existem referências ao interesse superior da criança. Em 57 dessas 73 ocasiões, contudo, o Comitê ligou o interesse da criança à reunificação familiar²³⁹.

A Figura 9 abaixo demonstra como o interesse superior das crianças de rua tem sido utilizado pelo Comitê na apreciação dos relatórios dos Estados ao abrigo do artigo 44º, n.º 1 da Convenção.

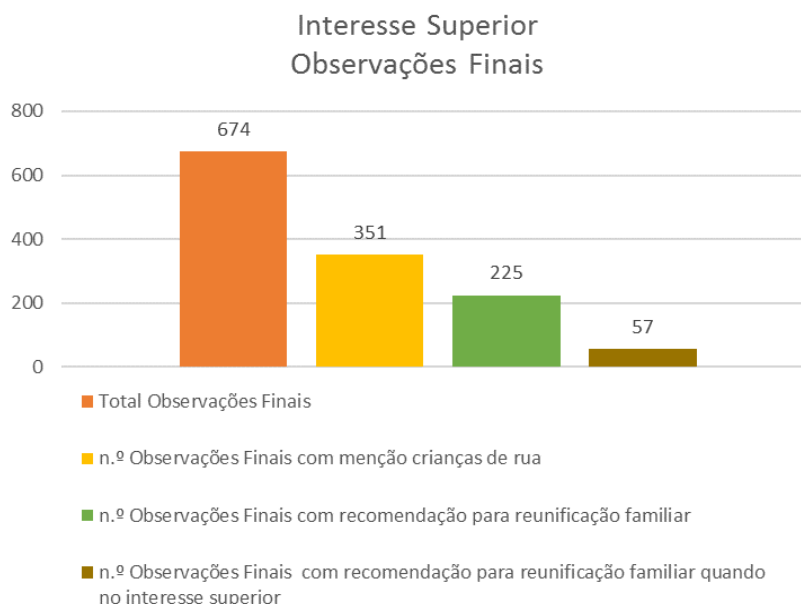
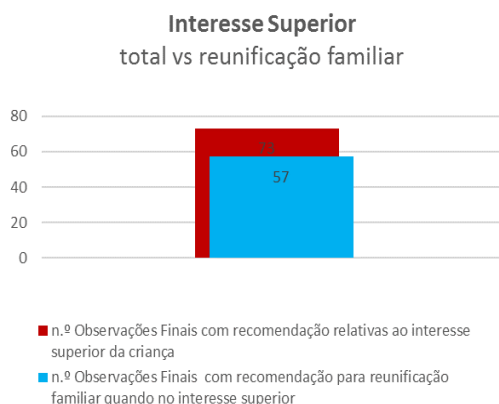


Figura 9

Se considerarmos, agora, a relação entre o número total de recomendações sobre o interesse superior da criança e quando este é ligado à Reunificação Familiar, vemos uma clara ligação entre os dois tipos de recomendação.



²³⁹ V. Anexo 2, Tabela 6.

A Figura 10 acima demonstra como o Comité recomenda na maioria das vezes que o interesse superior da criança seja tido em consideração aquando da reunificação familiar. Contudo, relativamente a outras recomendações, a consideração do interesse superior não é recomendada na mesma proporção. Parece, portanto, que o Comité assenta fortemente a sua apreciação do interesse superior da criança de rua à luz do §6º do Preâmbulo da Convenção que determina que a família é o “*elemento natural e fundamental da sociedade e meio natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças*”.

O facto de que o interesse superior da criança não ser mencionado nas outras recomendações relativas à reunificação familiar não quer, claramente, significar que o Comité não as pretende condicionar a este princípio. O interesse superior da criança é, precisamente, um princípio transversal à Convenção que, nos termos do artigo 3º, n.º 1 da Convenção, como vimos acima, e como clarificado pelo Comentário Geral n.º 14, terá que ser tido primordialmente em conta pelos Estados Partes nas suas decisões que afetem crianças, pelo que a sua omissão significará somente que este está implícito.

4.3.9 Neste ponto é também interessante mencionar outro princípio fundamental da Convenção: o direito da criança a participar em decisões que a afetam, nos termos do artigo 12º, n.º 1 da Convenção. Teremos que dividir o artigo 12º, n.º 1 em duas partes: 1) o direito da criança a exprimir a sua opinião em todas as decisões que lhe dizem respeito e 2) o direito de tais opiniões serem tomadas em consideração de acordo com a sua idade e maturidade. Vimos já acima que o desenvolvimento da criança tem que ser avaliado no contexto da criança específica. Teremos também que notar que nos termos do artigo 13º, n.º 1, a criança tem o direito de escolher o meio pelo qual quer expressar a sua opinião.

Os artigos 3º, n.º 1 e artigo 12, n.º 1 são complementares e não podem ser vistos isoladamente. O §53 do Comentário Geral n.º 14 determina que “*qualquer decisão que não tenha em conta as opiniões da criança ou não lhes dê a devida consideração de acordo com a sua idade e maturidade, não respeita a possibilidade de a criança ou crianças influenciarem a determinação do seu interesse superior*” sendo que, nos termos do §54 “*O facto de a criança ser muito pequena ou estar numa situação vulnerável (como por exemplo, ter uma deficiência, pertencer a um grupo minoritário, ser migrante, etc.) não as priva do direito de expressar as suas opiniões*

nem reduz o peso que lhes é dado na determinação do seu interesse superior”. O impacto que a situação de rua tem no desenvolvimento da criança e das suas capacidades – positiva e negativamente – tem, portanto, que ser tido em conta tanto a nível do direito da criança a participar em decisões sobre o seu interesse superior, como na determinação do seu interesse superior em si.

O Comentário Geral n.º 14 coloca o direito da criança a participar na determinação do seu interesse superior a par da “Preservação do ambiente familiar e manutenção de relações”, explorados nos seus §58 a §70, entre os elementos a ter em conta na determinação do interesse superior da criança. Da leitura das Observações Finais, verificamos que apenas 3 das recomendações relativas à reunificação familiar em que o Comité o condicionou ao interesse superior da criança mencionam o direito da criança a participar nesta decisão. O Comité tende, portanto, a não dar ênfase à participação de crianças de rua quando da determinação do seu interesse superior na consideração da reunificação familiar.

Por outro lado, em 9 ocasiões o Comité menciona o interesse superior da criança quando fazendo recomendações relativas à elaboração de políticas e estratégias relativamente a crianças de rua.

Quando comparamos estes dois tipos de recomendação, e apesar de se reconhecer no §14, n.º 1 do Comentário Geral 14 que os Estados estão obrigados a assegurar que o interesse superior da criança é devidamente considerado em todas as decisões pública e privadas, o Comité parece, no que toca a crianças de rua, a limitar-se regularmente a uma faceta desta realidade complexa: a família.

Daqui se parece retirar que o Comité mais facilmente recomenda a participação de crianças na determinação geral do que será o seu interesse superior do que em situações concretas de intervenção na vida de crianças de rua. Não deixa isto de ser algo contraditório, já que as crianças de rua, imediatamente antes do processo de decisão sobre a reunificação familiar se iniciar, terem a responsabilidade de decidirem sobre o seu interesse superior, precisamente porque afastados da família.

4.3.10 Já no que toca a recomendações relativas à disponibilização de recursos, 70 no seu todo²⁴⁰, apenas duas delas referem que o interesse superior da criança seja tido em conta na alocação de recurso. Isto, não obstante o § 15, al. d do Comentário Geral n.º 14 expressamente

²⁴⁰ V. Anexo 1.

exigir aos Estados Partes que na implementação da Convenção “*preservem o interesse superior da criança na alocação de recursos nacionais para programas e medidas destinados a implementar os direitos das crianças*”.

Pode-se aventar duas possíveis explicações para tal referência parca, explicações que não se excluem mutuamente: 1) o interesse superior da criança não está expressamente consagrado no artigo 4º da Convenção pelo que o Comité tende a ser menos sensível a fazer o escrutínio nesta perspectiva nestas situações - caso em que se poderá então questionar a utilidade de o interesse superior da criança ser expresso em alguns dos artigos da Convenção - e 2) o Comité pode-se autolimitar no escrutínio quando as suas recomendações tenham implicações financeiras para o Estado, caso em que decisões financeiras passariam na prática a ser aceites pelo Comité como a consideração primacial pelos Estados, e não o interesse superior da criança.

4.3.11 A final, uma nota sobre as recomendações feitas nas duas Categorias de Eficácia, isto é, os pedidos de informação a ser fornecida no relatório seguinte, feitos pelo Comité, e os seus pedidos para o Estado Parte dar seguimento às suas recomendações.

Não obstante a Convenção pretender monitorizar como está a ser implementada, é notório, que lhe faltam mecanismos de exequibilidade. A implementação da Convenção pelos Estados Partes tem vindo a ser feita através do sistema de relatórios periódicos. Nas Linha Orientadoras para a Apresentação de Relatórios Periódicos o Comité pede aos Estados Partes que, proactivamente, “*forneçam informação específica quanto ao que foi feito para implementar as recomendações do Comité nas Observações Finais anteriores (...)*”²⁴¹. O não seguimento das recomendações feitas pelo Comité em sede de Observações Finais para o efeito tem assim tendido a ser verificado apenas através do escrutínio feito no relatório periódico seguinte do Estado Parte, sendo que este é feito, uma vez mais, com as debilidades já apontadas para o sistema de apresentação de relatórios periódicos. Baro, nota que “*os Governos tendem a considerar que o processo de apresentação de relatórios acabou a seguir à reunião do Governo com o Comité em Genebra*”²⁴², pelo que se pode questionar que execução é dada às recomendações feitas pelo Comité neste processo. Não surpreende, portanto, que os Estados Partes sejam repetidamente alvo da mesma recomendação pelo Comité e que o Comité frequentemente peça aos Estados para darem seguimento a recomendações feitas relativamente a relatórios anteriores. Por exemplo, no

²⁴¹ Doc. já cit. CRC/C/58/Rev.3, §17.

²⁴² Baro, *ob. cit.*, p. 19.

caso da Geórgia e relativamente a crianças de rua, o Comité dos Direitos da Crianças recomendou nas três Observações Finais aos relatórios periódicos apresentados, que o Estado Parte assegurasse acesso de crianças de rua a serviços²⁴³, no caso concreto em relação ao acesso à educação e a cuidados de saúde. O caso da Geórgia ilustra bem a fraqueza do sistema de monitorização para assegurar a implementação da Convenção pelos Estados Partes.

Não obstante, o Comité é persistente na tentativa de dar conteúdo útil ao escrutínio que faz. Relativamente a crianças de rua, até 31 março de 2016, o Comité fez 42 pedidos de informação adicional em relatórios seguintes e 57 recomendações para que as suas recomendações fossem seguidas²⁴⁴.

4.3.12 Sem um mecanismo que permita uma maior intervenção para assegurar a implementação da Convenção, as Observações Finais são pouco mais do que de facto observações. Não se pode, claro, descurar que *“apesar do seu carácter não vinculativo, as Observações Finais têm uma autoridade considerável como interpretação das obrigações dos Estados sob as Convenções de Direitos Humanos”*²⁴⁵. Contudo, sem um mecanismo que permita ao Comité fazer a avaliação de como as suas recomendações estão, na realidade, a ter um impacto na vida das crianças de rua, não é clara qual a eficácia do sistema de apresentação de relatórios periódicos, mesmo quando o Comité insiste em reiterar as suas recomendações.

²⁴³ Committee on the Rights of the Child, 2000, *Consideration of reports submitted by States Parties under article 44 of the Convention, Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child – Georgia*, CRC/C/15/Add.124, § 63; Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of reports submitted by States Parties under article 44 of the Convention, Concluding observations: Georgia*, CRC/C/15/Add.222, § 65; e Committee on the Rights of the Child, 2008, *Consideration of reports submitted by States Parties under article 44 of the Convention, Concluding observations: Georgia*, CRC/C/GEO/CO/3, §65.

²⁴⁴ Anexo 1.

²⁴⁵ Levin, *ob. cit.*, p. 323-324.

5) Outros mecanismos de Proteção

5.1 *O escrutínio através do recente Procedimento de Comunicação*

5.1.1 Na proteção dos seus direitos, as crianças de rua têm a desvantagem dupla da sua idade e da sua posição social. O recurso a eventuais mecanismos queixa fica coartado pelo potencial desconhecimento dos mecanismos ou da sua utilização e a sua incapacidade para os entender e/ou usar. Não obstante, mecanismos de queixa são importante na proteção de direitos.

Em 2011, pela Resolução 66/138 da Assembleia Geral das Nações Unidas, foi adotado o terceiro Protocolo Facultativo à Convenção relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação. Em 2014 foram alcançadas as 10 adesões exigidas pelo seu artigo 19º para a sua entrada em vigor. O Comité emitiu também regulamentação da tramitação deste processo através das Regras de Procedimento para o Protocolo Adicional.

O Protocolo apresenta algumas especificidades interessantes no que toca a crianças de rua e representa também um alargamento dos poderes do Comité ao atribuir-lhe competências adicionais para a fiscalização do cumprimento das obrigações que os Estados Partes assumiram ao abrigo da Convenção e seus Protocolos Facultativos. Até a entrada em vigor deste Protocolo Facultativo a Convenção não tinha um mecanismo de queixa próprio que permitisse aos beneficiários da Convenção – em nome próprio ou dos seus representantes – apresentarem queixas pela violação dos direitos aí reconhecidos. Lee nota também o benefício de o novo mecanismo de queixa providenciar um mecanismo de proteção aos direitos da criança quando não existem sistemas judiciais regionais para a aferição do respeito de tais direitos²⁴⁶, pelo que a proteção dos direitos de crianças de rua fica assim geograficamente reforçada.

5.1.2 antes de mais é preciso notar que o Protocolo Facultativo não é o primeiro mecanismo a que crianças de rua poderiam recorrer para a proteção dos seus direitos. Mesmo antes da entrada em vigor deste protocolo outros instrumentos de direito internacional poderiam providenciar mecanismo de queixa que colmatassem a sua inexistência²⁴⁷. Sabendo que as crianças, como pessoa humana pode invocar os direitos e liberdades enunciados no direito internacional,

²⁴⁶ Lee, 2010, *ob. cit.*, p. 578 e segs.

²⁴⁷ Lee, 2010, p. 580.

poderão também fazer uso de mecanismo externos à Convenção para a proteção dos seus direitos. Pensando na situação de crianças de rua que necessariamente vivem em situação de pobreza, a criança poderá, por exemplo, fazer uso do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais para a implementação dos direitos protegidos ao abrigo do Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais.

Sabendo também que muitos direitos Económicos, Sociais e Culturais são comuns aos dois instrumentos legais, e sem desprezar as vantagens de uma abordagem multitemática à proteção dos direitos das Crianças, podemos desde logo encontrar alguns problemas na proteção efetiva dos direitos consagrados na Convenção através de procedimentos de queixa consagrados em outros instrumentos internacionais. Desde logo porque a proteção dos direitos da criança de rua ao abrigo do Protocolo Facultativo acima ficará dependente da assinatura e ratificação do mesmo pelo Estado relevante. Sendo a Convenção o instrumento legal internacional com maior adesão, nem sempre a criança de rua poderia recorrer aos mecanismos de queixa do Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais²⁴⁸, por exemplo, mesmo quanto a direitos que se encontram protegidos tanto pelo Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais como pela Convenção.

Por outro lado, consequência da “*necessidade de garantir uma proteção especial à criança*” (§9 do preâmbulo da Convenção), é a consagração na Convenção – e seus Protocolos Facultativos – de direitos específicos²⁴⁹ que dão resposta a essa necessidade de proteção especial. Muitos direitos da Convenção não se encontram consagrados no Pacto Facultativo, como seja o direito a brincar, ao abrigo do artigo 31, n.º 1 da Convenção. Sendo assim, antes do Protocolo Facultativo relativo à instituição de um Procedimento de Comunicação, as crianças de rua não dispunham de um procedimento de queixa a que pudessem recorrer em caso de violação dos seus direitos. Do mesmo modo, a apreciação feita ao abrigo de outros mecanismos de queixa será feita também ela por peritos, ao abrigo desses instrumentos legais. Contudo, estes peritos serão especializados nas áreas de direito relativas a esse mesmo instrumento legal, mas não peritos em direitos das crianças²⁵⁰.

²⁴⁸ Lee, 2010, *ob. cit.*, p. 579.

²⁴⁹ Lee, 2010, *ob. cit.*, p. 576 e 577, onde também se dá uma lista abrangente de direitos especificamente relativos à criança, e Limsira, Patthara, 2013, *Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a Communications Procedure [notes]*, Journal of East Asia and International Law, p. 291.

²⁵⁰ Limsira, *ob. cit.*, p. 291.

Dito isto, contudo, a multiplicidade de mecanismos de queixa pode ser utilizada estrategicamente na responsabilização dos Estados Partes da Convenção. Nas palavras de Buck, *“Uma vez que o sistema legal internacional para a proteção dos direitos humanos é, na sua generalidade, fraca, dependente em grande parte da cooperação e apoio dos Estados, a melhor abordagem seria explorar como integrar os mecanismos disponíveis para maximizar o seu impacto”*²⁵¹.

Com a entrada em vigor do Protocolo Facultativo sobre Procedimento de Comunicação, daqui em diante designado PFPC, criaram-se assim mecanismos de proteção específicos para a proteção dos direitos consagrados na Convenção e seus Protocolos Facultativos. O Protocolo estabelece dois procedimentos principais: um procedimento de comunicações individuais (artigo 5º e seguintes do PFPC) e um procedimento de inquérito (artigo 13º e seguintes do PFPC). O Protocolo consagra também um mecanismo de comunicação entre Estados (artigo 12º do PFPC).

5.1.3 O mecanismo de queixas individuais permite que indivíduos ou grupos de indivíduos (artigo 5º, n.º 1 do PFPC), diretamente ou através de representante com o seu consentimento (artigo 5º, n.º 2 do PFPC) comuniquem ao Comité serem vítimas de uma violação, por um Estado Parte, de um dos direitos estabelecidos na Convenção ou seus dois primeiros Protocolos Facultativos (n.º 1 do mesmo artigo, al. a) a c) do PFPC). O Protocolo procura que a proteção do direito seja assegurada assim que possível, pelo que dá ao Comité o poder de pedir ao Estado Parte que adote medidas provisórias, antes da apreciação do mérito da comunicação, para este efeito (artigo 6º, n.º 1 do PFPC), caso em que deverá *“acelerar a análise da comunicação”* (artigo 10º, n.º 3 do PFPC). Para tal, contudo o Comité terá que apreciar se as medidas evitarão *“danos”* à ou às vítimas das alegadas violações e, havendo-os, que estes são *“irreparáveis”*. O Comité pode requerer apenas medidas provisórias (mesmo artigo 6º, n.º 1), para não destituir de efeito a decisão substancial que vier a fazer do mérito da alegação, que de resto não fica prejudicada por tal pedido (artigo 6º, n.º 1 do PFPC). Este é um poder que o Comité poderá exercer apenas a título excecional (mesmo n.º 1).

O Protocolo estipula condições estritas de admissibilidade no seu artigo 7º para a proteção estrita dos direitos consagrados na Convenção e seus Protocolos Facultativos. Antes de mais, a al. c) deste artigo determina que o procedimento poderá apenas investigar factos que *“tenham ocorrido*

²⁵¹ Buck, *ob. cit.*, p. 206.

antes da entrada em vigor do (...) Protocolo para o Estado Parte em causa, a menos que os factos perdurem após essa data”, exigindo que esta seja feita por escrito “*no prazo de um ano após se terem esgotado as vias internas de recurso*” (al. h) do mesmo artigo), consagrando contudo o Protocolo uma exceção para “*os casos em que o autor consiga demonstrar que não foi possível apresentar a comunicação nesse prazo*”. Não são também admitidas queixas anónimas, nos termos da al. a) do mesmo artigo.

O Protocolo procura também que este processo seja subsidiário a qualquer outro mecanismo de queixa, pelo que não admitirá pedidos para apreciação de assuntos que tenham já analisados ou que outro processo de investigação internacional tenha ou esteja a analisar (al. d) do artigo 7º do PFPC) ou sem que estejam exaustos os mecanismos internos de queixa (al. e) do mesmo artigo). O Protocolo quer dar efeito útil à queixa individual, pelo que na mesma al. e) consagra também uma exceção e admitirá comunicações que não tenham exausto os mecanismos internos se “*o processo relativo a esses recursos se prolongar injustificadamente ou se for pouco provável que ele conduza a uma reparação eficaz*”. Finalmente, o Protocolo admite apenas comunicações que não sejam manifestamente infundadas ou não esteja suficientemente fundamentada (al. f)).

Ao Estado Parte é dado o direito de contraditório (8º, n.º 1 do PFPC) o que deverá ser exercido o mais rapidamente possível e nunca num prazo superior a 6 meses (n.º 2 do mesmo artigo), devendo também informar o Comité das medidas tomadas para corrigir a situação (mesmo n.º 2). O Comité deve também disponibilizar-se para facilitar uma resolução amigável do assunto em causa (artigo 9º do PFPC). Na falta de uma resolução amigável, o Comité analisa toda a informação pertinente à comunicação (artigo 10º, n.º 1 do PFPC) e após conclusão de tal análise “*transmitirá às partes em causa os seus pareceres sobre a comunicação, acompanhados, se for caso disso, das suas recomendações*” (n.º 5 do mesmo artigo 10º do PFPC) que os Estados Partes se obrigam, pelo Protocolo a ter “*devidamente em conta*”, nos termos do artigo 11º, n.º 1.

O Protocolo não se satisfaz em deixar nas mãos do Estado Parte como terão “devidamente em conta” o parecer do Comité, pelo que os Estados Partes estão obrigados a relatar ao Comité, logo que possível, mas necessariamente no prazo máximo de 6 meses como o farão (mesmo artigo 11º, n.º 1, parte final). O Protocolo não presume, portanto que a sua decisão de mérito reponha a proteção do direito, esperando do Estado Parte medidas corretivas e a sua comunicação. O Comité poderá também pedir mais informações a serem fornecidas pelo Estado Parte ao abrigo

dos relatórios periódicos que apresente ao Comité ao abrigo da Convenção e seus Protocolos (n.º 2 do mesmo artigo 11º).

Ao abrigo do artigo 11º do PFPC, o Comité tem competência para o acompanhamento da implementação das suas decisões – e da sua interpretação da Convenção –, tendo poderes para pedir aos Estados Partes mais informações sobre medidas adotadas em resposta aos seus pareceres, ao abrigo do artigo 11º, n.º 2. Mais, nos termos da Regra 28º, n.º 2 das Regras de Procedimento para o Protocolo Adicional, o Comité poderá continuar a acompanhar a implementação das suas recomendações mesmo após os 6 meses consagrados no artigo 11º do PFPC. O Comité reforça deste modo os seus poderes relativamente à implementação da Convenção nos Estados Partes.

O Protocolo em si não consagra um mecanismo de recurso para queixas individuais, nomeadamente quanto à decisão de não analisar a comunicação inicial se considerar que isso não é no interesse superior da criança (artigo 3º, n.º 2, parte final, do PFPC), mas as suas regras de processo²⁵² consagram a possibilidade de revista pelo Comité desta decisão (Regra 21, n.º 2). Contudo, esta revista será limitada apenas aos casos em que o autor considere que “*as razões de inadmissibilidade deixaram de ser aplicáveis*”, excluindo, portanto, desacordo quanto à apreciação substancial feita pelo Comité relativamente ao preenchimento das mesmas condições. De notar que esta limitação não é imposta ao Estado Parte (Regra 22, n.º 2) que poderá apresentar livremente os seus argumentos em relação às condições de inadmissibilidade da queixa (por exemplo, se o Estado Parte quiser prosseguir a investigação da comunicação para clarificar a situação no caso concreto). De notar também que ao queixoso não é dado o direito de resposta ao Estado, tendo que aguardar pela decisão do Comité para pedir a sua revista, nos termos e limitações da Regra 21, n.º 2.

5.1.4 O procedimento de inquérito dos artigos 13º e seguintes do PFPC é também um importante desenvolvimento tanto na proteção dos direitos da criança, como dos poderes do Comité. Este procedimento de inquérito representa uma importante salvaguarda para a fiscalização da implementação da Convenção, nos casos em que os queixosos (isto é, os indivíduos) possam

²⁵² Committee on the Rights of the Child, 2013, *Rules of procedure under the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a communications procedure*”, CRC/C/62/3.

estar relutantes em apresentar queixa²⁵³, uma vez que o seu acionamento não depende da ação deste, nos termos do artigo 13º, n.º 1 do PFPC.

Até ao PFPC, o Comité tinha apenas poderes de fiscalização a exercer sobre informação submetida por iniciativa do Estado Parte. Vimos que o Comité estava limitado, nos termos do artigo 44º, n.º 4 da Convenção, a poder pedir esclarecimentos aos relatórios periódicos, tendo, contudo, tentado criar uma estrutura para recolher a informação que considera relevante, através das suas Linha Orientadoras²⁵⁴. Isto sem prejuízo, claro, de informação submetida por “agências especializadas, a UNICEF e outros organismos competentes considerados relevantes”, nos termos do artigo 45º, al. a) da Convenção. Vimos acima que o Comité considerou já proceder ao escrutínio da implementação da Convenção sem intervenção do Estado, mas mesmo esse processo estava restringido aos trâmites dos artigos 44º e 45º da Convenção relativos à apresentação de relatórios periódicos.

Ao abrigo, do artigo 13º do PFPC, o Comité pode agora proceder investigações na sequência de iniciativa de terceiros. O Comité passou a poder convidar os Estados a “*cooperar na análise*” e “*apresentar observações*” sobre informação fidedignas que lhe tenha sido dado conhecimento sobre a existência de violações graves e sistemáticas por um Estado Parte dos direitos estabelecidos na Convenção (n.º 1), devendo o Estado Parte ser convidado a cooperar com o inquérito ao longo de todo o processo (n.º 3 do mesmo artigo). Terceiros podem, portanto, levar à atenção do Comité falhas na implementação da Convenção, o que despoleta o dever do Comité de “*convidar o Estado Parte a cooperar na análise da informação e, para este fim, a apresentar sem demora observações sobre a informação em causa*”. Note-se que de acordo com o artigo 13º não está na descrição do Comité iniciar o processo de convidar o Estado. Satisfeito que esteja o Comité de que a informação é, por um lado fidedigna, e por outro sobre a existência de violações graves ou sistemáticas dos direitos estabelecidos na Convenção ou os seus dois primeiros Protocolos Facultativos, o processo terá que ser iniciado. Também aqui se notam as tensões inerentes ao direito internacional: por um lado o Protocolo torna imperativo que o Comité envolva o Estado Parte relevante, para, de facto possibilitar o contraditório, mas por outro, a exigência que faz ao Estado Parte é de “*cooperar na análise*” e “*apresentar observações*”. Mais uma vez se nota aqui a ausência de mecanismos de exequibilidade e responsabilização do

²⁵³ Gerber, Paula, 2012, *The New Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child: 10 Things You Should Know*, *Alternative Law Journal* 37(2), p. 114.

²⁵⁴ Docs. já cits. CRC/C/5 e CRC/C/58/Rev.3.

Estado, nesta sede em termos de processo de investigação, deixando a intervenção do Estado Parte muito da sua disponibilidade.

Dito isto, contudo, podemos ver que o Protocolo reforça os poderes do Comité neste processo. O poder de o Comité proceder a inquéritos baseados em informação levada ao seu conhecimento por terceiros, pode apenas ser excepcionado se, nos termos do artigo 13º, n.º 7, o Estado Parte declarar na altura da assinatura ou ratificação do Protocolo ou adesão ao mesmo que não reconhece a competência do Comité para fazer tais inquéritos (n.º 7). O PFPC coloca assim aos Estados Partes o ónus de optar por sair deste mecanismo, sendo, portanto, que, em princípio, com a adesão ao Protocolo Facultativo, os Estados Partes reconhecem tal competência investigatória ao Comité. O direito internacional nesta área presume assim a aceitação dos Estados Partes de se sujeitarem a este processo de investigação por eventuais falhas na proteção dos direitos consagrados na Convenção e seus Protocolos, reforçando a responsabilidade internacional que deles se espera. Não obstante esta presunção ser ilidível por ação do Estado na altura da assinatura ou ratificação do Protocolo, o papel do Comité como fiscalizador da implementação da Convenção sai reforçado, visto que, em princípio, lhe é reconhecido este poder.

5.1.5 O mecanismo de queixa do artigo 12º, para comunicações entre Estados, poderá também ser interessante. De acordo com o artigo 12º, n.º 1, Os Estados Partes podem “*em qualquer momento, declarar que reconhece a competência do Comité para receber e analisar comunicações nas quais um Estado Parte afirme que outro Estado Parte não está a cumprir as suas obrigações*” ao abrigo da Convenção ou dos seus dois primeiros protocolos facultativos. Este mecanismo não dá também o poder ao Comité para proceder a investigações de sua iniciativa, dependendo este poder da expressão de vontade dos Estados²⁵⁵.

Os poderes do Comité são muito limitados neste processo. Desde logo porque este é um mecanismo facultativo que depende da expressa declaração de aceitação da competência do Comité para “receber e analisar” comunicações²⁵⁶ por ambos os Estados Partes em questão, ao contrário do processo do artigo 13º do Protocolo, que vimos acima. Todas as comunicações feitas sem tal declaração são consideradas inadmissíveis pelo Comité, nos termos do n.º 2 do mesmo artigo. A Regra 45 das Regras de Procedimento²⁵⁷ relativas a este protocolo clarificam

²⁵⁵ Buck, *ob. cit.*, pp. 215-216.

²⁵⁶ Buck, *ob. cit.*, pp. 216.

²⁵⁷ Doc. já cit. CRC/C/62/3.

também que ambos os Estados (aquele que comunica e aquele sobre quem é feita a comunicação) terão que ter feito a declaração a aceitar a competência do Comité para receber e analisar tais declarações.

O Estado Parte pode também retirar tal declaração a qualquer momento mediante notificação dirigida ao Secretário-Geral (n.º 4º, segunda parte do mesmo artigo 12º). Contudo, o Protocolo tenta garantir a eficácia deste mecanismo não deixando na total disponibilidade do Estado Parte o recurso a esta declaração para efeitos do processo. Para tal, o n.º 4 do artigo 12º determina que mesmo quando um Estado Parte retire a declaração de reconhecimento do Comité para receber e analisar comunicações de outros Estados, *“Tal retirada não prejudica a análise de qualquer questão que seja objeto de uma comunicação já transmitida ao abrigo do presente artigo”*. Não podem, portanto, os Estados Partes destituir este mecanismo de efeitos práticos de acordo com a sua vontade política de verem o Comité envolver-se na apreciação de determinadas matérias.

Mas os poderes do Comité estão também limitados por o seu papel se restringir a um de mediação entre os Estados Partes. Ao Comité, nos termos do artigo 12º, n.º 1 já acima vistos, compete apenas “receber e analisar”, não tendo qualquer poder de decisão ou execução relativamente a tal análise. O artigo 12º, n.º 3 do Protocolo Facultativo dá ao Comité apenas o dever de disponibilizar os seus bons ofícios para a resolução amigável da questão, podendo ao abrigo da regra 47, n.º 2 das suas Regras de Procedimento²⁵⁸ formar uma comissão de conciliação.

Note-se também que este é um procedimento que fica limitado às partes envolvidas. A sessão de apreciação da comunicação não é pública, ao abrigo da regra 46 das Regras de Procedimento e, nos termos da regra 49, n.º 2, as opiniões do Comité podem ser transmitidas apenas aos Estados em causa. A análise dos factos que levam à comunicação – incluindo a interpretação feita pelo Comité da interpretação da Convenção e seus Protocolos – fica assim limitada ao caso concreto, não obstante esta interpretação poder ser, claro, aplicada em outras sedes, desde que respeitada a confidencialidade deste processo.

5.1.6 Será também interessante notar como o Protocolo Facultativo poderá proteger os direitos económicos, sociais e culturais, de cujas especificidades já falámos acima, e sem prejuízo do que ficou dito acima.

²⁵⁸ Doc. já cit. CRC/C/62/3.

No seu artigo 10º, n.º 4, quando trata do procedimento relativamente à análise de Direitos Económicos, Sociais e Culturais, determina o Protocolo Facultativo que o “*Comité avaliará a razoabilidade das medidas adotadas pelo Estado Parte em conformidade com o artigo 4.º da Convenção*”. No escrutínio de queixas individuais, portanto, o Comité poderá apenas aferir da razoabilidade das medidas adotadas pelos Estados Partes, sendo que, nos termos da segunda parte do mesmo número, ao fazê-lo “*deve ter presente que o Estado Parte pode adotar uma série de medidas de política sectorial possíveis para executar os direitos económicos, sociais e culturais previstos na Convenção*”. Em sede de queixa individual, o Protocolo estabelece um critério de apreciação adicional à segunda parte do artigo 4º, n.º 1, na medida em que se dispõe um critério *razoabilidade das medidas adotadas* para a apreciação feita nesta sede. Ficam assim limitados os poderes do Comité a esta apreciação em sede deste processo.

Dois comentários se proporcionam aqui fazer, um relativo ao escrutínio feito e o outro relativo à responsabilidade do Estado ao abrigo do artigo 4º da Convenção: 1) este critério refere-se apenas à apreciação que o Comité faz a nível da queixa individual. O escrutínio ao abrigo do artigo 44º da Convenção não se encontra sujeito a este critério de razoabilidade. Na prática não se concebe como a nível individual as medidas tomadas pelo Estado possam ser consideradas razoáveis, mas não a nível de políticas geral avaliadas periodicamente pelo Comité. O Protocolo aliás, abre a oportunidade para um escrutínio abrangente ao dar ao Comité o poder de pedir ao Estado Parte mais esclarecimentos, “se o considerar adequado”, no relatório periódico seguinte do Estado Parte ao abrigo do artigo 44º da Convenção, nos termos do seu artigo 11º, n.º 2 do Protocolo e; 2) O critério de “razoabilidade” do artigo 10º, n.º 4 do Protocolo Facultativo não implica menos responsabilidades para o Estado Parte. Este critério implica apenas que estas responsabilidades não podem ser avaliadas a nível de queixa individual. Na prática, como defende Buck, “*ao determinar a razoabilidade, o Comité tem que fazer uma avaliação das obrigações mínimas do Estado sob a Convenção sobre os Direitos das Crianças e os dois protocolos, e estabelecer o que seriam os seus componentes essenciais mínimos nos sistemas de implementação dos Estados, tendo em conta as suas capacidades e recursos*”²⁵⁹ pelo que, continua, “*a distinção, a existir, entre razoabilidade e obrigações essenciais mínimas podem ser artificiais*”.

5.1.7 O Protocolo Facultativo representa um reforço dos poderes do Comité.

²⁵⁹ Buck, *ob. cit.*, p. 219.

Com a adesão ao Protocolo Facultativo, os Estados assumem a obrigação de respeitar os procedimentos nele estabelecidos. Vimos já que, por exemplo, o Protocolo Facultativo presume a aceitação dos Estados Parte para a apreciação de “informação fidedigna da existência de violações graves ou sistemáticas”, ao abrigo do artigo 13º e seguintes do Protocolo. Ao tornarem-se parte neste Protocolo, os Estados obrigam-se também a “ter em conta” o parecer do Comité em queixas individuais. Note-se que estes pareceres do Comité estabelecem a *“interpretações específicas ao contexto dos direitos das crianças no âmbito do enquadramento legal internacional existente”*²⁶⁰.

Reportando agora às Observações Finais no sistema de apresentação periódica de relatórios, nota Buck que o não seguimento dessa recomendações levará, com certeza, a queixas individuais²⁶¹. Estas Observações Finais, nota o Autor, são já a interpretação que o Comité faz da Convenção, pelo que o Comité dispõe agora de um mecanismo que lhe permite a aferição da sua interpretação em casos concretos. Notámos já que não são raras as ocasiões em que o Comité faz a mesma recomendação ao Estado Parte relativamente a crianças de rua em relação a ciclos de apresentação de relatórios diferentes, assim como recomenda frequentemente que as suas recomendações sejam seguidas. O Protocolo Facultativo proporciona assim mecanismos de fiscalização em caso de incumprimento, pelo que há, portanto, aqui um reforço da proteção dos direitos das crianças.

5.1.8 No caso de crianças de rua, podemos identificar algumas dificuldades no recurso aos mecanismos deste Protocolo.

Este é um sistema bastante remoto em relação à vida que as crianças de rua levam, nas margens dos sistemas locais. Em termos de educação, para tornar as crianças cientes da possibilidade de utilizarem este sistema, exigir-se-á um trabalho redobrado de esclarecimento das crianças: tando dos mecanismos internos de queixa, que terão que ser exaustos, nos termos do artigo 7º, al. e do PFPC, como dos mecanismos de queixa estabelecidos pelo Protocolo Facultativo. As experiências das crianças de rua com mecanismos de queixa a nível local podem também apresentar barreiras. Se a utilização destes mostrou que estes são ineficazes e inacessíveis, o mecanismo internacional pode não ser entendido como potenciador de uma experiência diferente.

²⁶⁰ Buck, *ob. cit.*, p. 226-227.

²⁶¹ Buck, *ob. cit.*, p. 228.

Problemas práticos imediatamente se levantam também nos procedimentos exigidos pelo Protocolo Facultativo. Desde logo, no que respeita a queixas individuais, o artigo 7º, al. b) do Protocolo exige, sob condição de inadmissibilidade, que a comunicação seja feita por escrito. Se tal poderá ser difícil para qualquer criança, para crianças de rua que frequentemente têm níveis de escolaridade mais baixos em relação aos seus pares, esta condição de admissibilidade pode-se mostrar inultrapassável ou, no mínimo, colocá-los numa posição de desvantagem na utilização deste mecanismo de queixa relativamente aos seus pares. Questiona-se se esta condição de admissibilidade da comunicação é conforme o próprio artigo 2º do Protocolo – e artigo 12º, n.º 1 e 2 da Convenção -, o qual determina que “[o Comité] deve também ter em consideração (...) as opiniões da criança”. O artigo 2º do Protocolo, para respeitar o artigo 12º da Convenção terá que ser interpretado de forma a dar a flexibilidade de processos que acomode meios apropriados à criança, que permitam à criança expressar tais opiniões. Isto porque o artigo 13º, n.º 1 da Convenção determina que a criança tem o direito à liberdade de expressão, devendo ser deixada à criança o meio que pretende utilizar para o exercer. A Regra 16, n.º 3, al. d) das Regras de Procedimento parece aliviar um pouco estas restrições ao esclarecer que o Comité não receberá uma comunicação de queixa individual se não for por escrito “*sem prejuízo dos materiais não escritos que possam ser fornecidos para suplementar as submissões por escrito*”. Poderá então conceber-se a situação de uma comunicação ser apresentada por escrito no sentido de a intenção de queixa ser manifestada por escrito, mas os detalhes serem deixados para outros meios mais apropriados para utilização por crianças.

Interessante ver como funcionará na prática, no que toca a crianças de rua, será também o pedido de informação que o Secretário Geral poderá requer ao queixoso relativamente à sua morada, ao abrigo da Regra 15, n.º 1, al. a) ou outros elementos de identificação, que muitas vezes faltam às crianças de rua.

Vimo já que este protocolo não dá ao Comité poderes inquisitórios de sua iniciativa. Mesmo o processo consagrado no artigo 13º e seguintes do PFPC exige que o assunto seja levado ao conhecimento do Comité que só então agirá. No caso de crianças de rua, não é claro quem pode ou quer iniciar tal processo, concedendo-se que a sociedade civil o possa fazer. Como vimos, crianças de rua são crianças à margem da sociedade, sem adultos a exercer supervisão regular, pelo que a proteção sob estes artigos será *ad-hoc*, dependendo fundamentalmente de organizações não governamentais – se as houver – que tenham a vontade e os meios para ativar

este mecanismo. No que respeita a crianças de rua, este é portanto um mecanismo que depende de agendas de terceiros, não sendo centrado nos direitos da criança ela mesma²⁶².

O mesmo se pode dizer relativamente ao processo de comunicação entre Estados do artigo 12º do Protocolo Facultativo. O acionamento deste mecanismo dependerá da vontade de um Estado, e não necessariamente da situação de desrespeito pelos direitos da criança de rua. Buck aponta 3 cenários típicos para que este mecanismo seja acionado: 1) vontade política baseada em valores políticos ou culturais históricos, dado o exemplo de territórios em disputa; 2) vontade política baseada na ameaça geográfica, em que a violação dos direitos da criança em países adjacentes ou próximos 8 geográfica ou socioculturalmente – poderão representar uma ameaça interna ao país; e 3) vontade política baseada em princípios de direitos, em que o Estado verá acionar o artigo 12º do Protocolo como parte das suas obrigações internacionais²⁶³. Todos estes cenários dependem da vontade do Estado de iniciar o processo e não da necessidade de proteção dos direitos.

5.1.9 No seu todo, contudo, verificamos que os poderes do Comité estão reforçados com este Protocolo, nomeadamente no seu papel central na interpretação da Convenção²⁶⁴. Os procedimentos previstos no novo Protocolo Facultativo representam a possibilidade de o Comité desenvolver a interpretação da Convenção através da investigação de casos concretos, estabelecendo deste modo jurisprudência e, a final, desenvolvendo o direito internacional. E fá-lo pelo trabalho de peritos especializados nesta área. Vimos já que ao abrigo do artigo 43º, n.º 2 da Convenção, o Comité, que vai gerir ambos os processos acima, é composto por “18 peritos de alta autoridade moral e de reconhecida competência no domínio abrangido pela presente Convenção”. Mais, o Comité assegurou nas Regra 10 e 23 das suas Regras de Procedimento do Protocolo²⁶⁵ que durante todo o processo poderá ter acesso a acompanhamento especializado.

As investigações feitas ao abrigo deste Protocolo Facultativo, tanto iniciadas por crianças – e seus representantes –, ao abrigo dos artigos 5º e seguintes do PFPC, como por outras fontes, ao abrigo dos artigos 12º e 13º e seguintes do mesmo Protocolo, serão assim investigadas por peritos em Direitos das Crianças, que apreciarão os factos desta perspetiva. Deste modo, “A

²⁶² Nesta linha, v. Federle, Katherine Hunt, 1995, *Looking Ahead: An Empowerment Perspective on the Rights of Children*, Temple Law Review 68(4), p. 1595, sobre o controlo da visibilidade do discurso sobre os direitos da criança.

²⁶³ Buck, *ob. cit.*, p. 223.

²⁶⁴ Buck, *ob. cit.*, p. 230.

²⁶⁵ Doc. já cit. CRC/C/62/3.

jurisdição do Comité para adjudicar queixas apresenta uma oportunidade há muito devida, para clarificar e dar precisão à linguagem da Convenção sobre os Direitos da Criança, que é frequentemente vaga e imprecisa. Assim, o Protocolo Facultativos tem o potencial não só de dar remédio a queixas individuais, mas também de ultrapassar ‘barreiras chaves ao desenvolvimento normativo’ dos direitos das crianças”, nota Gerber²⁶⁶.

5.2 A fiscalização judicial

5.2.1 Como vimos acima, a mera consagração de direitos substantivos não assegura à criança de rua o benefício dos mesmos. A primeira parte do artigo 4º da Convenção determina por isso que os Estados Partes tomem todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos nela consagrados. Isto implica que os Estados Partes criem as estruturas necessárias para que as crianças de rua possam efetivamente beneficiar dos seus direitos. No limite, podendo recorrer às instâncias judiciais, se necessário.

O recurso aos meios judiciais não se faz sem dificuldades no caso de qualquer criança, mas em particular no caso de crianças de rua. Antes de mais porque as crianças de rua são crianças e, portanto, pela sua natureza, idade e experiência são menos habilitadas ou propensas para usar mecanismos de queixa em caso de violação dos seus direitos.

A própria Convenção tenta colmatar as falhas no acesso à justiça e pelo seu artigo 42º exige aos Estados Partes a publicidade para e educação em direitos das crianças, tanto relativamente a adultos como, muito importante, a crianças. Os Estados Partes estão, portanto, obrigados a dar a conhecer às crianças de rua os seus direitos sob a Convenção, incluindo os mecanismos de queixa – locais e internacionais – para os fazer valer.

Se agora pensarmos no artigo 12º da mesma Convenção vemos que o seu nº 2 garante à criança o direito de ser ouvida em processos judiciais, deixando-se os detalhes de como tal será implementada ao legislador nacional. Mais, nos termos do artigo 13º, nº 1 da Convenção, reconhece-se à criança o direito de livremente procurar e receber informações por qualquer meio à sua escolha. Terão os Estados Partes, portanto, que assegurar à criança de rua informação

²⁶⁶ Gerber, *ob. cit.* P. 115.

acessível sobre a utilização de mecanismos de queixa e que os processos são centrados na criança, incluindo os que se referem ao acesso ao poder judicial.

Na prática, contudo, a experiência de crianças de rua com as autoridades públicas, como sejam a polícia e os tribunais, mina a relação de confiança que as crianças têm com estas. Relativamente aos seus pares, as crianças de rua estarão normalmente mais em contacto com as autoridades públicas, como sejam a polícia e os tribunais, e as suas experiências tendem a não ser positivas. Muito devido aos comportamentos que adotam para a sua sobrevivência na rua, como por exemplo, mendigar ou usar substâncias, que tendem a ser criminalizados, como já vimos. Nota a Relatora Especial para a Pobreza Extrema e Direitos Humanos que “*Crianças de rua vivem vidas definidas por abuso, violência e medo, mas, porque são estigmatizadas como criminosas ou ilegítimas, têm pouco acesso a ajuda ou compensação*”²⁶⁷.

As interações da criança de rua com o Estado são, assim, frequentemente de sanção e não de proteção, pelo que a relação com a autoridade fica enfraquecida. A probabilidade de a criança de rua se dirigir a uma autoridade para proteger os seus direitos judicialmente é, portanto, reduzida – em absoluto como criança e em termos relativos à sua experiência, a associação à rua. Pelo que a acessibilidade ao poder judicial nos termos do artigo 13º, n.º 1, isto é, receber informação e participar por intermédio dos meios que a própria criança escolha, é de redobrada importância.

5.2.2 Por outro lado, será necessário também verificar a capacidade do poder judicial para assegurar tal proteção. O Comentário Geral n. 5, sobre a implementação da Convenção, recomenda nos seus §53 a §55, a formação de todos os agentes do Estado, incluindo no §53 o poder judicial, para o reconhecimento das crianças como detentoras de direitos e dos mecanismos existentes para a sua proteção. Antkowiak nota também que a formação do poder judicial nacional em direito internacional tem não só o benefício de melhorar a proficiência técnica do poder judicial, mas “*cria aliados na política interna, que incorporarão normas internacionais na lei e prática nacionais*”²⁶⁸, reforçando no sistema nacional os mecanismos de responsabilidade do Estado através do direito internacional²⁶⁹.

²⁶⁷ General Assembly, 2011, *Extreme poverty and human rights - Report by the Secretary-General*, A/66/265, §42.

²⁶⁸ Antkowiak, pp. 310.

²⁶⁹ Bessant, Judith, 2011, *International Law as Remedy: When the State Breaches Child Protection Statutes*, Child & Youth Services, 32, 3, p. 260.

Esta não é uma questão teórica. Num inquérito na Cidade do México em 2008 apenas 64 dos 224 juízes inquiridos disseram utilizar tratados internacionais²⁷⁰, mostrando que a proteção judicial de crianças de rua pode ser limitada. Isto é, se o poder judicial não está preparado para fazer a aferição dos direitos do cidadão ao abrigo da lei internacional e a fiscalização da legislação nacional à luz daquela, a proteção dos direitos da criança de rua fica restringida. Olhando para a situação de crianças de rua, e atendendo, por exemplo, ao que já dissemos sobre a tendência para a criminalização de comportamentos associados à rua, o enquadramento apropriado da legislação nacional nas obrigações assumidas pelos tratados internacionais é imperativo para a proteção dos seus direitos. De outro modo, ainda que tal proteção exista em sede de direito internacional, não é aplicada. Como Patiño Manferr salienta, na falta de mecanismos de fiscalização efetivos sobre como é que a legislação internacional está a ser implementada, corre-se o risco de uma violação constante dos direitos humanos²⁷¹.

Temos assim uma situação em que a criança não tende a agir para proteger os seus direitos, as autoridades policiais não lidam apropriadamente com a violação dos direitos das crianças, o legislador nacional não atende necessariamente às obrigações internacionais do Estado e, se o assunto chega a tribunal, os juízes não tendem a fazer o escrutínio dos direitos fundamentais.

5.2.3 Podemos também analisar a proteção dos direitos da criança de rua pelas instâncias judiciais supranacionais. Teremos necessariamente que mencionar o acórdão da Corte Interamericana de Direitos Humanos "Crianças de Rua" (*Villagrán-Morales et al.*) v. Guatemala, em matéria de crianças de rua. Este é o único acórdão relevante de uma instância judiciária internacional - ainda que regional - sobre a proteção de direitos de crianças de rua. Este acórdão debruça-se sobre o caso de um grupo de crianças de rua raptadas, torturadas e mortas por agentes policiais não fardados e a falha do Estado em lidar adequadamente com tais violações e dar às famílias acesso à justiça.

O acórdão demonstra a influência abrangente da Convenção, cuja proteção conferida vai para além do óbvio. O acórdão fez uma interpretação evolutiva do direito internacional que na proteção dos direitos de crianças de rua é extremamente inovador e relevante. Ao aplicar a Convenção Interamericana dos Direitos Humanos, a Corte Interamericana considerou-a não em

²⁷⁰ Patiño Manferr, *ob. cit.* p. 202.

²⁷¹ Patiño Manferr, *ob. cit.* p. 202.

isolamento, mas no contexto de um quadro jurídico internacional que evolui e que necessariamente determina a interpretação da Convenção Interamericana, instrumento regional que é, e cuja apreciação no caso concreto estava então em causa. Diz o Acórdão no seu §194 que *“Tanto a Convenção Americana (de Direitos Humanos) como a Convenção sobre os Direitos da Criança são parte de um corpus juris muito amplo na proteção da criança, o que deve ajudar esta Corte a estabelecer o conteúdo e alcance da disposição geral do artigo 19º da Convenção Americana”*. O artigo 19º da Convenção Americana estabelece um direito geral da criança *“às medidas de proteção que a sua condição de menor requer por parte da sua família, da sociedade e do Estado”*. Para a interpretação deste direito, a Corte Interamericana recorreu no seu §195 ao artigo 31º, nº 1 da Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados que preceitua que *“Um tratado deve ser interpretado de boa fé, de acordo com o sentido comum a atribuir aos termos do tratado no seu contexto e à luz dos respetivos objeto e fim”*. Diz a Corte nesse §195 que *“A Convenção sobre os Direitos da Criança contém várias disposições relacionadas com a situação das “crianças de rua” examinada neste caso e, em relação ao artigo 19º da Convenção Americana, esclarecem os comportamentos que os Estados devem observar relativamente a elas. (...)”*. Diz ainda a Corte no §196 do acórdão que as provisões da Convenção, enumerando para este efeito os artigos 2º - não discriminação -, 3º - garantia de proteção e cuidados -, 6º - direito à via-, 20º - especial proteção da criança separada da família -, 27º - nível de vida suficiente - e 37º - proibição de tortura -, *“permitem-nos definir o âmbito das “medidas de proteção” referidas no artigo 19 da Convenção Americana, a partir de ângulos diferentes”*.

A interpretação evolutiva feita pela Corte Interamericana tem como necessário corolário que instrumentos internacionais podem ser aplicados judicialmente em países que não os ratificaram, por via da interpretação de outros tratados que tenham sido esses sim, ratificados²⁷². Pela sua interpretação evolutiva, a Corte Interamericana efetivamente criou assim um mecanismo judicial supranacional de averiguação judicial direta do cumprimento das obrigações do Estados Partes da Convenção em relação à proteção dos direitos da criança nela consagrados, acessível pelo próprio cidadão²⁷³.

²⁷² Ewelukwa, *ob. cit.*, p. 102.

²⁷³ Wernham, M., 2000, *International Human Rights Law in Evolution: The implications of Villagran Morales et al v. Guatemala (the ‘street children’ case, inter-american court of human rights) for international human rights law*, MA Understanding and Securing Human Rights, Institute of Commonwealth Studies, University of London, p. 10.

A entender-se assim, e ainda que criando de facto um mecanismo judicial de fiscalização internacional, conferindo assim, maior proteção jusfundamental à criança de rua, esta ficará dependente da existência de mecanismos judiciais a nível regional que possam fazer esta verificação do respeito pelos direitos da criança. Crianças no continente asiático, que não tem um órgão judicial regional²⁷⁴, ficarão desproporcionalmente menos protegidas, sem que haja uma razão para tal que não seja a inexistência de um órgão judicial para assegurar tal proteção.

5.2.4 A interpretação evolutiva feita pelo acórdão, debruçou-se sobre o direito à vida. O acórdão entendeu que o direito à vida se deve entender em sentido lato, à luz dos direitos consagrados na Convenção, e inclui o direito à qualidade de vida, dando ênfase às obrigações do Estado para tal. Diz a Corte no §144 do acórdão que “*o direito fundamental à vida inclui não apenas o direito de todo o ser humano a não ser privado da sua vida arbitrariamente, mas também o direito de não ser impedido de aceder às condições que garantem uma existência digna*”. Imediatamente a seguir a Corte faz a ligação deste direito com as obrigações do Estado, atribuindo-lhes “*a obrigação de garantir a criação das condições necessárias para que a violação deste direito básico [a vida] não ocorra (...)*”. A Corte diz depois no seu §191 que ao deixarem crianças a viver na rua “*tais Estados não os impedem de viver na miséria, assim privando-os das condições mínimas para uma vida digna e privando-os do ‘desenvolvimento completo e harmonioso da sua personalidade’, ainda que todas as crianças tenham o direito de ter um projeto de vida que deva ser protegido e encorajado pelas autoridades públicas para que possam desenvolver este projeto para seu benefício pessoal e da sociedade à qual pertencem*”. Note-se que neste parágrafo o acórdão remete em nota de rodapé para o parágrafo 6º do preâmbulo da Convenção sobre os Direitos da Criança ao referir a privação de um desenvolvimento completo e harmonioso da personalidade da criança de rua.

O Tribunal Interamericano é assim muito inovador ao fazer uma ligação entre o direito à vida e os direitos económicos, sociais e culturais, o que bem se entende dada a indivisibilidade de todos os direitos humanos, já analisada acima, ainda que não o decjare expressamente.

Na sua Declaração de Voto conjunta, os Juízes A.A. Cançado Trindade e A. Abreu-Burelli adiantam também no seu §4 que “*O dever do Estado de tomar medidas positivas é de especial importância precisamente em relação à proteção da vida de pessoas vulneráveis e indefesas, em*

²⁷⁴ Ewelukwa, *ob. cit.*, p. 88, nota de rodapé 11.

situações de risco, como sejam as crianças de rua. A privação arbitrária da vida não é assim limitada ao ato ilícito de homicídio. Estende-se também à privação do direito de viver com dignidade". A Declaração de Voto é também de extrema relevância no que toca ao direito à vida por a entender num plano de desenvolvimento da criança, consagrado no artigo 6º, n.º 2 da Convenção, e a ligar expressamente, aos direitos económicos, sociais e culturais, o que o acórdão em si não faz. De facto, a Declaração de Voto diz no seu §4, já referido, que o direito à vida deve ser entendido como incluindo o direito a viver com dignidade. Esta interpretação "*conceptualiza o direito à vida como pertencendo, ao mesmo tempo, ao domínio dos direitos civis e políticos e aos direitos económicos, sociais e culturais, ilustrando assim a inter-relação e indivisibilidade dos direitos humanos*".

Dizem também os Juízes acima no §3 da sua Declaração de Voto que no caso particular das crianças assassinadas por agentes do Estado "*há também a circunstância agravante de que a vida das crianças era já privada de sentido; isto é, as crianças aqui vítimas já se encontravam privadas de criar e desenvolver um projeto de vida e mesmo de procurarem sentido para a sua própria existência*", pelo que entendem estes juízes que o direito à vida das crianças de rua em questão estava já a ser desrespeitado em vida delas. Os doutos Juízes salientam que "*A obrigação do Estados de tomar medidas positivas é precisamente de particular importância em relação à proteção da vida de pessoas vulneráveis e indefesas, em situação de risco, tais como as crianças de rua*".

O Acórdão reconhece assim uma continuada violação do direito à vida, incluindo na fase, e muito antes dela, do homicídio das crianças em questão. A vida é entendida pelos doutos juízes, como uma construção social – não meramente biológica - juridicamente relevante não só pela sua existência ou inexistência, mas pelo seu desfrute e pelo enorme leque de possíveis exercícios da mesma entre estes valores de existência ou não existência. Pelo que a violação do direito à vida não se define por um ato ou omissão que em absoluto priva o sujeito a esse direito, mas também por atos ou omissões continuadas – que os juízes consideram uma agravante da violação (já que "*A obrigação do Estados de tomar medidas positivas é precisamente de particular importância*") que impedem o pleno exercício deste direito.

5.2.5 Mas se o escrutínio da proteção de crianças de rua em instâncias supranacionais pode ser efetivo, não se faz sem críticas e dificuldades.

No caso da Convenção, não existe um fórum judicial internacional próprio onde o cidadão possa levar as suas demandas fora dos tribunais nacionais, sem prejuízo do que acima ficou dito relativamente à interpretação da Corte Interamericana ter criado um mecanismo judicial de fiscalização e a restrição do mesmo à existência regional de tal órgão. Fica assim coartada a possibilidade do recurso aos Tribunais para o restabelecimento de posições de direito, o que enfraquece a proteção jusfundamental da criança de rua.

Na realidade, porém, ainda que tal instância judicial existisse, não teria poderes para ordenar quais deverão ser as alterações estruturais a nível local ou poderes para executar as suas decisões. Qualquer mudança na sequência de decisões judiciais internacionais – e veremos abaixo que esta pode divergir de região para região - dependerá da boa vontade e boa-fé do Estado Parte²⁷⁵. Pelo que condenar o Estado Parte a proceder a alterações legislativas, por exemplo, poderão promover a proteção de direitos, mas não a asseguram.

Os sistemas judiciais supranacionais parecem também ponderar a cada decisão fatores externos ao caso em apreciação. Antkowiak nota que as instâncias judiciais internacionais poderão também atender a argumentos de soberania e custo, que, se arguidos pelo Estado condenado poderão levar ao não acatamento da decisão judicial, em detrimento da credibilidade futura do Tribunal em causa²⁷⁶, o que influenciará a decisão proferida. Sem prejuízo da questão fundamental de o poder judicial existir para assegurar o direito à justiça, que é a sua função primacial²⁷⁷, deve-se notar também que será no interesse da instância judicial supranacional promover alterações estruturais, para além do ressarcimento da vítima, já que, a médio e longo prazo, levará à resolução de muitas das queixas apresentadas e à apresentação de menos queixas no futuro²⁷⁸.

Outra fraqueza do sistema judicial internacional, será que não está destinado a fazer o escrutínio de interações entre privados. Tal como atualmente instituído, o recurso ao sistema judicial internacional dependerá de se procurar a responsabilização do Estado Parte por violação das suas obrigações. Nas palavras, do §223 do acórdão do caso *Villagrán-Morales* “*o Tribunal tem competência não para investigar e punir condutas individuais, mas sim estabelecer a responsabilidade internacional dos Estados como resultado de violações dos direitos humanos*”.

²⁷⁵ Ewelukwa, *ob. cit.* p. 112.

²⁷⁶ Antkowiak, *ob. cit.* p. 291 e 320 e segs.

²⁷⁷ Antkowiak, *ob. cit.* p. 319.

²⁷⁸ Antkowiak, *ob. cit.* p. 291.

No caso em apreço no acórdão, a falha do Estado identificada pela Corte foi a não identificação e punição dos responsáveis, conforme o §228 do acórdão, impedindo assim as vítimas de beneficiarem do processo judicial, conforme §228, dadas as falhas no modo como a investigação judicial teve lugar, conforme §230-§234. Se neste caso foi possível fazer a prova da responsabilidade do Estado Parte, em muitos outros casos em que o nexo de causalidade entre a violação do direito fundamental e a obrigação do Estado é menos claro – note-se que neste caso os alegados perpetradores eram agentes da polícia, ainda que desfardados – enfraquecerá a petição judicial na instância internacional, sem prejuízo, claro, do recurso inicial às instâncias judiciais nacionais²⁷⁹, com as fraquezas já acima apontadas.

Por fim, as instâncias judiciais supranacionais poderão não ter o conhecimento do contexto e realidade locais para condenar em medidas que sejam verdadeiramente efetivas, enfraquecendo as suas decisões e, consequentemente, a sua credibilidade judicial²⁸⁰. Ewelukwa faz também notar que a utilização de tribunais internacionais não deverá substituir o recurso ao poder judicial nacional que mais provavelmente promoverá mudança na situação das crianças de rua²⁸¹, em particular se se tiver em conta que as situações que levam as crianças à rua diferem grandemente em todo o mundo.

5.2.6 De salientar, porém, o valor pedagógico da jurisprudência internacional, que se pode ver a três níveis. Por um lado, dá visibilidade ao problema subjacente ao caso em apreciação, potencialmente levando os Estados a procurarem soluções mais estruturais com um impacto mais extenso na população. Por outro, clarifica matérias de direito relativas às obrigações internacionais assumidas pelos Estados na proteção de crianças de rua, como foi o caso do acórdão acima da Corte Interamericana. E finalmente, destaca também entre a comunidade internacional matérias de proteção de direitos humanos²⁸² e quais os países cumpridores e incumpridores²⁸³, com o respetivo reconhecimento internacional.

²⁷⁹ Ewelukwa, *ob. cit.* p. 123.

²⁸⁰ Antkowiak, *ob. cit.* p. 312, dando exemplos de decisões que na prática ficaram enfraquecidas por falta de conhecimento do contexto nacional do Perú.

²⁸¹ Ewelukwa, *ob. cit.* p. 112.

²⁸² Corrarino, Megan, 2014, *Law Exclusion Zones: Mega-Events as Sites of Procedural and Substantive Human Rights Violations*, Yale Human Rights & Development Law Journal, 17, p. 203.

²⁸³ Antkowiak, *ob. cit.* p. 307.

A imparcialidade da jurisdição internacional também move assuntos contenciosos da arena política para a arena jurídica²⁸⁴, promovendo assim a proteção dos sectores da população mais vulneráveis, que, como as crianças de rua, frequentemente são vilificados e, portanto, tidos pela consciência social como indignos de proteção. No caso "Street Children" (*Villagrán-Morales et al.*) v. Guatemala acima, por exemplo, a Corte Interamericana claramente descreveu a criança de rua como vulnerável e duplamente vitimizada, ao lhe ser negada pelo Estado uma vida com dignidade que resultou na permissão do Estado Parte exercer violência extrema impunemente sobre indivíduos deste grupo.

O recurso a instâncias internacionais acresce assim, indubitavelmente, proteção aos direitos de crianças de rua em relação às instâncias nacionais. O caso *Villagrán-Morales v. Guatemala* claramente reconhece isso meso e “*sugere que pela utilização de mecanismos de queixas individuais consagrados em tratados de direitos humanos, as crianças de rua podem obter reparação mesmo face à hostilidade de instituições nacionais*”²⁸⁵.

5.2.7 Não se deve necessariamente entender que será o sistema judicial, tanto nacional como internacional, que melhor proteção conferirá aos direitos da criança de rua. Antes de mais porque tende a ser feita *a posteriori*, isto é, depois da - eventual - violação do direito se ter verificado. No caso já mencionado "Street Children" (*Villagrán-Morales et al.*) v. Guatemala, isto tem a particularidade dramática de as crianças em causa terem sido mortas e, portanto, não terem beneficiado de qualquer ressarcimento judicial concedido pelo Tribunal. O sistema judicial tem, portanto, a fraqueza crucial de não tender a lidar em tempo útil com a violação dos direitos de crianças de rua, sem conceder a possibilidade de judicialmente se requererem medidas preventivas da violação de direitos, claro.

Vimos também acima que o acesso da criança de rua a mecanismos de queixa pode ser difícil, o que é mais marcado se a instância judicial estiver tão distante da realidade da criança de rua, como seja um tribunal regional ou internacional. No caso *Villagrán-Morales*, por exemplo, a ação foi levada à instância judicial internacional com o apoio de uma organização não-governamental, sendo razoável concluir que sem este apoio neste caso – como em muitos outros – o caso não teria chegado à instância judicial.

²⁸⁴ Wernham, *ob. cit.*, p. 33.

²⁸⁵ Ewelukwa, *ob. cit.* p. 102.

Mas por outro lado, os tribunais ao estabelecerem o direito no caso concreto, determinam ao Estado qual a proteção necessária, levando potencialmente a mudanças estruturais para a sua proteção, nomeadamente se o tribunal ordenar ao Estado Parte medidas de ressarcimento. No caso *Villagrán-Morales*, por exemplo, a Corte Interamericana condenou a Guatemala a indemnizar as famílias das vítimas por danos pecuniários e não pecuniários, a proceder às alterações legislativas necessárias para cumprir as suas obrigações internacionais ao abrigo da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, a pagar os custos da transladação do corpo de uma das vítimas, a dar o nome das vítimas a um estabelecimento de educação, e a investigar o caso e identificar e punir os responsáveis pelo crime, assim como a adotar a legislação necessária para tal efeito, assim como custas de todo o processo judicial²⁸⁶. Vemos neste caso específico que o tribunal condenou o Estado Parte em medidas que poderão promover alterações estruturais, tais como sejam as alterações legislativas.

Obviamente, isto só poderá acontecer se existir uma instância judicial que faça a apreciação e declaração de direito e responsabilização do Estado em sede de decisão. Vimos já que a nível internacional há regiões sem recurso a uma instância internacional. Nesta matéria, Antkowiak nota a diferença jurisprudencial entre a Corte Interamericana e o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, em que o primeiro frequentemente ordena, como no caso *Villagrán-Morales* que o Estado proceda a investigações, mas o segundo não o faz²⁸⁷. A proteção da criança de rua através de meios judiciais fica assim também dependente das práticas da instância judicial em causa.

5.2.8 As razões pelas quais os direitos das crianças de rua não conseguem ter uma proteção ampla pelos meios judiciais são, portanto, complexas e muitos fatores interagem. O acesso a mecanismo de queixa que permitam a execução dos direitos da criança de rua é limitado pelas circunstâncias em que as crianças vivem, coartando a possibilidade de ressarcimento em caso de violação. Mas o próprio sistema judicial parece não atender necessariamente às necessidades específicas da criança de rua.

Voltamos mais uma vez a salientar que a proteção de crianças de rua se faz muito pelo reforço do Estado de Direito - para aceitar as suas obrigações internacionais e acatar decisões de órgãos

²⁸⁶ Inter-American Court of Human Rights Case of the “*Street Children*” (*Villagrán-Morales et al.*) v. *Guatemala*, Judgment of May 26, 2001, (Reparations and Costs).

²⁸⁷ Antkowiak, *ob. cit.*, pp. 290 e segs.

supranacionais - e que a sua proteção será melhor conseguida se os mecanismos internacionais para assegurar o Estado de Direito forem eles também reforçados.

Esta não será uma aspiração tão utópica como poderia à partida parecer. Da experiência jurisprudencial da Corte Interamericana pode-se retirar que os Estados acatam de facto – ainda que não universalmente - as decisões de tribunais supranacionais, incluindo quando condenadas em alterações legislativas. Antkowiak nota que na sequência de decisões da Corte Interamericana, os Estados alteraram a sua legislação em 11 das 40 vezes em que foram condenados em tal, incluindo no caso de crianças de rua *Villagrán-Morales* acima estudado²⁸⁸. Contudo, nota este autor que, aparentemente, a jurisprudência da Corte Interamericana teve menos sucesso nas condenações relativas a (re)investigações dos casos levados à Corte²⁸⁹. Vimos já acima que a mera existência de direitos não implica o seu exercício. A declaração dos direitos em sede legislativa também não os assegura, pelo que a mera produção legislativa não assegura a proteção de crianças de rua, mesmo quando produzida na sequência de um acórdão de uma instância internacional. Dos resultados achados por Antkowiak, questões levantam-se se os Estados, em relação à jurisprudência internacional, serão mais recetivos a implementar decisões sobre declarações de direitos, em sede de produção legislativa, do que implementá-las no que toca a reposição de situações de direito em casos concretos, em sede de investigações de violação de direitos.

5.3 Mecanismos políticos de proteção – o caso específico da União Europeia²⁹⁰

5.3.1 Vimos já que a proteção de direitos fundamentais, nomeadamente de crianças de rua, começa pela sua implementação pelo Estado Parte. Existe atualmente uma teia de mecanismos de fiscalização de como a Convenção está a ser implementada que passa pela apresentação de relatórios periódicos ao Comité, mas também por mecanismos de queixa, como vimos. O sistema de proteção seria, contudo, fortalecido por uma maior responsabilização dos Estados Partes no progresso da implementação da Convenção.

²⁸⁸ Antkowiak, *ob. cit.*, p. 301 (nota de rodapé 152) e Ewelukwa, *ob. cit.* p. 113.

²⁸⁹ Antkowiak, *ob. cit.*, p. 304.

²⁹⁰ Este capítulo é baseado em grande parte o nosso trabalho apresentado no âmbito deste mestrado para o módulo de Relações Internacionais sob o título A União Europeia e os Direitos Humanos - A Activista Relutante?.

O reforço deste enquadramento jurídico internacional no sentido da responsabilização dos Estados é politicamente sensível e, portanto, de difícil implementação, mas precisamente meios políticos podem ser utilizados para este fim, a nível internacional.

Este processo pode-se observar a nível da União Europeia. Como já defendemos previamente²⁹¹, a União Europeia tem vindo a desenvolver mecanismos que reforçam a implementação da proteção jusfundamental, tanto a nível interno da própria União Europeia, como dos seus Estados Membros e mesmo Estados Terceiros.

5.3.2 O processo de integração da União Europeia tem levado a uma progressiva maior proteção de direitos fundamentais. A atribuição de personalidade jurídica à União (artigo 47º Tratado da União Europeia, doravante TUE) implica o reconhecimento à União Europeia da capacidade, por exemplo, para se vincular internacionalmente em nome próprio, nomeadamente à Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (artigo 6º, n.º 2 TUE), de ora em diante Convenção Europeia, atualmente em negociação. Rangel de Mesquita nota que artigo 6º, n.º 2 TUE não se limita a criar a base jurídica que permite a adesão da União Europeia à Convenção, como de facto estabelece uma obrigação de o fazer²⁹², ficando clara a vontade política de um maior escrutínio jusfundamental. As obrigações geradas por tal adesão não serão apenas as obrigações de direito material da Convenção Europeia. A adesão será também aos mecanismos de fiscalização judicial desses mesmos direitos. A adesão à Convenção Europeia vai por exemplo proporcionar a subjetividade passiva judicial da União Europeia em processos no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, que até agora não tinha, sujeitando as ações da própria União Europeia a um maior escrutínio no que respeita a direitos fundamentais. A legislação jusfundamental adquirirá, portanto, uma maior relevância na legislação primária da União.

A União Europeia é também já parte da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tratado que permite a adesão de organizações (artigo 42º desta Convenção), sendo que elaborou já em 2014 o relatório a apresentar às Nações Unidas relativamente à implementação desta Convenção. A União Europeia está, portanto, já obrigada

²⁹¹ Em A União Europeia e os Direitos Humanos - A Activista Relutante?.

²⁹² Rangel de Mesquita, M., 2011, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011

internacionalmente nesta sede, tendo que implementar as suas obrigações nomeadamente na sua ação normativa.

A atribuição de personalidade jurídica à União Europeia reforça assim a responsabilidade – e responsabilização - da União em matéria de direitos fundamentais junto da comunidade internacional, abrindo as portas a sistemas reforçados de implementação e fiscalização das obrigações assumidas para proteção dos direitos fundamentais.

5.3.3 No plano do escrutínio dos seus membros, vemos que o Parlamento Europeu tem também vindo a debater matérias de direitos humanos. Veja-se por exemplo a condenação política por uma Resolução do Parlamento Europeu (2010) da expulsão das populações Roma de França (Resolução do Parlamento Europeu de 9 setembro 2010). Nessa Resolução, para além de se questionar a legalidade da resolução de expulsão de uma minoria, o Parlamento Europeu estabelece uma posição política, ao relembrar os deveres de escrutínio de outras agências internas da União (maioritariamente a Comissão), e ao apelar a posições políticas futuras através, por exemplo do *“estabelecimento de um programa de desenvolvimento complexo que vise, simultaneamente, todas as áreas políticas correlatas e que faculte a intervenção imediata em guetos confrontados com graves desvantagens estruturais”* (§16) ou *“a implementação efetiva das políticas orientadas para as mulheres ciganas, que são vítimas de uma dupla discriminação: enquanto ciganas e enquanto mulheres”* (§17). Vemos assim, que as instituições europeias monitorizam a ação dos Estados Membros quanto a infrações jusfundamentais em matérias da competência da União.

5.3.4 Já nas relações que estabelece com países terceiros, a União Europeia tem também seguido uma política de encorajamento pelo respeito ativo pelos direitos fundamentais, como condição para adesão. Não só o artigo 49º do Tratado da União Europeia determina que *“Qualquer Estado europeu que respeite os valores referidos no artigo 2º e esteja empenhado em promovê-los pode pedir para se tornar membro da União”*, como, em consequência lógica, o denominado Critério de Copenhaga, determina como critério político indispensável à adesão a *“existência de instituições estáveis que garantam a democracia, o Estado de Direito, os Direitos do Homem, o respeito pelas minorias e a sua proteção”*, assim como a capacidade do Estado candidato *“para*

assumir as obrigações decorrentes da adesão, incluindo a adesão aos objetivos de união política, económica e monetária”²⁹³.

Será interessante ver, por exemplo, a posição da União em relação ao Tribunal Penal Internacional para a antiga Jugoslávia. Atendendo à vontade premente dos Estados dos Balcãs de aderirem à União, esta iniciou uma política de condicionalidade. A União exigiu aos Estados dos Balcãs interessados em se candidatarem à União que cooperassem com os Tribunais Penais internacionais, nomeadamente pela entrega de criminosos de guerra ao Tribunal Penal acima para julgamento. As “Conclusões do Conselho sobre a aplicação da condicionalidade com vista ao desenvolvimento de uma estratégia coerente da UE para as relações com os países da região” declaram que *“Diligenciando por consolidar a paz e a estabilidade na região e por contribuir para a sua recuperação económica, a UE tenciona desenvolver relações bilaterais com os países da região num enquadramento que fomente a democracia, o primado do Direito, padrões mais elevados em matéria de direitos do Homem e das minorias, a evolução para economias de mercado e uma maior cooperação entre esses países*”²⁹⁴. Estabelece-se por isso para o início de negociações o *“cumprimento, por parte dos países signatários do AQGP, das obrigações decorrentes dos acordos de paz, incluindo as que dizem respeito à cooperação com o Tribunal Internacional no sentido de levar a julgamento os criminosos de guerra”*. Note-se neste tema que uma política semelhante foi seguida quanto ao Tribunal Penal Internacional, tendo a União Europeia e o Tribunal Penal Internacional feito mesmo um acordo de cooperação e assistência. As políticas europeias de proteção dos Direitos Humanos extravasam assim a influência sobre Estados-Membros e incluem potenciais Estados Membros.

Mas a União pretende também influenciar a proteção dos direitos fundamentais para lá da esfera dos países que tenham ou possam vir a ter uma conexão com a União. A União inclui por isso o respeito pelos Direitos Humanos no plano comercial, inserindo cláusulas de proteção dos direitos fundamentais nos seus acordos de comércio e cooperação desde os inícios dos anos 90. Mais, o Parlamento Europeu analisa agora modos de melhorar a eficácia destas cláusulas, nomeadamente através da sua fiscalização e implementação. Na revisão de 2005 do Acordo de Cotunu, promoveu-se, por exemplo, o alinhamento do Estados Terceiros contratantes com o Tribunal Penal Internacional.

²⁹³ CECA-CEE-CEEA, *Bulletin of the European Communities*. No 6/1993 Volume 26, 1993, §13.

²⁹⁴ European Commission, *Press release 7738/97 (Presse 129)*, C/97/129, 2003ª Sessão do Conselho.

5.3.5 De onde se pode retirar que ainda de difícil concretização, o reforço da proteção jusfundamental através de meios políticos não é impossível. Reconhece-se que será muito baseado na vontade política dos agentes da comunidade internacional, notando-se também que, no exemplo da União Europeia, um – relativo – consenso relativamente a política externa se mostra essencial para a evolução da proteção de direitos humanos.

Conclusão

Ainda que não haja consenso sobre o que se entende como criança de rua, há uma aceitação generalizada de que as causas que levam a criança à rua são complexas. O enquadramento jurídico internacional da proteção das crianças de rua tenta dar respostas a esta complexidade notoriamente, mas não exclusivamente, através do tratado internacional com ratificação mais universal, a Convenção sobre os Direitos da Criança, que estabelece padrões mínimos de proteção à criança de rua. Relativamente a crianças de rua, nas palavras do n.º 4 da Resolução 47/126 da Assembleia Geral: “*o cumprimento estrito das provisões da Convenção sobre os Direitos da Criança constitui um passo significativo para resolver os problemas das crianças de rua*”.

O mero reconhecimento legislativo de direitos, porém, não implica o seu respeito automático e por isso na proteção dos direitos de crianças de rua, a fiscalização de como a Convenção está a ser implementada é essencial. Tal fiscalização tem sido tradicionalmente feita através de um sistema de apresentação periódica de relatórios pelos Estados Partes da Convenção ao Comité dos Direitos da Criança, mas os mecanismos de proteção estão em evolução. Um novo Protocolo Facultativo Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação criou três novos mecanismos de queixa, a jurisprudência internacional mostra interesse em oferecer uma proteção abrangente a este grupo de crianças e, politicamente, há também potencial para alargar ainda mais a proteção destes direitos.

Entretanto, o Comité dos Direitos da Criança move-se cada vez mais para um papel central na fiscalização e interpretação dos direitos da criança, não tendo, na sua prática, hesitado em fazer um escrutínio à luz da proteção mais ampla possível. O Comité tem utilizado o processo de apresentação de relatórios para tentar assegurar um relato factual preciso de como os Estados estão a implementar a Convenção para a proteção dos direitos de crianças de rua e tem mostrado um interesse cada vez maior em que as suas recomendações sejam seguidas. Tem também desenvolvido a interpretação da Convenção através de Comentários Gerais, nos quais dá aos Estados a sua interpretação da Convenção. O novo Protocolo Facultativo, relativo aos processos

de queixa, abre novas oportunidades para o Comité fazer a interpretação da Convenção e estabelecer jurisprudência²⁹⁵.

Não obstante tudo o que acima foi dito, faltam ao Comité estruturas – e muitos apontam os recursos – que assegurem uma eficaz implementação local da Convenção. O Comité não tem poderes para iniciar investigações a Estados e tem uma abordagem algo inconsistente ao tema de crianças de rua que leva a que o escrutínio em sede de Observações Finais seja feito um tanto *ad-hoc*. Sem que o Comité disponha de meio de avaliação do impacto que este escrutínio tem na situação de crianças de rua, é também pouco claro como este muda a situação de vida deste grupo de crianças e como melhora a proteção dos seus direitos.

Não existe também um mecanismo judicial internacional que permita à criança de rua, no limite, exigir judicialmente o respeito dos seus direitos e ressarcimento em caso de violação. O recurso a meios judiciais, tanto a nível nacional como regional, não se faz, de qualquer modo, sem dificuldades práticas da perspetiva da criança de rua, desde esta saber da sua existência às suas experiências na interação com agentes de autoridade colocarem obstáculo ao seu recurso. Da perspetiva dos agentes do Estado, a formação, tanto no trato direto da criança de rua, como do conhecimento e aplicação do direito internacional, nem sempre existe.

O novo Protocolo Facultativo sobre o Procedimento de Comunicação oferece potencialmente um novo meio de a criança de rua ver a proteção dos seus direitos afetada, mas é ainda cedo para verificar como na prática estes podem ser utilizados por este grupo.

Apesar da Convenção ser um marco de extrema importância na proteção de crianças de rua, falha ao não estabelecer mecanismos fortes de escrutínio e queixa na proteção dos seus direitos e na alteração da perceção da situação de crianças de rua que não são ainda vistas como suscetíveis de uma proteção e cuidados especiais. No caso das crianças de rua, as atuais, as passadas e as do futuro, é difícil discernir qual o impacto que a Convenção teve na proteção dos seus direitos. Na linha de McHale²⁹⁶, poder-se-á dizer que a Convenção não consegue assegurar que os Estados

²⁹⁵ Buck, *ob. cit.* p. 227.

²⁹⁶ McHale, Caroline, 2006, *The Impact of U.N. Human Rights Commission Reform on the Ground: Investigating Extrajudicial Executions of Honduran Street Children*, Fordham International Law Journal 29(4), p 835-836.

implementem os seus princípios, representando assim um ideal teórico, contudo impossível de implementar – ou no mínimo de difícil implementação - na realidade.

A proteção de direitos das crianças de rua exige mais do que o reconhecimento dos seus direitos em tratados internacionais e os mecanismos de proteção nele consagrados. Exige Estados de Direito fortes que não hesitem em fazer valer a proteção jurídica conferida a este grupo vulnerável de crianças. Há, claro, muitas condicionantes, não só de cariz jurídico, mas também social, económico e cultural, que influenciam uma eficaz proteção das crianças de rua pelo que não se pode conceber uma proteção global da criança de rua baseada apenas no sistema legal. Como diz o §27 do Comentário Geral n.º 5 “*a efetiva implementação da Convenção exige uma visível coordenação trans-sectorial para reconhecer e realizar os direitos das crianças em todo o Governo, entre os diferentes níveis do Executivo e entre o Governo e a sociedade civil – incluindo as crianças e jovens eles mesmos*”, pelo que, como diz Kohm “*uma abordagem multidisciplinar por profissionais do Direito, do Governo e do sector social pode ser mais eficaz na proteção de crianças*”²⁹⁷ (e aqui acrescentamos “de rua”).

²⁹⁷ Kohm, *ob. cit.* p. 349.

Anexo 1

Pais	Relatório	Data das Observações Finais	Número de Relatórios Submetidos	Recolha de dados e monitorização	Pesquisa/Estratégias/Políticas e programas	Reforma legislativa e acesso à justiça	Disponibilização de recursos	Dar respostas à exploração económica	Dar respostas à exploração e violência sexual	Dar respostas à violência	Dar respostas à discriminação	Dar respostas à pobreza	Acesso a serviços	Reunificação familiar	Encorajar a participação de crianças	Ações de sensibilização e campanha	Trabalho com a sociedade civil e cooperação internacional	Informação a ser fornecida no próximo relatório	Dar seguimento a recomendações passadas e presentes	Secção Separada para crianças de rua	Terminologia do título da secção
Afghanistan	Initial Report	18-07-11	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	Children in street situations
Albania	Initial Report	31-03-05	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Albania	second and fourth periodic reports	05-10-12	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	Children in street situations
Albania	OPSC - initial report	06-12-12	1	0	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	
Albania	OPAC - initial report	06-12-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Algeria	initial report	18-06-97	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Algeria	second and fourth periodic reports	12-10-05	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	street children
Algeria	third and fourth report	18-07-12	1	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	street children
Andorra	initial report	11-03-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Andorra	OPSC - initial report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Andorra	OPAC - initial report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Andorra	second-fourth report	07-12-12	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	
Angola	Initial Report	04-11-04	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Angola	2nd and 4th period reports	14-09-10	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Antigua and Barbuda	initial report	03-11-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Argentina	Initial Report	15-02-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Argentina	Second Periodic Report	09-10-02	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Argentina	third and fourth reports	11-06-10	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	
Argentina	OPSC - initial report	18-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Argentina	OPAC - initial report	18-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Armenia	Initial Report	24-02-00	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	
Armenia	second periodic report	26-02-04	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	
Armenia	third and fourth periodic reports	08-07-13	1	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	
Armenia	OPSC - initial report	08-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Armenia	OPAC - initial report	08-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Australia	Initial Report	21-10-97	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Australia	second and third periodic reports	20-10-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	street children
Australia	OPAC - initial report	11-07-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Australia	Fourth periodic report	28-08-12	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Australia	OPCS - initial report	24-09-12	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	
Austria	initial report	07-05-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Austria	second periodic report	31-03-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Austria	OPAC - initial report	31-03-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Austria	OPSC - initial report	22-10-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Austria	third and fourth periodic report	03-12-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Azerbaijan	Initial report	18-06-97	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	
Azerbaijan	second periodic report	17-03-06	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	street children
Azerbaijan	OPAC - initial report	08-03-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Azerbaijan	OPSC - initial report	11-03-12	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Azerbaijan	third and fourth periodic reports	12-03-12	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	
Bahamas	initial report	31-03-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bahrain	initial report	11-03-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bahrain	consolidated second and third periodic report	03-08-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bangladesh	Initial Report	18-06-97	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	

Bangladesh	Second Periodic Report	27-10-03	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	street children
Bangladesh	OPAC - initial report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Bangladesh	OPSC - initial report	05-07-07	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Bangladesh	third and fourth reports	26-06-09	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	0	1	1	0	1	0	
Bangladesh	fifth periodic report	29-10-15	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	
Barbados	initial report	24-08-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belarus	initial report	07-02-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belarus	second periodic report	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belarus	third and fourth periodic report	08-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belarus	OPSC - initial report	08-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belarus	OPAC - initial report	28-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belgium	Initial Report	20-06-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belgium	Second Periodic Report	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belgium	OPAC - initial report	09-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children begging on the street
Belgium	third and fourth periodic reports	18-06-10	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	
Belgium	OPSC - initial report	18-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belize	Initial Report	10-05-99	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Belize	second periodic report	31-03-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Benin	Initial Report	12-08-99	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Benin	2nd Periodic Report	20-10-06	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	street children
Benin	3rd to 5th periodic report	29-01-16	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1	street children
Bhutan	initial report	09-07-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bhutan	second periodic report	08-10-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bolivia	initial report	18-02-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bolivia	second report	26-10-98	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	
Bolivia	3rd Periodic Report	11-02-05	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	street children

Bolivia	Fourth periodic report	16-10-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Bosnia and Herzegovina	Initial Report	21-09-05	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	Economic Exploitation and Street Children
Bosnia and Herzegovina	OPSC - initial report	25-10-05	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Economic exploitation and children in street situations
Bosnia and Herzegovina	OPAC - initial report	25-10-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bosnia and Herzegovina	Second to Fourth Periodic reports	29-11-12	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	
Botswana	Initial Report	03-11-04	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	
Brazil	initial report	03-11-04	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	street children
Brazil	OPAC - initial report	27-10-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Brazil	second to fourth periodic reports	29-10-15	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	
Brunei Darussalam	Initial report	27-10-03	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Brunei Darussalam	2nd and 3rd report	24-02-16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Bulgaria	Initial Report	24-01-97	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Bulgaria	OPAC - initial report	23-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Bulgaria	OPSC - initial report	21-01-08	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	
Bulgaria	Second Periodic Report	06-06-08	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	
Burkina Faso	initial report	25-04-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Burkina Faso	Second Periodic Report	09-10-02	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children
Burkina Faso	third and fourth periodic report	09-02-10	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	street children
Burkina Faso	OPCS - initial report	26-06-13	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Burkina Faso	OPAC - initial report	10-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Burundi	Initial Report	16-10-00	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	Children living and working on the streets or in the hills
Burundi	Second Periodic report	01-10-10	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	street children
Cambodia	Initial Report	28-06-00	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Cambodia	OPAC - initial report	22-02-15	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	street children
Cambodia	OPSC - initial report	25-02-15	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	0	
Cambodia	second and third periodic report	25-02-15	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	
Cameroon	Initial	06-11-01	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children

	Report																					
Cameroon	Second Periodic Report	29-01-10	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	street children
Canada	Initial Report	20-06-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Canada	Second Periodic Report	12-03-03	1	1	1	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	1	street children
Canada	OPAC - initial report	09-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Canada	third and fourth periodic reports	06-12-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Canada	OPSC - initial report	07-12-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cape Verde	Initial report	07-11-01	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	1	1	street children
Central African Republic	Initial Report	18-10-00	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
Chad	Initial report	24-08-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Chad	Second Periodic Report	12-02-09	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	street children
Chile	initial report	25-04-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Chile	second report	03-04-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Chile	Third Periodic Report	23-04-07	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	street children
Chile	OPAC - initial report	13-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Chile	OPSC - initial report	18-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Chile	fourth and fifth periodic reports	29-10-15	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
China	Initial Report	07-06-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
China	Second Periodic Report	24-11-05	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	street children
China	OPSC - initial report	24-11-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
China	OPAC - initial report	28-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
China	Consolidated third and fourth Periodic Report	29-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
China (Hong Kong)	Second Periodic Report	24-11-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
China (Hong Kong)	Consolidated third and fourth Periodic Report	29-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
China (Macau)	Second Periodic	24-11-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

	Report																					
China (Macau)	Consolidated third and fourth Periodic Report	29-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Colombia	Initial Report	07-02-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Colombia	Initial report (part II)	15-02-95	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Colombia	Second Periodic Report	16-10-00	1	0	1	1	0	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Colombia	Third Periodic Report	08-06-06	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1		street children
Colombia	OPSC - initial report	17-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		Children in street situations
Colombia	OPAC - initial report	21-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Colombia	fourth and fifth periodic reports	06-03-15	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0		
Comoros	Initial Report	23-10-00	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0		
Congo	Initial Report	20-10-06	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0		
Congo	OPAC - initial report	07-03-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1		street children
Congo	second to fourth periodic report	25-02-14	1	0	1	0	1	0	0	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0		
Cook Islands	initial report	22-02-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Costa Rica	Initial Report	18-10-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Costa Rica	Second Periodic Report	24-02-00	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Costa Rica	Third Periodic Report	21-09-05	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1		street children
Costa Rica	OPAC - initial report	01-05-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Costa Rica	OPSC - initial report	02-05-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Costa Rica	fourth periodic report	03-08-11	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Côte d'Ivoire	Initial Report	09-07-01	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	0	0	0	1		Children living in the streets
Croatia	Initial Report	13-02-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Croatia	Second Periodic Report	03-11-04	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Croatia	OPAC - initial report	23-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Croatia	third and fourth periodic reports	12-10-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Cuba	Initial	18-06-97	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		

	Report																				
Cuba	Second Periodic Report	03-08-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cuba	OPSC - initial report	29-10-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cuba	OPAC - initial report	29-10-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cyprus	Initial Report	07-06-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cyprus	Second Periodic Report	02-07-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Cyprus	Third and fourth periodic report	10-08-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Czech Republic	Initial Report	21-10-97	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Czech Republic	Second Periodic Report	18-03-03	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	1	0	1	0	0	1	street children
Czech Republic	OPAC - initial report	21-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Czech Republic	Third and Fourth Periodic Reports	04-08-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Democratic People's Republic of Korea	Initial Report	24-06-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Democratic People's Republic of Korea	Second Periodic Report	01-07-04	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Democratic People's Republic of Korea	Third and Fourth Report	27-03-09	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	1	1	street children
Democratic Republic of the Congo	Initial Report	09-07-01	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	Children living in and/or working on the street
Democratic Republic of the Congo	Second Periodic Report	10-02-09	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	street children
Democratic Republic of the Congo	OPAC - initial report	07-03-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denmark	Initial Report	15-02-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denmark	Second Periodic Report	10-07-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denmark	Third Periodic Report	23-11-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denmark	OPAC - initial report	24-11-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denmark	OPSC - initial report	17-10-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Denmark	Fourth Periodic Report	07-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Djibouti	Initial Report	28-06-00	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	
Djibouti	Second Periodic Report	07-10-08	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	street children

Dominica	Initial Report	30-06-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0		
Dominican Republic	Initial Report	21-02-01	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	Children living and/or working on the streets
Dominican Republic	Second Periodic Report	05-03-15	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	Children in street situations
Dominican Republic	third to fifth periodic reports	05-03-15	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	0	1	1	Children in street situations
Ecuador	Initial Report	26-10-98	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	
Ecuador	Second and third reports	13-09-05	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Ecuador	Fourth Periodic Report	02-03-10	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	Children in street situations
Ecuador	OPSC - initial report	01-04-10	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
Ecuador	OPAC - initial report	01-04-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Egypt	Initial Record	18-02-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Egypt	Second Periodic Report	21-02-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Egypt	third and fourth periodic reports	15-07-11	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	Children in street situations
Egypt	OPAC - initial report	18-07-11	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Egypt	OPSC - initial report	21-07-11	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
El Salvador	Initial Report	18-10-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
El Salvador	Second Periodic Report	30-06-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
El Salvador	OPAC - initial report	02-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
El Salvador	OPSC - initial report	12-02-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
El Salvador	Third and fourth periodic report	17-02-10	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	
Equatorial Guinea	Initial Report	03-11-04	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	
Eritrea	Initial Report	02-07-03	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Eritrea	Consolidated 2nd and 3rd Periodic Report	23-06-08	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	street children
Eritrea	fourth periodic report	02-07-15	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Estonia	Initial Report	17-03-03	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Estonia	OPSC - initial report	05-03-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ethiopia	Initial Report	24-01-97	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	

Ethiopia	second periodic report	21-02-01	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	Children living and/or working on the streets; child labour
Ethiopia	third periodic report	01-11-06	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	0	0	1	street children
Ethiopia	fourth and fifth periodic reports	03-06-15	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	0	1	Children in street situations
Fiji	initial report	24-06-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Fiji	second to fourth periodic reports	12-10-14	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	Children in street situations
Finland	Initial Report	13-02-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Finland	Second Periodic Report	16-10-00	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Finland	Third Periodic Report	20-10-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Finland	OPAC - initial report	21-10-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Finland	Fourth Periodic Report	03-08-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
France	initial report	25-04-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
France	Second Periodic Report	30-06-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
France	OPSC - initial report	15-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
France	OPAC - initial report	15-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
France	Third and Fourth Reports	22-06-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
France	5th periodic report	23-02-16	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Gabon	initial report	03-04-02	1	0	1	0	1	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children
Gambia	Initial Report	06-11-01	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children
Gambia	second and third periodic reports	20-02-15	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	Children in street situations
Georgia	Initial Report	28-06-00	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	Children living and/or working on the streets
Georgia	Second Periodic Report	27-10-03	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	street children
Georgia	third periodic report	23-06-08	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	street children
Germany	initial report	27-11-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Germany	second periodic report	26-02-04	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Germany	OPAC - initial report	13-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Germany	third and fourth periodic	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

	reports																					
	initial report OPCSC	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ghana	Initial Report	18-06-97	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	
Ghana	Second Periodic Report	17-03-06	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	street children
Ghana	third to fifth periodic reports	09-06-15	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	Children in street situations
Greece	initial report	02-04-02	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	street children
Greece	OPCS - initial report	20-07-12	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	1	Children in street situations
Greece	OPAC - initial report	20-07-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Greece	second and third periodic report	13-08-12	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	
Grenada	Initial Report	28-02-00	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Grenada	2nd Periodic Report	22-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guatemala	initial Report	07-06-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guatemala	Second Periodic Report	09-07-01	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	Children living in the streets
Guatemala	OPAC - initial report	12-06-07	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Guatemala	OPCS - initial report	06-07-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guatemala	third and fourth periodic report	25-10-10	1	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Guinea	Initial Report	10-05-99	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guinea	second periodic report	13-06-13	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	1	0	1	Children in street situations
Guinea-Bissau	Initial Report	13-06-02	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Guinea-Bissau	Second Periodic Report	08-07-13	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Guyana	Initial Report	26-02-04	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	street children
Guyana	second to fourth consolidated reports	18-06-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Haiti	initial report	18-03-03	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	1	street children
Haiti	2nd and 3rd periodic report	24-02-16	1	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	Children in street situations
Holy See	initial Report	27-11-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Holy See	second periodic report	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Holy See	OPSC - initial report	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Holy See	OPSC - initial report	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Honduras	initial Report	24-10-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Honduras	Initial report – further clarification	18-06-97	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
Honduras	2nd report	24-08-99	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1
Honduras	3rd Periodic Report	03-05-07	1	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1
Honduras	OPSC - initial report	02-07-15	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Honduras	fourth and fifth periodic reports	03-07-15	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Honduras	OPAC - initial report	13-07-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hungary	initial Report	24-06-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hungary	second periodic report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hungary	third to fifth periodic reports	13-10-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hungary	OPSC - initial report	02-11-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Hungary	OPAC - initial report	02-11-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iceland	initial report	13-02-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iceland	second report	31-01-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iceland	OPSC - initial report	21-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iceland	OPAC - initial report	21-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Iceland	third and fourth periodic reports	23-01-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
India	initial Report	23-02-00	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	1
India	second periodic	26-02-04	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1
India	third and fourth periodic	06-07-14	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0
India	OPSC - initial report	06-07-14	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
India	OPAC - initial report	06-07-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indonesia	initial Report	18-10-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indonesia	initial Report	24-10-94	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1

	(additional discussion)																				
Indonesia	second periodic report	26-02-04	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	Children in street situations
Indonesia	third and fourth periodic reports	09-07-14	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	
Iran (Islamic Republic of)	initial report	28-06-00	1	0	0	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children
Iran (Islamic Republic of)	2nd report	31-03-05	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	Children in street situations
Iran (Islamic Republic of)	3rd and 4th periodic report	14-03-16	1	0	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	
Iraq	initial report	26-10-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Iraq	second to fourth periodic reports	02-03-15	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	
Iraq	OPSC - initial report	04-03-15	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	
Iraq	OPAC - initial report	05-03-15	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Ireland	initial report	24-02-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ireland	second periodic report	01-11-06	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ireland	OPAC - initial report	14-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ireland	3rd and 4th periodic report	01-03-16	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Israel	initial report	09-10-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Israel	OPAC - initial report	04-03-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Israel	second to fourth periodic reports	04-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Israel	OPSC - initial report	08-06-15	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Italy	initial report	27-11-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Italy	second report	18-03-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Italy	OPSC - initial report	21-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Italy	OPAC - initial report	23-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Italy	third and fourth periodic report	30-10-11	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jamaica	initial report	15-02-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Jamaica	second periodic report	04-07-03	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	Children in street situations

	consolidat ed third and fourth periodic reports																					
Jamaica		09-03-15	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Japan	initial report	24-06-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Japan	second periodic report	26-02-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Japan	third periodic report	20-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Japan	OPSC - initial report	22-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Japan	OPAC - initial report	22-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jordan	initial report	25-04-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jordan	second periodic report	28-06-00	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	street children
Jordan	third periodic report	01-11-06	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	1	Children in street situations
Jordan	OPSC - initial report	06-07-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jordan	OPAC - initial report	06-07-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Jordan	fourth and fifth periodic reports	07-07-14	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	street children
Kazakhstan	initial report	10-06-03	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	Children living and/or working on streets
Kazakhstan	OPSC - initial report	17-03-06	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	
Kazakhstan	OPAC - initial report	17-10-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Kazakhstan	consolidat ed second and third periodic reports	19-06-07	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	
Kazakhstan	fourth periodic report	30-10-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	street children
Kenya	initial report	07-11-01	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	street children
Kenya	second periodic report	21-06-07	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	Children in street situations
Kenya	third to fifth periodic	21-03-16	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	1	0	0	1	1	street children
Kiribati	Initial report	08-11-06	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Kuwait	initial report	26-10-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	Children in street situations
Kuwait	OPAC - initial report	13-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Kuwait	OPSC - initial report	18-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Kuwait	second report	28-10-13	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Kyrgyzstan	initial	09-08-00	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	street children

	report																				
Kyrgyzstan	second periodic report	03-11-04	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	0	
Kyrgyzstan	OPAC - initial report	02-05-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Kyrgyzstan	OPSC - initial report	04-05-07	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Kyrgyzstan	third and fourth periodic	06-07-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lao People's Democratic Republic	initial report	21-10-97	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lao People's Democratic Republic	second report	08-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lao People's Democratic Republic	OPAC - initial report	03-06-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	
Lao People's Democratic Republic	OPCS - initial report	03-06-15	1	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	Children living in the streets
Latvia	initial report	21-02-01	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Latvia	Second periodic report	28-06-06	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	
Latvia	OPSC – Initial report	07-03-16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Latvia	OPAC initial report	07-03-16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Latvia	3rd to 5th periodic report	14-03-16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lebanon	initial report	07-06-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lebanon	second periodic report	21-03-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Lebanon	third periodic report	08-06-06	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	Children living and/or working on the streets
Lesotho	initial report	21-02-01	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Liberia	initial report	01-07-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Liberia	consolidated second to fourth periodic reports	13-12-12	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	
Libya	initial report	04-02-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Libya	second report	04-07-03	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Liechtenstein	initial report	23-02-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Liechtenstein	second periodic report	16-04-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Liechtenstein	OPAC - initial report	04-03-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children living in the streets
Lithuania	initial report	21-02-01	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	
Lithuania	second periodic report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Lithuania	OPAC – Initial report	06-12-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lithuania	OPSC – initial report	16-10-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Lithuania	3rd and 4th periodic report	29-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Luxembourg	initial report	05-06-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Luxembourg	second periodic report	31-03-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Luxembourg	third and fourth periodic reports	28-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Madagascar	Initial report	14-10-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Madagascar	2nd Periodic Report	27-10-03	1	1	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	
Madagascar	3rd and 4th periodic report	08-03-12	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Madagascar	OPSC - initial report	27-10-15	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Madagascar	OPAC - initial report	29-10-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Malawi	initial report	02-04-02	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children
Malawi	second periodic report	26-03-09	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	0	1	0	0	1	street children
Malaysia	Initial Report	02-01-07	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	1	1	1	0	0	0	
Maldives	1st periodic report	08-06-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Maldives	second and third periodic report	13-07-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Maldives	OPCS – Initial report	04-03-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Maldives	OPAC – initial report	04-03-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Maldives	fourth and fifth periodic report	29-01-16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mali	Initial report	02-11-99	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Street children/child beggars
Mali	2nd Periodic Reports	03-05-07	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	0	
Malta	Initial Report	26-10-00	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Malta	OPAC – initial report	17-10-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Malta	Second periodic report	18-06-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Marshall Islands	Initial Report	19-11-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Marshall Islands	Second Periodic Report	16-11-01	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Mauritania	Initial report	06-11-01	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Mauritania	Second periodic report	17-06-09	1	0	1	1	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	
Mauritius	Initial Report	30-10-96	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Mauritius	2nd Periodic Report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Mauritius	consolidated third to fifth periodic reports	26-02-15	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	
Mexico	Initial report	07-02-94	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	
Mexico	2nd periodic report	10-11-99	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	street children
Mexico	Third Periodic Report	08-06-06	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	1	1	Children in street situations
Mexico	Initial report - OPSC	07-04-11	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mexico	Initial report OPAC	07-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mexico	fourth and fifth periodic reports	03-07-15	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	0	1	0	
Micronesia (Federated States of)	Initial report	04-02-98	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Monaco	Initial report	09-07-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Monaco	OPAC – initial report	18-06-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Monaco	2nd and 3rd reports	28-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mongolia	Initial report	13-02-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Mongolia	Second periodic report	21-09-05	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	Children in street situations
Mongolia	Consolidated 3rd and 4th report	01-03-10	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	0	
Mongolia	OPSC – initial report	03-03-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Mongolia	OPAC – Initial report	03-03-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Montenegro	Initial report	21-10-10	1	0	1	1	0	1	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	
Montenegro	OPSC – Initial report	31-10-10	1	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	1	1	0	0	0	
Montenegro	OPAC – Initial report	31-10-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Morocco	Initial Report	30-10-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Morocco	OPAC - initial	03-04-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations

	report																				
Morocco	2nd Periodic Report	10-07-03	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	
Morocco	OPSC – initial report	17-03-06	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	
Morocco	third and fourth periodic reports	14-10-14	1	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	street children
Mozambique	Initial report	03-04-02	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1	street children
Mozambique	second periodic report	04-11-09	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	
Myanmar	Initial Report	24-01-97	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Myanmar	Second Periodic Report	30-06-04	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	1	1	0	0	1	Children in street situations
Myanmar	Consolidated Third and fourth Periodic Reports	14-03-12	1	0	1	1	1	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	
Namibia	Initial Report	07-02-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Namibia	Consolidated second and third periodic reports	16-10-12	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	
Nepal	Initial Report	07-06-96	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Nepal	second periodic report	21-09-05	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	
Nepal	OPSC – initial report	18-07-12	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	
Netherlands	Initial report	26-10-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands	Second periodic report	26-02-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands	Third periodic report	27-03-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands	OPCS – initial report	06-05-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands	4th periodic report	08-06-15	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands	OPAC – initial report	08-07-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands Antilles	initial report	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands Antilles	Third periodic report (included on third report from Netherlands)	27-03-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Netherlands Aruba	Initial report	26-02-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

[illegible]

Oman	Second Periodic Report	02-11-06	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oman	OPAC – initial report	24-06-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oman	OPSC – initial report	24-06-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Oman	3rd and 4th report	14-03-16	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Pakistan	Initial report	25-04-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Pakistan	Second report	27-10-03	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Pakistan	third and fourth periodic report	15-10-09	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Palau	Initial Report	21-02-01	1	0	1	1	0	1	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0
Panama	Initial Report	24-01-97	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Panama	Second Periodic Report	30-06-04	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0
Panama	Consolidated third and fourth periodic reports	21-12-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Papua New Guinea	Initial Report	26-02-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraguay	Initial Report	24-10-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Paraguay	Second Periodic Report	06-11-01	1	0	1	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0
Paraguay	Third periodic Report	10-02-10	1	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	Children in street situations
Paraguay	OPCS – Initial report	24-10-13	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0
Paraguay	OPAC – initial report	24-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peru	Initial Report	18-10-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peru	Second Periodic Report	22-02-00	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peru	Third Periodic Report	14-03-06	1	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	1	0	1	1	0	1	street children
Peru	4th and 5th periodic report	02-03-16	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0	0	1	Children in street situations
Peru	OPCS – initial report	07-03-16	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Peru	OPAC – initial report	07-03-16	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Philippines	Initial Report	15-02-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Philippines	Second Periodic Report	21-09-05	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	street children
Philippines	OPAC – Initial report	15-07-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children

Philippines	Third and Fourth Periodic Reports	22-10-09	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	0	0	
Philippines	OPCS – Initial report	26-06-13	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	
Poland	Initial Report	15-01-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Poland	Second report	30-10-02	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Poland	OPAC – Initial report	22-10-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Poland	OPCS – Initial report	22-10-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Poland	third and fourth periodic reports	29-10-15	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	
Portugal	Initial Report	27-11-95	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Portugal	Second Periodic Report	06-11-01	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	0	0	0	1	street children
Portugal	OPSC - initial report	24-02-14	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Portugal	third and fourth periodic report	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Portugal	OPAC - initial report	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Qatar	Initial Report	06-11-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Qatar	OPSC – initial report	02-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Qatar	OPAC – initial report	17-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Qatar	Second Periodic Report	14-10-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Korea	Initial report	13-02-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Korea	Second report	18-03-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Korea	OPAC – initial report	02-07-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Korea	OPSC – initial report	02-07-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Korea	3rd and 4th report	02-02-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Moldova	Initial report	31-10-02	1	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	1	street children
Republic of Moldova	second and third periodic report	20-02-09	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	Children living or working in the streets	
Republic of Moldova	OPAC – initial report	20-02-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Republic of Moldova	OPSC – initial report	28-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Romania	Initial report	07-02-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Romania	Second	18-03-03	1	0	0	0	1	1	0	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	street children

	Periodic Report																				
	consolidated third and fourth reports	30-06-09	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	1	1	0	0	0	0	1	street children
Romania	Initial report	18-02-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Russian Federation	Second periodic report	10-11-99	1	0	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Russian Federation	Third periodic report	23-11-05	1	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1	1	street children
Russian Federation	fourth and fifth periodic reports	24-02-14	1	0	0	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Russian Federation	initial report - OPAC	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Rwanda	Initial report	18-10-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Rwanda	Second Periodic Report	01-07-04	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	1	0	0	0	1	street children
Rwanda	third and fourth periodic reports	14-06-13	1	0	1	1	1	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Rwanda	OPSC – Initial report	14-06-13	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Rwanda	OPAC – initial report	14-06-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saint Kitts and Nevis	Initial Report	24-08-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saint Lucia	Initial Report	21-09-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saint Lucia	second to fourth periodic reports	07-07-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saint Vincent and the Grenadines	Initial Report	13-06-02	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	street children
Samoa	initial report	16-10-06	1	0	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
San Marino	initial report	27-10-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sao Tome and Principe	initial report	01-07-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sao Tome and Principe	2nd and 4th periodic report	28-10-13	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Saudi Arabia	Initial report	21-02-01	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Saudi Arabia	2nd Periodic Report	17-03-06	1	1	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	
Senegal	initial report	27-11-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Senegal	2nd report	20-10-06	1	1	1	0	0	1	0	0	1	0	1	1	1	1	1	1	0	1	street children
Senegal	3rd to 5th periodic report	07-03-16	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	Children in street situations and talibés
Serbia	Initial Report	20-06-08	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	1	street children
Serbia	OPAC -	21-06-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

	initial report																				
Serbia	OPSC - initial report	22-06-10	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Seychelles	Initial Report	09-10-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Seychelles	second, third and fourth periodic	23-01-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Sierra Leone	Initial Report	24-02-00	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0	
Sierra Leone	Second Periodic report	20-06-08	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	1	street children
Sierra Leone	OPCS - initial report	14-10-10	1	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0	
Sierra Leone	OPAC - initial report	14-10-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Singapore	initial report	27-10-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Singapore	second and third periodic report	04-05-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Singapore	OPAC - initial report	12-10-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovakia	Initial report	23-10-00	1	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
Slovakia	Second Periodic report	10-07-07	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	
Slovakia	OPAC - initial report	26-06-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovakia	OPCS - initial report	03-07-13	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovenia	Initial report	30-10-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovenia	2nd Periodic Report	26-02-04	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovenia	OPCS - initial report	10-11-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovenia	OPAC - initial report	11-11-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Slovenia	3rd and 4th periodic report	08-07-13	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	
Solomon Islands	initial report	02-07-03	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	street children
Somalia	Has not reported yet		0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
South Africa	initial report	22-02-00	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	
Spain	Initial Report	24-10-94	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Spain	second periodic report	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Spain	OPSC - initial report	17-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Spain	OPAC - initial	17-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

	report																			
Spain	3rd and 4th periodic reports	02-11-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sri Lanka	initial report	21-06-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sri Lanka	second periodic report	02-07-03	1	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	1	0	0	0
Sri Lanka	third and fourth periodic report	19-10-10	1	1	1	1	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	Children in street situations
Sri Lanka	OPAC - initial report	19-10-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudan	initial report	18-02-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudan	initial report part 2	18-10-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudan	second periodic report	09-10-02	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1	street children
Sudan	OPSC - initial report	21-06-07	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Sudan	OPAC - initial report	08-10-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sudan	Third and fourth Periodic Reports	22-10-10	1	1	1	1	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0
Suriname	initial report	28-06-00	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0
Suriname	Second Periodic Report	18-06-07	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1
Swaziland	Initial report	16-10-06	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	1	0	1	0	0
Sweden	initial report	18-02-93	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sweden	second periodic report	10-05-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sweden	third periodic report	30-03-05	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sweden	OPAC - initial report	06-07-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sweden	4th Periodic report	26-06-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sweden	OPSC - initial report	23-01-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sweden	fifth periodic report	05-03-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Switzerland	initial report	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Switzerland	OPAC - initial report	17-03-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Switzerland	OPSC - initial report	25-02-15	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Switzerland	second to fourth periodic	25-02-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Syrian Arab	initial	24-01-97	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Republic	report																				
Syrian Arab Republic	second periodic report	10-07-03	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Syrian Arab Republic	OPSC - initial report	31-10-06	1	0	1	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	Children in street situations
Syrian Arab Republic	OPAC - initial report	17-10-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Syrian Arab Republic	3rd & 4th periodic reports	09-02-12	1	1	1	1	0	0	0	0	1	0	1	1	1	1	1	0	0	0	
Tajikistan	initial report	23-10-00	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Tajikistan	2nd periodic report	05-02-10	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Thailand	initial report	26-10-98	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Thailand	Second Periodic Report	17-03-06	1	0	1	1	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	
Thailand	Third and fourth periodic reports	17-02-12	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	
Thailand	OPSC - initial report	21-02-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Thailand	OPAC - initial report	21-02-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
The Former Yugoslav Republic of Macedonia	initial report	13-02-96	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
The Former Yugoslav Republic of Macedonia	2nd Periodic	23-06-10	1	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	0	1	1	1	1	0	1	Children in street situations
The Former Yugoslav Republic of Macedonia	OPSC - initial report	04-12-12	1	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
The Former Yugoslav Republic of Macedonia	OPAC - initial report	04-12-12	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Timor-Leste	initial report	14-02-08	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	1	1	1	0	0	1	street children
Timor-Leste	OPAC - initial report	14-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Timor-Leste	OPSC - initial report	21-02-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Timor-Leste	second and third periodic reports	29-10-15	1	0	1	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	0	0	0	
Togo	initial report	21-10-97	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	
Togo	second periodic report	31-03-05	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	1	street children
Togo	3rd and 4th periodic reports	08-03-12	1	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	0	1	1	0	0	1	Children in street situations
Togo	OPSC - initial report	08-03-12	1	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	
Trinidad and	initial	21-10-97	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	

Tobago	report																				
Trinidad and Tobago	Second periodic report	17-03-06	1	1	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	1	1	street children
Tunisia	Initial report	21-06-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Tunisia	second periodic report	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Tunisia	OPAC - initial report	06-02-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Tunisia	3rd periodic report	16-06-10	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	1	0	0	0	
Turkey	initial report	09-07-01	1	1	1	0	0	1	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	Children living in the streets
Turkey	OPSC - initial report	09-06-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Turkey	OPAC - initial report	28-10-09	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Turkey	2nd and 3rd periodic reports	20-07-12	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	
Turkmenistan	initial report	02-06-06	1	0	1	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Turkmenistan	OPAC - initial report	20-02-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Turkmenistan	second to fourth periodic reports	09-03-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Turkmenistan	OPSC - initial report	11-03-15	1	0	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	street children
Tuvalu	Initial report	29-10-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uganda	Initial Report	21-10-97	1	0	1	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Uganda	Second Periodic Report	23-11-05	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	1	street children
Uganda	OPSC - initial report	16-10-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uganda	OPAC - initial report	17-10-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ukraine	initial report	27-11-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ukraine	second periodic report	09-10-02	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Ukraine	OPSC - initial report Add1	19-04-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Ukraine	OPSC - initial report	28-06-07	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ukraine	OPAC - initial report	11-04-11	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Ukraine	consolidated third and fourth periodic report	21-04-11	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	
United Arab	Initial	13-06-02	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	

Emirates	report																					
United Arab Emirates	second periodic report	29-10-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	initial report	15-02-95	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	second periodic report	09-10-02	1	0	1	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	OPAC - Initial report	17-10-08	1																			
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	3rd and 4th consolidat ed report	20-10-08	1																			
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland	OPSC – Initial report	07-07-14	1	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (Crown Dependencie s) - (Hong-Kong)	initial report	30-10-96	1																			
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (Crown Dependencie s) - (Overseas Territories)	initial report	16-10-00	1																			
United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland (Crown Dependencie s) – Isle of Man	initial report	16-10-00	1																			
United Republic of Tanzania	Initial report	09-07-01	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1	0	0		1	0	0	0	
United Republic of Tanzania	Second Periodic Report	21-06-06	1	0	1	1	0	0	1	1	1	1	1	1	0	1		0	1	1	1	street children
United Republic of Tanzania	OPSC - initial report	10-10-08	1																		1	Children in street situations
United Republic of Tanzania	OPAC - initial report	10-10-08	1																			
United Republic of Tanzania	third to fifth periodic reports	02-03-15	1	1	1	1	0	0	1	1	1	1	1	0	0	1		0	0	1	0	
United States of America	OPSC - initial report	25-06-08	1																			

United States of America	OPAC - initial report	25-06-08	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
United States of America	OPAC – second report	26-06-13	1	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	
United States of America	OPSC – second report	02-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uruguay	Initial report	11-10-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uruguay	Second periodic report	05-07-07	1	0	1	0	1	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	Children living or working on the street
Uruguay	third to fifth periodic reports	04-03-15	1	1	1	1	0	1	0	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	Children in street situations
Uruguay	OPSC - initial report	05-03-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uruguay	OPAC - initial report	06-03-15	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uzbekistan	initial report	07-11-01	1	0	1	0	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	1	0	0	1	street children
Uzbekistan	second periodic report	02-06-06	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	street children
Uzbekistan	OPSC - initial report	08-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Uzbekistan	OPAC - initial report	08-07-13	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Uzbekistan	3rd and 4th periodic reports	10-07-13	1	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	
Vanuatu	Initial report	10-11-99	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Venezuela (Bolivarian Republic of)	initial report	02-11-99	1	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	
Venezuela (Bolivarian Republic of)	Second Periodic report	17-10-07	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	Children in street situations
Venezuela (Bolivarian Republic of)	third to fifth periodic reports	12-10-14	1	1	1	0	1	0	0	1	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	Children in street situations
Venezuela (Bolivarian Republic of)	OPSC - initial report	02-11-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Venezuela (Bolivarian Republic of)	OPAC - initial report	02-11-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Viet Nam	initial report	18-02-93	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Viet Nam	second periodic report	18-03-03	1	1	1	1	1	1	0	0	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	
Viet Nam	OPSC - initial report	17-10-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Viet Nam	OPAC - initial report	17-10-06	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Viet Nam	third and fourth periodic report	22-08-12	1	1	1	1	0	0	1	0	0	0	1	1	1	0	0	0	1	0	
Yemen	initial report	13-02-96	1	1	1	0	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	

Yemen	second periodic report	10-05-99	1	0	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Yemen	third periodic report	21-09-05	1	0	1	0	0	0	0	0	1	1	1	1	0	1	1	1	0	1	street children
Yemen	OPSC - initial report	13-10-09	1	1	1	1	1	0	1	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0	0	
Yemen	OPAC - initial report	24-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Yemen	fourth periodic report	25-02-14	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Yugoslavia	Initial report	13-02-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Zambia	initial report	02-07-03	1	0	1	1	0	0	1	1	0	1	1	1	0	0	0	0	0	1	street children
Zambia	2nd to 4th periodic report	14-03-16	1	1	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	1	Children in street situations
Zimbabwe	Initial report	07-06-96	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Zimbabwe	Second report	07-03-16	1	1	0	1	1	0	0	0	1	0	0	0	0	1	0	0	1	0	
total			674	129	254	148	70	71	119	94	109	155	225	129	82	92	178	42	57	181	

Anexo 2

Tabelas de Dados

Neste Anexo “2016*” indica que 2016 tem dados parciais, uma vez que os dados se referem apenas até março de 2016, não considerando as restantes sessões do Comitê e os dados daí advindo.

Tabela 1

Ano	Secção separada para crianças de rua
1993	0
1994	0
1995	0
1996	0
1997	0
1998	0
1999	0
2000	2
2001	15
2002	10
2003	14
2004	9
2005	17
2006	16
2007	9
2008	7
2009	13
2010	16
2011	4
2012	11
2013	4
2014	7
2015	20
2016*	7
Total	181

Tabela 2

ano	n.º de relatórios sem menção a crianças de rua	n.º total com menção	n.º de relatórios com menção a crianças de rua mas sem recomendações	n.º total de Observações Finais	% com menção	% sem menção	% com menção mas sem recomendação
1993	5	7	(4)	12	58.33%	41.67%	33.33%
1994	10	6	(4)	16	37.50%	62.50%	25.00%
1995	10	8	(4)	18	44.44%	55.56%	22.22%
1996	11	9	(4)	20	45.00%	55.00%	20.00%
1997	4	15	(3)	19	78.95%	21.05%	15.79%
1998	8	5	0	13	38.46%	61.54%	0.00%
1999	7	10	0	17	58.82%	41.18%	0.00%
2000	6	19	0	25	76.00%	24.00%	0.00%
2001	8	20	0	28	71.43%	28.57%	0.00%
2002	14	14	0	28	50.00%	50.00%	0.00%
2003	9	19	0	28	67.86%	32.14%	0.00%
2004	11	15	0	26	57.69%	42.31%	0.00%
2005	17	19	0	36	52.78%	47.22%	0.00%
2006	22	27	(1)	49	55.10%	44.90%	2.04%
2007	21	13	0	34	38.24%	61.76%	0.00%
2008	23	8	0	31	25.81%	74.19%	0.00%
2009	17	14	0	31	45.16%	54.84%	0.00%
2010	26	22	0	48	45.83%	54.17%	0.00%
2011	14	8	0	22	36.36%	63.64%	0.00%
2012	18	23	0	41	56.10%	43.90%	0.00%
2013	20	15	0	35	42.86%	57.14%	0.00%
2014	22	11	0	33	33.33%	66.67%	0.00%
2015	14	32	0	46	69.57%	30.43%	0.00%
2016*	6	12	0	18	66.67%	33.33%	0.00%
	323†	351†	(20) †	674†	52.18%††	47.82%††	4.93%††

††Totais

††Médias

Tabela 3

Ano	Recomendação: Dar Resposta à Violência
1993	0
1994	0
1995	1
1996	1
1997	1
1998	1
1999	1
2000	7
2001	12
2002	7
2003	6
2004	7
2005	7
2006	8
2007	4
2008	1
2009	4
2010	8
2011	4
2012	9
2013	7
2014	3
2015	16
2016*	4
Total	119

Tabela 4

Terminologia nos títulos das secções específicas para crianças de rua	n.º de vezes utilizada
Children begging on the street	1
Children in street situations	56
Children in street situations and talibés	1
Children living and working on the streets or in the hills	1
Children living and/or working on streets	1
Children living and/or working on the streets	3
Children living and/or working on the streets; child labour	1
Children living in and/or working on the street	1
Children living in the streets	5
Children living or working in the streets	1
Children living or working on the street	1
Economic exploitation and children in street situations	1
Economic Exploitation and Street Children	1
homeless children	1
street children	105
Street children/child beggars	1
Total	181

Tabela 5

Observações Finais	total
Total Observações Finais	674
n.º Observações Finais com menção crianças de rua	351
n.º Observações Finais com recomendação para reunificação familiar	225
n.º Observações Finais com recomendação relativas ao interesse superior da criança	73
n.º Observações Finais com recomendação para reunificação familiar quando no interesse superior	57

Bibliografia

- Antkowiak, Thomas M, 2011 *An Emerging Mandate for International Courts: Victim-Centered Remedies and Restorative Justice* Stanford Journal of International Law 47.2 (2011), pp. 279-332
- Aptekar, Lewis, 2013, *Street Children, AIDS Orphans and Unprotected Minors* – *What you read is not what you see in "Children in crisis: ethnographic studies in international contexts"*, edited by Hashemi, M *et al*, New York, Routledge, Taylor & Francis Group
- Aptekar, Lewis *et al*, 2014, *Street children and homeless youth: a cross-cultural perspective*, Springer
- Baro, Daniela, A Tool for Change? Reporting to the UN Committee on the Rights of the Child - briefing report, 2003, Save the Children, disponível em <http://resourcecentre.savethechildren.se/sites/default/files/documents/1618.pdf> (acedido em 22.07.16)
- Bessant, Judith, 2011, *International Law as Remedy: When the State Breaches Child Protection Statutes*, Child & Youth Services, 32, 3, pp. 254-275
- Blanchfield, Luisa, 2013, *The United Nations Convention on the Rights of the Child- CRS Report for Congress*, Congressional Research Service, disponível em <https://www.fas.org/sqp/crs/misc/R40484.pdf> (acedido em 24.07.16)
- Bordonaro, Lorenzo I., 2012, *Agency does not mean freedom. Cape Verdean street Children and the politics of children's agency*, Children's Geographies, Vol. 10, No. 4, Routledge, pp. 413–426,
- Buck, Trevor *et al*, 2013, *The Potential and Promise of Communications Procedures under the Third Protocol to the Convention on the Rights of the Child*, International Human Rights Law Review 2(2), pp. 205-239
- CECA-CEE-CEEA, *Bulletin of the European Communities*. No 6/1993 Volume 26, 1993, disponível em <http://bookshop.europa.eu/en/bulletin-of-the-european-communities-no-6-1993-volume-26-pbCMAA93006/> (acedido em 30.01.15)
- Coren, Esther *et al*, 2012, *Interventions for Promoting Reintegration and Reducing Harmful Behaviour and Lifestyles in Street-Connected Children and Young People: A Systematic Review*, 2012, The Campbell Collaboration, disponível em <http://www.streetchildrenresources.org/wp-content/uploads/2015/03/Interventions-for-Promoting-Reintegration-and-Reducing-Harmful-Behaviour-and-Lifestyles-in-Street-connected-Children-and-Young-People.pdf> (acedido em, 14.11.15)
- Corrarino, Megan, 2014, *Law Exclusion Zones: Mega-Events as Sites of Procedural and Substantive Human Rights Violations*, Yale Human Rights & Development Law Journal, 17, pp. 180–204
- Correa, Paloma Morais, 2013, *Poverty as Violation of Human Rights: The Case of Street Children in Guatemala and Brazil*, Brazilian Journal of International Law 10 (2), pp. 334-353
- Ennew, Judith, 2003, *Working with Street Children - Exploring Ways for ADB Assistance*, Asian Development Bank - Regional and Sustainable Development Department
- European Commission, *Press release 7738/97 (Presse 129)*, C/97/129, 2003ª sessão do Conselho, disponível em http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-97-129_pt.htm (acedido em 30.01.15)
- Ewelukwa, Uche U., 2006, *Litigating the Rights of Street Children in Regional or International Fora: Trends, Options, Barriers and Breakthroughs*, in Yale Human Rights & Development Law Journal
- Field, Sarah M., 2013, *UN Security Council Resolutions Concerning Children Affected by Armed Conflict: In Whose 'Best Interest'?* International Journal of Children's Rights 21, no. 1, pp. 127-161
- Federle, Katherine Hunt, 1995, *Looking Ahead: An Empowerment Perspective on the Rights of Children*, Temple Law Review 68(4), pp. 1585-1606
- Gerber, Paula, 2012, *The New Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child: 10 Things You Should Know*, Alternative Law Journal 37(2), pp. 111-115

- Grugel, Jean *et al*, 2012, *Street Working Children, Children's Agency and the Challenges of Children's rights: Evidence from Minas Gerais, Brazil*, Journal of International Development 24, pp. 828-840
- Jones, Gareth A. e Thomas de Benítez, Sarah, 2014, *Lost Opportunity - The Lydia Cacho Case and Child Rights in Mexico*, International Journal of Children's Rights, 22(2014), pp. 285-312
- Kohm, Lynne Marie, 2014-2015, *A Brief Assessment of the 25-Year Effect of the Convention on the Rights of the Child*, Cardozo Journal of International and Comparative Law 23(2), pp. 323-352
- Lee, Yanghee, 2010, *Communications Procedure under the Convention on the Rights of the Child: 3rd Optional Protocol*, International Journal of Children's Rights, 4, pp. 567-583
- Lee, Yanghee, 2013, *Address: Creating New Futures for All Children: The Promise of International Human Rights Law*, Australian International Law Journal 20, no. 1 (January 2013), pp. 3-16
- Levin, Ayelet, 2016, *The Reporting System to the Treaty Bodies: Roles of States and Civil Society*, in *The Reporting Cycle to the United Nations Human Rights Treaty Bodies: Creating a Dialogue Between the State and Civil Society - The Israeli Case Study*, George Washington International Law Review, 48, 2, pp. 315-338
- Limsira, Patthara, 2013, *Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a Communications Procedure [notes]*, Journal of East Asia and International Law, 1, pp. 290-295
- Martins, Ana Maria Guerra, 2012, *Direito internacional dos direitos humanos: relatório: programa, conteúdos e métodos de ensino teórico e prático*, Coimbra, Almedina, pp. 87-96, 121-123 e 179-190
- McHale, Caroline, 2006, *The Impact of U.N. Human Rights Commission Reform on the Ground: Investigating Extrajudicial Executions of Honduran Street Children*, Fordham International Law Journal 29 (4), pp. 812-864
- Miranda, Jorge, 2012, *Curso de direito internacional público*, Parede: Princípios, p. 39-86, 115-132, 241-267 e 310-328
- Merry, Sally Engle, 2008, *Relating to the Subjects of Human Rights: The Culture of Agency in Human Rights Discourse*, in "Law and Anthropology - Current Legal Issues", vol. 12, London, Oxford University Press, 2008; Jul, 2008, pp. 385-407
- Moco, Marcolino, 2010, *Direitos humanos e seus mecanismos de proteção: as particularidades do sistema africano*, Coimbra, Almedina, pp 57-85 e 185-194
- Nolan, Aoife, 2013, *Economic and Social Rights, Budgets and the Convention on the Rights of the Child*, International Journal of Children's Rights 21, no. 2 (April 2013), pp. 248 -278
- Otunnu, Olara A., 2004, *Protecting children in times of war: how to develop an effective monitoring and reporting system*, UN Chronicle, 1, pp. 68-70
- Paré, Mona, 2003, *Why have street children disappeared? – The role of international human rights law in protecting vulnerable groups*, The International Journal of Children's Rights 11, pp. 1-32
- Patiño Manffer, Ruperto, 2011, *Estado constitucional y derecho internacional de los derechos humanos: El caso particular de los niños de la calle*, in Revista del Instituto de Ciencias Jurídicas de Puebla, México, Año V, N. 28, pp. 187-203
- Pobjoy, J. 2015. *The best interests of the child principle as an independent source of international protection*", International & Comparative Law Quarterly 64, no. 2, pp. 327-363
- Pona, Iryna *et al*, 2015, *Getting the house in order - Keeping homeless older teenagers safe*, Children Society, disponível em http://www.childrenssociety.org.uk/sites/default/files/getting-the-house-in-order_PCR025aHousing_Report_LR_final_6_web.pdf, acedido em 13.02.16
- Poretti, Michele, *et al*, 2014, *The rise and fall of icons of 'stolen childhood' since the adoption of the UN Convention on the Rights of the Child*, in Childhood. Feb 2014, Vol. 21 Issue 1, pp. 22-38
- Queiroz, Cristina, 2013, *Direito internacional e relações internacionais: organizações internacionais*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 151-178 e 189-212
- Rangel de Mesquita, M., 2011, *A Actuação Externa da União Europeia depois do Tratado de Lisboa*, Coimbra, Almedina, 2011
- Seitles, Marc D., 1997-1998, *Effect of the Convention on the Rights of the Child upon Street Children in Latin America: Study of Brazil, Colombia, and Guatemala*, in *In the Public Interest* 16, pp. 159-194.
- Thomas de Benitez, Sarah, *et al*, 2014, *A Passport to Participatory Planning*, Children Unite, Consortium for Street Children e StreetInvest, [online], disponível em http://www.streetchildrenresources.org/wp-content/uploads/2014/12/A_Passport_to_Participatory_Planning_ZoPqgvO.pdf (acedido em 14.11.15)

- Tobin, John, 2013, *Justifying Children's Rights*, International Journal of Children's Rights 21(3), pp 395-441
- Turgut, Natalie, 2015, *Consortium for Street Children Briefing Paper 2015 - Do I count if you count me?*, ed. 2015, London Consortium for Street Children [online], disponível em http://www.streetchildrenresources.org/wp-content/uploads/2015/09/CFSC_Briefing-Paper_FINAL-Low-res-for-online-use.pdf (acedido em 08.11.15)
- UNESCO et al., 2001 *Education for Street and Working Children in India*, Nova Delhi, Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001263/126355eo.pdf> (acedido em 08.11.15)
- Vandenhoe, Wouter, 2013-2014, *Child Poverty and Children's Rights: An Uneasy Fit*, Michigan State International Law Review 22(2), pp. 609-636
- Watson, Alison M. S., 2004, *Seen but not heard: the role of the child in international political economy*, New Political Economy, Routledge, pp. 3-21
- Wernham, Marie, 2000, *International Human Rights Law in Evolution: The implications of Villagran Morales et al v. Guatemala (the 'street children' case, inter-american court of human rights) for international human rights law*, MA Understanding and Securing Human Rights, Institute of Commonwealth Studies, University of London
- The World Bank, *Data - GDP per capita (current US\$)*, disponível em http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?order=wbapi_data_value_2013+wbapi_data_value&sort=asc (acedido em 11.04.16)
- Zermatten, Jean, 2010, *The Best Interests of the Child Principle: Literal Analysis and Function*, International Journal of Children's Rights, 18, 4, pp. 483-499

Análise de dados

- Bernard, H. Russel, 2010, *Analyzing qualitative data: systematic approaches*, Los Angeles, SAGE, pp 107-356.
- Bryant, A, 2014, *The Grounded Theory Method*, in, "The Oxford handbook of qualitative research", edited by Patricia Leavy, Oxford, New York, Oxford University Press, pp. 116-136
- Thorne, S, 2014, *Applied Interpretive approaches*, The Oxford handbook of qualitative research / edited by Patricia Leavy, Oxford; New York: Oxford University Press, pp. 99-115
- Tracy, S., 2013, *Qualitative research methods: collecting evidence, crafting analysis, communicating impact*, Chichester, West Sussex, UK: Wiley-Blackwell, 2013, pp. 184-272

Legislação e regulamentação

- Committee on the Rights of the Child, sem data, *Working methods – Documents*, disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/WorkingMethodsCRC.doc> (acedido em 04.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1991, *General Guidelines regarding the form and content of initial reports to be submitted by states parties under article 44, paragraph 1 (a), of the Convention*, CRC/C/5, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsq1yiNXhg%2bQryaRVff0up8Hfu1h91FOm4YSzDMIAJokbqw3l%2bdx65WYtJMPptxSNgkezEErbacLhL8IF%2fLJUJc%3d> (acedido em 03.06.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1994, *Overview of the reporting procedures*, CRC/C/33, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsq1yiNXhg%2bQryaRVff0up8Hfu1h91FOm4YSzDMIAJokbqw3l%2bdx65WYtJMPptxSNgkezEErbacLhL8IF%2fLJUJc%3d> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2013, *Rules of procedure under the Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a communications procedure*, CRC/C/62/3, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsq1yiNXhg%2bQryaRVff0up8Hfu1h91FOm4YSzDMIAJokbqw3l%2bdx65WYtJMPptxSNgkezEErbacLhL8IF%2fLJUJc%3d> (acedido em 03.06.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2003, *General Comment No 5 (2003), General measures of implementation of the Convention on the Rights of the Child (arts. 4, 42 and 44, para. 6)*, CRC/GC/2003/5, disponível em

- <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsiQql8gX5Zxh0cQqSRzx6Zd2%2fQRsDnCTcaruSeZhPr2vUevjbn6t6GSi1fheVp%2bj5FYNF5OCyUtnOij%2bj6XO9qv%2bqUw2hEW4cNst%2f7yjuJi>
- Committee on the Rights of the Child, 2011, General Comment No. 13 (2011) - The right of the child to freedom from all forms of violence, CRC/C/GC/13, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsqIkirKQZLK2M58RF%2f5F0vFKtnY3RFBX0eVOrGEVYulm9CsHNwh1HrjED9fVmGn%2bac6dqySQNywunHnIcA%2bPcYybl%2fab5K2u%2b2GgtfPwJUZF> (acedido em 18.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2013, *General Comment No. 14 (2013) - on the right of the child to have his or her best interests taken as a primary consideration* (art. 3, para. 1), CRC/C/GC/14, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRC/Shared%20Documents/1_Global/CRC_C_GC_14_7202_E.doc (acedido em 08.06.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2015, *Convention on the Rights of the Child - Rules of procedure*, CRC/C/4/Rev.4, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/Download.aspx?symbolno=CRC/C/4/Rev.4&Lang=en (acedido em 04.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2015, *Treaty-specific guidelines regarding the form and content of periodic reports to be submitted by States parties under article 44, paragraph 1 (b), of the Convention on the Rights of the Child*, CRC/C/58/Rev.3, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsr1ZWeb%2bRuDNd9qD0ICL6ikRB2cfJhMR51%2f10eGSYFCtrug1QI9a7QWVRO8Mi60ohmvtNns63WFivVgw0QS1DEUWxILVIZmMwtT%2fGo8ClcSN> (acedido em 04.05.16)
 - Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (na versão do site da Organização dos Estados Americanos, disponível em https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htm)
 - Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados (na versão do site do Gabinete de Documentação e Direito o da Procuradoria Geral da República, disponível em <https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwic97nHqr7NAhVgGsAKHeCLct8QFqgbMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.gddc.pt%2Fsi%2Fdocs%2Ffr67-2003.pdf&usq=AFQjCNGvmYXTzcY5CwF10z2I7XStsTH0JA&bvm=bv.125221236,d.ZGg&cad=rja> (acedida em 23.06.16)
 - Convenção sobre os Direitos da Criança, (na versão do site do Gabinete de Documentação e Direito o da Procuradoria Geral da República, disponível em <http://www.gddc.pt/direitos-humanos/textos-internacionais-dh/tidhuniversais/dc-conv-sobre-dc.html> (acedida em 11.05.16)
 - Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (na versão do site do Gabinete de Documentação e Direito o da Procuradoria Geral da República, disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_7/IIIPAG3_7_1.htm, acedida em 21.06.16)
 - Convention relative aux droits de l'enfant (na versão do site do Haut-Commissariat des Nations Unies aux droits de l'homme, disponível em <http://www.ohchr.org/FR/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>, acedida em 11.05.16)
 - Convention on the Rights of the Child, (na versão do site do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, disponível em <http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/CRC.aspx>, acedida em 11.05.16)
 - Declaração Universal dos Direitos Humanos (na versão do site do Office of the United Nations High Commissioner for Human Rights, disponível em http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf, acedida em 13.02.16)
 - General Assembly, 1990, *Resolution adopted by the General Assembly 45/217 - World Summit for Children*, A/RES/45/217, disponível em <http://www.un-documents.net/a45r217.htm> (acedido em 15.06.16)
 - General Assembly, 1992, 47/126 de 18 Dezembro 1992, *The plight of street children* A/RES/47/126, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/47/a47r126.htm> (acedido em 15.06.16)
 - General Assembly, 1993, 48/136 de 20 Dezembro 1993, *The plight of street children*, A/RES/48/136, disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/48/a48r136.htm> (acedido em 15.06.16)
 - General Assembly, 1994, 49/212 de 23 Dezembro 1994, *The plight of street children*, A/RES/49/212 disponível em <http://www.un.org/documents/ga/res/49/a49r212.htm>

- General Assembly, *Resolution 60/251*, disponível em https://www.google.pt/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwif8Zue8PLLAhVEOhQKHUnrCwQFggBMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.ohchr.org%2Fenglish%2Fbodies%2Fhrcouncil%2Fdocs%2FA.RES.60.251_E_n.pdf&usq=AFQjCNFrHDfpmwHnI7RtvT1rkcf817vplA&bvm=bv.118443451.d.bGg (acedido em 03.04.16)
- General Assembly, 2010, *Resolution adopted by the Human Rights Council 13/3 Open-ended Working Group on an optional protocol to the Convention on the Rights of the Child to provide a communications procedure*, A/HRC/RES/13/3, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/HRC/RES/13/3&Lang=E> (acedido em 31.05.16)
- General Assembly, 2011, *Resolution 66/138. Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a communications procedure*, A/RES/66/138, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/RES/66/138&Lang=E> (acedido em 31.05.16)
- General Assembly, 2011, *Resolution adopted by the General Assembly on 19 December 2011 [on the report of the Third Committee (A/66/457)] 66/138. Optional Protocol to the Convention on the Rights of the Child on a communications procedure*, A/RES/66/138, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?OpenAgent&DS=A/RES/66/138&Lang=E> (accedida em 09.07.16)
- Human Rights Council, *Resolution 7/29 - Rights of the child*, disponível em http://ap.ohchr.org/documents/E/HRC/resolutions/A_HRC_RES_7_29.pdf (acedido em 21.02.16)
- Human Rights Council, *Code of Conduct for Special Procedures Mandate-holders of the Human Rights Council*, disponível em http://ap.ohchr.org/Documents/E/HRC/resolutions/A_HRC_RES_5_2.doc (acedido em 03.04.16)
- Human Rights Council, 2011, *Resolution adopted by the Human Rights Council 16/12: Rights of the child: a holistic approach to the protection and promotion of the rights of children working and/or living on the street*, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/HRC/RES/16/12&Lang=E> (acedido em 22.04.16)
- Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (na versão do site do Gabinete de Documentação e Direito da Procuradoria Geral da República, disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_1/IIIPAG3_1_4.htm) (acedido 23.05.16)
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação (na versão do site co, disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_3A.htm) (acedido 23.05.16)
- Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, A/RES/63/117 (na versão do site do Gabinete de Documentação e Direito da Procuradoria Geral da República, disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_1/IIIPAG3_1_5.htm) (acedido 23.05.16)
- Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança Relativo à Instituição de um Procedimento de Comunicação (na versão do site do Gabinete de Documentação e Direito da Procuradoria Geral da República, disponível em http://direitoshumanos.gddc.pt/3_3/IIIPAG3_3_3A.htm) (acedido 23.05.16)
- Resolução do Parlamento Europeu, de 9 de Setembro de 2010, sobre a situação dos ciganos e a livre circulação na União Europeia, disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P7-TA-2010-0312+0+DOC+XML+V0//PT> (acedido em 08.02.15)
- United Nations - Treaty Collection, sem data, *Chapter IV, Human Rights, 11. Convention on the Rights of the Child*, disponível em https://treaties.un.org/Pages/ViewDetails.aspx?src=IND&mtdsq_no=IV-11&chapter=4&lang=en#top (acedido em 24.06.16)

Documentos relativos ao escrutínio ao abrigo do artigo 44º da Convenção

- Comité de los Derechos del Niño, 2013, *37º período de sesiones Acta resumida de la 974ª sesión, Celebrada en el Palais Wilson, Ginebra, el martes 14 de septiembre de 2004*, CRC/C/SR.974, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsialUb%2bZGftp59yZHGEX78%2f%2fYze0l0pihC2Mi71%2bRTKPlsKrMCtxsnZzz57VYNIIEmoFGPR9iwu%2bzIS%2bPqKENEpUIvJsJE9w5Whf4LNI DUQH> (acedido em 05.05.16)

- Committee on the Rights of the Child, 1993, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1992, Addendum, PARAGUAY*, CRC/C/3/Add.22, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 04.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1994, *Summary Record of the 168th Meeting*, CRC/C/SR.168, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 04.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1996, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1992 – Addendum – Paraguay*, CRC/C/3/Add.47, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 04.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1996, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child: United Kingdom of Great Britain and Northern Ireland: Dependent Territories - Hong Kong*, CRC/C/15/Add.63 disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 04.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1996, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1996 – Addendum – Iraq*, CRC/C/41/Add.3, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 09.04.16)
- Committee on The Rights Of The Child, 1997, *Consideration Of Reports Submitted By States Parties Under Article 44 Of The Convention - Preliminary observations of the Committee on the Rights of the Child: Paraguay*, CRC/C/15/Add.27, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 04.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1997, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Australia*, CRC/C/15/Add.79, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 19.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1997, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Czech Republic*, CRC/C/15/Add.81, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP> (acedido em 04.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1997, *Examination of Reports Presented by States Parties in Conformity with Article 44 of the Convention, Initial reports awaited from the States parties for 1992 – Addendum – Guinea*, CRC/C/3/Add.48, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=CRC/C/3/Add.48&Lang=E> (acedido em 09.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1998, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child: Iraq*, CRC/C/15/Add.94, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gikZQg22uoteBilikLj%2bASJaMapCJkutUsczcpfmvuY0tJCHZlflkBG5T1R1yym6Ug%2by%2f1Fuf7EhqreP0mJFkdDFBfydFIP>

- [EjpSQyqHXoKgpXltj3YaiF%2bmQpfFYMeNWGcvJU6N4tgaCNTw6kkTAuDat7T0zy9%2fxz8J3d4FxcGusqTRpOhH0](#) (acedido em 09.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 1999, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations: GUINEA*, CRC/C/15/Add.100, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDE8oNRn4bb8aPbnqL4VDpEiSwZMsZNDvx2X%2fbq39a17kRgBa0Heezla2OKmhBKcVn8QOe%2bO1rqjND5tDzDD8DQ9> (acedido em 09.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2000, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Burundi*, CRC/C/15/Add.133, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDEM8loNlmABGw6xzjaCG1RFP1LypvhrBE2r%2fBeX2bpyl1%2bW8q6Zs7ChYA%2b5sdiKwzS2p3N9c5112n4SaY83T5Ru> (acedido em 12.06.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2000, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child - Cambodia*, CRC/C/15/Add.128, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDHbhuCCySUFVCvIXzSBJ3iubOyEe2Y5lar2qAeYce%2fSZzqlvYluR%2bMdCGjD%2bu5JpjX2EDPxxSQZvakWiCQITxT1> (acedido em 03.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2000, *Consideration of reports submitted by States Parties under article 44 of the Convention, Concluding observations of the Committee on the Rights of the Child – Georgia*, CRC/C/15/Add.124, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDFfAApuQILte03CilZpUqMB3Etm14FMF%2b3Lr1Nni8zRP3vo2NE3JxOEFhfktJt%2fKUbI9bqWquoNM%2feX%2bVqSmvKp> (acedido em 14.11.15)
 - Committee on the Rights of the Child, 2001, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations of the Committee on the Rights of the Child: Guatemala*, CRC/C/15/Add.154, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDHibYTQg2Lm%2f8ZRC%2fS0pdYse3%2bBWlqEpG%2bS8sshs6FEGbQewjAmRUjJkt4n2vgJwS4UnW8Yb1K%2bEMn6Fy%2fdg9RZ> (acedido em 19.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2002, *Report on the Twenty-Ninth Session (Geneva, 14 January-1 February 2002)*, CRC/C/114, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhss4q4Rg7cq1v2VrkBoDiiEozv2Adf0it%2bNOxpF2sPbMiirm7VPC3AwGMEZzApU7cA9AgQ8fK8nJvuQitw6MBAk%3d> (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2002, *Twenty-ninth session - Summary Record (Partial) of the 750th Meeting*, CRC/C/SR.750d, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsialUb%2bZGftp59yZHGEX788RNffHmqJNOxN%2b3MFdLLmYYzYfPVTSDfIZD2Cu7JC7HOumJx%2fCogfr2%2bGAI8Jd%2bCGLH1tig6HlpUq15uPMLRKi> (acedido em 26.06.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: Canada*, CRC/C/15/Add.215, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDHXw8azmq1tCr8tbeV2%2fwzzAOpgSl19npSubu9UQILF9l%2fSaMOKUhwjCPDYKhkwWJwfAd%2fAU5JEZpTp7DVknCGk> (acedido em 19.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1992 – Brazil*, CRC/C/3/Add.65, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhstK6yYSquLNL5x9gjkZOg22Nazyd>

- [erPQupGZ2y%2fe3Hp3XkOA6jL5h7vbVexp%2bO%2fwgBST2JegbHr%2FTH6gKf0%2bfS1bYihhKbAKht8TpAqm0wQR](#)
(acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of reports submitted by States Parties under article 44 of the Convention, Concluding observations: Georgia*, CRC/C/15/Add.222, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>,
(acedido em 14.11.15)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Initial reports of States parties due in 1993 – Dominica*, CRC/C/8/Add.48, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo> (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – Bahamas*, CRC/C/8/Add.50, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>, (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – Guyana*, CRC/C/8/Add.47, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo> (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Romania*, CRC/C/15/Add.199, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>
[FW4VMGunkil62Wins%2fPD84J9iSgepvU7enwuCKCo%2bD5SVdaG8p%2fU9jtDdAXIOfuGhd2H%2fzXZU2P165y1XTROt](http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo)
(acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – San Marino*, CRC/C/8/Add.46, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>
[daXYyHkkoUGXSBjD0LO59sIGNoXBdOegx4qVSpDjv14AQHPBp3MGKIKa5CR6HU6ppxo5V0A6EPB8Es](http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo) (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2003, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Initial reports of States parties due in 1993 – Sao Tome and Principe*, CRC/C/8/Add.49, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>
[UAIM15mfEAhCVB32xqybq7mNF2%2fCSKIOFjI5NlvdMBeEo8R3pbWIBz%2bR2HB5JR2ym5EpiMcvFBnTdLXo](http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo) (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2004, *Thirty-seventh session - Summary Record of the 973rd Meeting Held at the Palais Wilson, Geneva, on Tuesday, 14 September 2004, at 10 am*, CRC/C/SR.973, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>
[UO6w1qFPRAjs9ltYD3fs7fjlmn8GtK7YGJpgalUuthbN6p0oX0wVAQFRRqtyMtc%2bCK2MKZ24wh4rescSD6Pb](http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo) (acedido em 05.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties - Under Article 44 of the Convention Initial Reports of States parties due in 1993 – Angola*, CRC/C/3/Add.66, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo>
[97HAjTbrlZ0LYx1BDib7QP8bVWW7xVHeR2%2fdmWicRdwX68XXGnbscEPqmJWjMzMMLFFxOYMTpuSQymT](http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoDGlVtB0qKYG5e%2bdOU5lmeJ8fS8XY3sMAkihXT5GXyLNx270ru%2b%2fs7lwjbScI8agmzm78Zwk9zR7wFDdKqJqpzGo) (acedido em 05.05.16)

- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Initial report of States parties due in 1999 - Bosnia and Herzegovina*, CRC/C/11/Add.28, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhspWF7dyE4I9U8mmAPSFwafApCf qx51gm9wArOOzr8kYgozf1xuBFVP0pPkxUo7w%2bWawhmw4S3GJtqLOXOv6a9k%2b9HVJjT2LElumGoZruY%2fV> (acedido em 04.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Angola*, CRC/C/15/Add.246, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD Gs66nt4kaGLEq7yUEG6s%2bllkblSturZemHsMTObTL4qu83ebmreWv%2bu86K%2fg5IGBBGAVDHQQFrix6s2MwumYGx> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: Brazil*, CRC/C/15/Add.241, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD EbiN6%2f0Afs2t20x0WEwN4jXHbgxbB98tggEtOG%2f9vBRsXKqgR3iOBBrXJ2fMydgAfd8Cbqg5CEVA3VNhtcu2eY> , (acedido em 19.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Dominica*, CRC/C/15/Add.238, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD FEyqVhyymyYzBGRbKctr2SNuG83gljUdnNOyQCATAORI9D1Sr3eng8Mlj6TmcS44bvORRDzHz%2f5E1v5ngxpBw> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Guyana*, CRC/C/15/Add.224, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD EyMTjAUAKm%2bfG%2bNeguFLpcQg6AS2PNmV1RUkqN6EOTTZgHgb6cPBHq%2fi8XUC8NukoNDT5o84efvWCmNAHSMZ 1n> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: San Marino*, CRC/C/15/Add.214, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD FtexBRy%2bQ4DFnJi5WdUQrYqtZ%2fak5UDoF4imN560QpKI4MPkwwAxk7akRz88jw37y2i7Dn7j5B5xwpHYcPTm0w> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2004, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Sao Tome and Principe*, CRC/C/15/Add.235, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD GzWmZ9KmH3yj8s08SB2SDPG8ANz0ndEg3wCYtKzB8%2fvkHsgzXJ4C38kSby%2ff4zyhegZ1zzM04h%2bjbPjL4vTcC> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding observations: The Bahamas*, CRC/C/15/Add.253, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD FDHnymRUxdjX%2bqEYrha1EQ4e%2fIHsGHJxfWuhstbgAeyQJeWOiKukRPpPR26mRwD6A68yqYUoPCA6UuydgNnc6O> (acedido em 05.05.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Australia*, CRC/C/15/Add.268, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD GE9kezf6QQVHcPsu5ODnholmUW11ikkcmdS4vIFnPoND%2bPodjbTyzuRqtYMXTVpT0JzXW8fLUQG%2bC2XatsTc4> (acedido em 02.07.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations: Albania*, CRC/C/15/Add.249, disponível em

- <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD FwSLSnF3fgidmFO4szFVpYdauvNG8PWgC%2bNqNj1dpsi3zNqGRzavmKzRIIToHW5WsQhZa3C5oITZRkOXkAVdpe>,
(acedido em 09.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2005, *Committee on the Rights of the Child - Summary Record of the 1031st Meeting*, CRC/C/SR.1031, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD GABRO0NZoK%2fOGARNVJ1v1EidHPFyqZgynUwJWj3fH7MhyMzNrxUgn5dPmEq1%2bM3l58xYyebapu8wiRNejsH6>,
(acedido em 04.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Bosnia and Herzegovina*, CRC/C/15/Add.260, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD H7Kk0UpAo0a98gk%2fYU3iWKPArZI%2bVrJVzLiq64LmK9ttSWYZ8baUOuW5J6871NUGLhNQNmTVuDqyh%2f1TD57>
(acedido em 04.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: China (including Hong Kong and Macau, Special Administrative Regions)*, CRC/C/CHN/CO/2, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD f%2bINV1nroR0fDk5SNkcmLqwTEpIDiCUJHE%2fMORhuHeoLN6qNYZsTY9mh0Zr9LLfX0pzllCYDegYMe%2fD> (acedido em 04.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2005, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding Observations: Nicaragua*, CRC/C/15/Add.265, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD EO3h35b9fRwMro3b5qv9l%2bduErfC15HqkbhyyZslh1eZ5E9ZUrdH9iy3IW%2fwYMRMpcxVFSnFezwUBARtl3nLNT> (acedido em 22.07.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2006, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention Concluding Observations: Colombia*, CRC/C/COL/CO/3, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD %2f3KwU5RI66cmJJA5apY8ZN2T8wIMPookUYn7E%2bhtqneuJP%2fKcl%2b3NSANzznyXaxl9psRWgPVZmOSz9uUwljEp>
(acedido em 22.07.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2006, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 44 of the Convention - Concluding observations: Ethiopia*, CRC/C/ETH/CO/3, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD lbcNsQP5MDUgrbdsQboSoy3EHeJdPKF4a%2ftlp%2buOg23V2%2baigkFU4gm8U%2f%2f%2b4cw%2bBeCRU66biTWQ0ijs>
(acedido em 22.07.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2007, *Consideration of Reports Submitted by States Parties Under Article 44 of the Convention Concluding Observations: Honduras*, CRC/C/HND/CO/3 disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD we2USx2QL53QkyR%2fQFEwtsQ3JvvsF9yWg8lr2%2f5owa5%2bkqnnqW9mQ4BGKmFdpBao%2fQTiyFGlycZ1c2S6GEoi6>
(acedido em 04.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2007, *Day of General Discussion on "Resources For The Rights Of The Child – Responsibility Of States"*, 21 September 2007, *Recommendations*, disponível em
<http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/Discussions/Recommendations/Recommendations2007.doc> (acedido em 28.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2008, *Consideration of reports submitted by States Parties under article 44 of the Convention, Concluding observations: Georgia*, CRC/C/GEO/CO/3, disponível em
<http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsgnXZ0ChBsrwmcY8%2f%2bFNoD>

- [meAuFdV4IH4ttni6Ow%2f5GTj7iR%2fm9TpdnRsU%2beOICQKcelfC2JY5v23%2breynfxk2%2fgnriRrZsKD23TYM6](#), (acedido em 14.11.15)
- Committee on the Rights of the Child, 2010, *Consideration of reports submitted by states parties under article 44 of the convention Concluding Observations: Montenegro*, CRC/C/MNE/CO/1, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhsh%2fK7f6xNL3lAd9qv8%2fbfpLdQ6j973HrwoHK87XVkgMOGJrNw6Kse8WRld06t%2bPIL%2bot%2b02pf8GhFv3z0fDikLRWURay6GAE9e4lkiBNc%2b%2b> (acedido em 09.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2011, *Consideration of the reports submitted by States parties under article 44 of the Convention- Combined second to fourth periodic reports of States parties due in 2009- Bosnia and Herzegovina*, CRC/C/BIH/2-4, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshURUKzEqktFAs%2fQYc6imZFzTkAs8xEMTqVMoxZ2mB7%2ft16U1YoHAiRSQ%2bEhlzx1K8%2bfA%2f4ron7zNBftpmduYVtqM3yScDKu3KvP%2f4eua8k> (acedido em 04.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2012, *Summary record of the 1730th meeting*, CRC/C/SR.1730, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshialUb%2bZGftp59yZHGEX788WPT4H3WzKvSWTnrBSxiOynMqXy%2bM17cpUYeswPgH8AkVBS3M1ccfNbd1LCoO3BaNhEzVEekHyNXmJoivC74%2fB> (acedido em 04.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2012, *Concluding observations on the consolidated second to fourth periodic reports of Bosnia and Herzegovina, adopted by the Committee at its sixty-first session (17 September–5 October 2012)*, CRC/C/BIH/CO/2-4, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshURUKzEqktFAs%2fQYc6imZXfR6tQp2XC3xrSI5%2b%2bKSMIXhkxtwCnavHJc4BBp0fvFT5YcchtIR%2b8xiCGX0NioM%2fflYHyxAGvJtHTdlV2iXU> (acedido em 04.05.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2012, *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the Convention Second periodic reports of States parties due in 1997 – Guinea*, CRC/C/GIN/2, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhst9ORCSYLHI4Jok8WuzNbO86I7L2RuPtfKwNRWYDpNgWqShdcXU0eaolBNOp3OiWVG%2fMDiqTDOV8vJkLyMk3z7Zmd8zUdXj1y4m%2fLkXpATo5> (acedido em 09.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2012, *Implementation of the Convention on the Rights of the Child - List of issues concerning additional and updated information related to the consideration of the second periodic report of Guinea* (CRC/C/GIN/2), CRC/C/GIN/Q/2, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhst9ORCSYLHI4Jok8WuzNbO%2bOPI1vCM%2bxbxRWwleZmfdqLEwalhclUsiHJ1x5ac%2bz2Z%2fZVCgmDU8lZGPL%2bHbkU2qtlDZYFIB3TcyLfrD%2bVYog> (acedido em 09.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2013, *Concluding observations on the second periodic report of Guinea, adopted by the Committee at its sixty-second session*, CRC/C/GIN/CO/2, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhst9ORCSYLHI4Jok8WuzNbO8W2lSXoYXzCAZ%2fdiO9Wt5w4Ko%2bF31fjwVpYlmmwZb%2fsz3RyFDAqX7AqUIYavbdBPWcFrNOPHjhZM3POamLOz5a> (acedido em 09.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2014 *Concluding observations on the combined second to fourth periodic report of the Congo*, CRC/C/COG/CO/2-4, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshn8cH83B4vfiWmWR1BUrIWleFM B6scunRR%2bvQsWM2EEyVIGdS7lixrwTSDwOMdP4x2rBLaw8TE%2fj%2fQD432v%2fjzrwRzWJIJGGGewXjhN%2fNABB> (acedido em 04.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2014, *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the Convention - combined second to fourth periodic reports of States parties due in 2011 - Iraq*, CRC/C/IRQ/2-4, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhshnF18dyx5m6sTXXozprc%2fh8gBf>

- HxERk2g2pd%2bAkJ7tlHezrEqz3IBB71p1ES2x27XGK6XrFJ3j3sshm7HnuSlkPWOUzHeO%2fnA2ApwZyPu6%2f (acedido em 09.04.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2015, *Concluding observations on the combined second to fourth periodic reports of Brazil*, CRC/C/BRA/CO/2-4, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhslNHbumEd5TkNWJOjDFQeatJbyFs960qiWzXV0YO437juxmhfAMHNLV1o3vXd5Afw5LCD74G939ZexURikte8yPc%2b9eQyXED8jjzvTZILY> (acedido em 03.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2015, *Consideration of reports submitted by States parties under article 44 of the Convention - Second to fourth periodic reports of States parties due in 2009 - Antigua and Barbuda*, CRC/C/ATG/2-4, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=CRC/C/ATG/2-4&Lang=E>, (acedido em 18.04.16)
 - Committee on the Rights of the Child, 2015, *Concluding observations on the combined second to fourth periodic reports of Iraq*, CRC/C/IRQ/CO/2-4, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhslrFI8dyx5m6sTXXozprc%2fjQJzAKU4K0IvYzZaHpcN%2bYzqIS4C%2b5OvEWGfs0%2f2%2f3LwQr69lx2M43DRgn4kBdQkkslcc8IHAnkYaUPvoDzL> (acedido em 09.04.16)

Outros documentos produzidos pelas Nações Unidas e suas agências

- Carmona, M, 2011, *Report of the Independent Expert on the question of human rights and extreme poverty*, Magdalena Sepúlveda Carmona, A/HRC/17/34, Human Rights Council, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=A/HRC/17/34&Lang=E> (acedido em 29.11.15)
- Carmona, M, 2014, *Report of the Special Rapporteur on extreme poverty and human rights*, Magdalena Sepúlveda Carmona, A/HRC/26/28, Human Rights Council, disponível em http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/HRC/RegularSessions/Session26/Documents/A_HRC_26_28_ENG.doc (acedido em 07.07.16)
- Committee on the Rights of the Child, 2001, *Violence against Children, Within the Family and in Schools*, disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/CRC/Discussions/Recommendations/Recommendations2001.pdf> (acedido em 18 April 2016)
- Committee on the Rights of the Child, 2016, *General discussion days*, Disponível em <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/CRC/Pages/DiscussionDays.aspx> (acedido em 18 April 2016).
- General Assembly, 2011, *Extreme poverty and human rights - Report by the Secretary-General*, A/66/265, disponível em <http://www.ohchr.org/Documents/Issues/EPoverty/A.66.265.pdf> (acedido em 10.07.16)
- General Assembly, 2014 *Programme budget for the biennium 2014-2015*, disponível em http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/68/6/Add.1, acedido em 02.03.16
- Human Rights Committee, 1999, *Consideration of Reports Submitted by States Parties under Article 40 of the Covenant - Concluding Observations of the Human Rights Committee – Cambodia*, CCPR/C/79/Add.108, disponível em <http://docstore.ohchr.org/SelfServices/FilesHandler.ashx?enc=6QkG1d%2fPPRiCAqhKb7yhssZeM5yf4eKnXL2ILDRiS%2fT%2f1S2jxEqILc8Q3yui80V%2bt22w40dnY1TZpcolOZV19x2ExeNb3b49eEp1TVFd9i51yTsGfRpZZnuhtJo8Jlmw> (acedido em 03.04.16)
- Human Rights Council, 2011, *Summary of the full-day meeting on the rights of the child*, United Nations General Assembly, disponível em https://www.google.co.uk/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjo-8bPk77NAhVXFMAKHe6pBGUQFggcMAA&url=http%3A%2F%2Fwww2.ohchr.org%2Fenglish%2Fbodies%2Fhrcouncil%2Fdocs%2F17session%2FA.HRC.17.46.pdf&usq=AFQjCNFH06PyMZpDKdqBMRWTkp-76Zpi_w&sig2=WNP_KnPZ_zrf77U7AmJPTg (acedido em 23.06.16)

- Human Rights Council, 2012, *Report of the United Nations High Commissioner for Human Rights on the protection and promotion of the rights of children working and/or living on the street*, A/HRC/19/35, disponível em http://www.ohchr.org/Documents/HRBodies/HRCouncil/RegularSession/Session19/A-HRC-19-35_en.pdf (acedido em 27.09.15)
- Muntarbhorn, Vitit, 1994, *Sale of children, child prostitution and child pornography - Report submitted by Mr. Vitit Muntarbhorn, Special Rapporteur, in accordance with Commission on Human Rights resolution 1993/82*, Commission on Human Rights, E/CN.4/1994/84, disponível em <http://daccess-ods.un.org/access.nsf/Get?Open&DS=E/CN.4/1994/84&Lang=E> (acedido em 30.07.16)
- United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner, sem data, *Reporting status for Brazil*, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/Countries.aspx?CountryCode=BRA&Lang=EN (acedido em 05.05.16)
- United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner, sem data, *Treaty bodies sessions - 74 Session (09 Jan 2017 - 27 Jan 2017)*, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=1042&Lang=en (acedido em 18 Abril 2016).
- United Nations Human Rights, Office of the High Commissioner (sem data), *72 Pre-Sessional Working Group (05 Oct 2015 - 09 Oct 2015)*, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/SessionDetails1.aspx?SessionID=960&Lang=en (acedido em 18 April 2016)
- United Nations High Commissioner on Human Rights, 2015, *Children living on the street to receive special focus*, 10 Abril 2015, disponível em <http://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/StreetChildren.aspx#sthash.G1zZyAQY.dpuf> (acedido em 08.11.15)
- UNICEF, *World Declaration on the Survival, Protection and Development of Children*, disponível em <http://www.unicef.org/wsc/declare.htm> (acedido em 19.03.16)

Jurisprudência

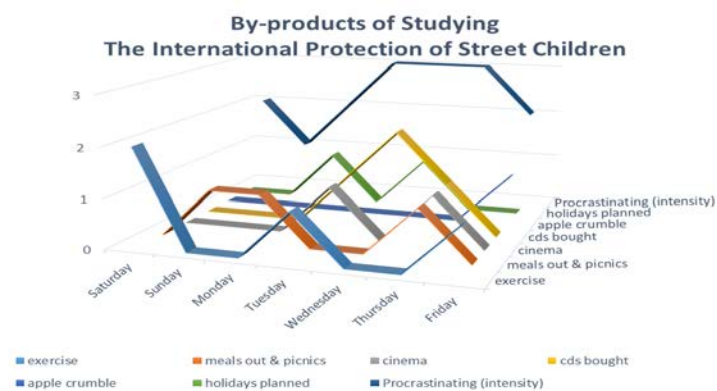
- Inter-American Court of Human Rights, Case of the "*Street Children*" (*Villagrán-Morales et al.*) v. *Guatemala*, Judgment of November 19, 1999 (Merits), disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_63_ing.doc, acedido em 13.09.15
- Inter-American Court of Human Rights Case of the "*Street Children*" (*Villagrán-Morales et al.*) v. *Guatemala*, Judgment of May 26, 2001, (Reparations and Costs), disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_77_ing.doc, acedido em 29.07.16

Recursos Bibliográficos e Bases de Dados

- Biblioteca da Faculdade de Direito de Lisboa e suas bases de dados online, disponíveis em <http://ww2.fd.ulisboa.pt/Biblioteca/PesquisaJur%c3%addica/BibliotecaDigital/BasesDadosJuridicos.aspx>
- Biblioteca Britânica e suas bases de dados online, disponível em <http://explore.bl.uk/primolibweb/action/search.do?dsent=1&dstmp=1469968862906&vid=BLVU1&fromLogin=true>
- Biblioteca da Children's Rights International Network, disponível em <https://www.crin.org/en/library>
- Centro de Recurso do Consortium for Street Children, disponível em <http://www.streetchildrenresources.org>
- IATE (Inter-Active Terminology for Europe), a base de dados de terminologia inter-institucional da União Europeia, disponível em www.iate.europa.eu
- United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, Committee on the Rights of the Child, Treaty Bodies Search, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/treatybodyexternal/TBSearch.aspx?Lang=en&TreatyID=5&TreatyID=10&TreatyID=11&DocTypeID=29&DocTypeCategoryID=4
- United Nations Human Rights Office of the High Commissioner, Committee on the Rights of the Child, Treaty Bodies Sessions, disponível em http://tbinternet.ohchr.org/_layouts/TreatyBodyExternal/SessionsList.aspx?Treaty=CRC

-

Procrastination Graph
30 Abril – 6 Maio



O gráfico acima é um lembrete para tratar dados com cautela.

Achou-se a intensidade de procrastinação - procrastinating (intensity) - em função das atividades procrastinatórias, somando-as. Da leitura do gráfico retira-se que o Domingo (Sunday) foi o dia da semana com menor grau de intensidade de procrastinação. Contudo, foi o único dia da semana em que não se dedicou tempo algum a este trabalho porque a actividade procrastinatória (meals out & picnic) ocupou o dia todo.